

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

JOÃO CÉSAR ABREU DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: PROFA. DRA. KELMA SOCORRO LOPES DE MATOS

MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MST: representações sociais
no Assentamento 10 de Abril no município do Crato-Ceará

FORTALEZA

2008

JOÃO CÉSAR ABREU DE OLIVEIRA

**MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MST: representações sociais
no Assentamento 10 de Abril no município do Crato-Ceará**

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Kelma Socorro Lopes de Matos

FORTALEZA - CE

2008

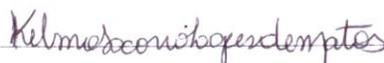
JOÃO CÉSAR ABREU DE OLIVEIRA

**MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MST: representações sociais
no Assentamento 10 de Abril no município do Crato-Ceará**

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Aprovada em 02/06 /2008

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Kelma Socorro Lopes de Matos (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará - UFC



Profª. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo

Universidade Federal do Ceará - UFC



Profª. Dra. Zuleide Fernandes Queiroz

Universidade Regional do Cariri - URCA



Profª. Dra. Suely Salgueiro Chacon

Universidade de Fortaleza - UNIFOR



Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio

Universidade Federal do Ceará – UFC

"Lecturis saluitem"

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

O47m

Oliveira, João César Abreu de.

Meio ambiente e educação ambiental no MST [manuscrito] : representações sociais no assentamento 10 de abril no município do Crato-Ceará / por João César Abreu de Oliveira. – 2008.

165 f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Tese(Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza(CE), 02/06/2008.

Orientação: Profª. Drª. Kelma Socorro Lopes de Matos

Inclui bibliografia.

1-MEIO AMBIENTE – CRATO(CE).2-EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CRATO(CE).3-MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. 4-ASSENTAMENTO DEZ DE ABRIL.I- Matos, Kelma Socorro Lopes de, orientador. II.Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Educação. I-Título.

CDD(22ª ed.) 333.72098131

28/08

Font. 05/06/2008.

Telma Regina Abreu Camboim
BIBLIOTECÁRIA CRB - 3/593

Aos meus pais Raimundo Abreu e Maria Stela pela dedicação
e força sempre presente nas horas mais difíceis.
Aos meus filhos César Filho, Roberto e Gabriela
pela inspiração, apoio e compreensão.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Kelma Socorro Lopes de Matos, minha orientadora. Mulher, mãe, professora que, com muita paz, luz, energia e amor, possibilitou meu crescimento pessoal e profissional através de seus ensinamentos e seu exemplo de vida.

À Profa. Dra. Zuleide Fernandes Queiroz pelo apoio na realização do doutorado.

À Profa. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, pela valiosa contribuição e orientação didática permitindo uma análise singular do objeto de pesquisa proposto.

À Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon, pelas sugestões e esclarecimentos sobre a visão de meio ambiente na perspectiva humanista.

Ao Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio, pela orientação e discussões sobre a questão agrária desde o início de minha caminhada na vida acadêmica.

Ao Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar, por suas contribuições e pelo apoio sobre a questão agrária no Ceará.

Ao Prof. Ms. Antonio José Esmeraldo, pela iniciativa do Programa de Qualificação Profissional (PQI) e pelas conversas no sentido de continuarmos a caminhada pela nossa qualificação.

Ao Prof. Ms. Francisco das Chagas, pelas conversas geográficas e revisão das características geoambientais do Assentamento.

À Profa. Ms. Elaine Holanda, pela revisão do trabalho e sugestões no uso da Língua Portuguesa e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

À Universidade Regional do Cariri (URCA) e à Escola Agrotécnica Federal do Crato (EAFC), pelo incentivo e investimento em minha capacitação profissional.

À Universidade Federal do Ceará (UFC), em especial aos professores, funcionários e alunos da Faculdade de Educação.

Aos assentados e assentadas do Assentamento 10 de Abril que compreenderam o sentido de minha pesquisa e que me acolheram com bastante receptividade.

À Direção Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela paciência e disponibilidade de prestar esclarecimentos e informações acerca da luta pela terra no Ceará.

À Direção Nacional do MST, pelo apoio e envio de material.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), pela bolsa de doutorado.

Aos professores e colegas do Núcleo de Movimentos Sociais, pela riqueza das discussões e contribuição teórica.

Aos militantes e lutadores do povo do MST, tanto nacional como local, por terem compartilhado seus saberes e suas experiências.

À Welton Travassos, pela sistematização e pela confecção dos mapas e croquis.

À Carlinhos, Fernandes e Lúcio companheiros da URCA, pela ajuda na pesquisa de campo e confecção dos mapas e croquis.

À Alan Figueiredo, pela contribuição no processo de digitação, edição e impressão do trabalho.

À toda minha família e amigos, que acompanharam esse processo e souberam ter paciência para agüentar minhas inquietações, angústias, medos e incertezas, que fazem parte do percurso da vida de qualquer ser humano.

À todos aqueles que direta ou indiretamente ajudaram na construção desse estudo.

RESUMO

Este estudo trata sobre a representação social de meio ambiente e da educação ambiental entre os assentados do Assentamento 10 de abril, localizado no município do Crato, no estado do Ceará. A importância deste trabalho está direcionada na perspectiva de compreender aspectos da dimensão ambiental no processo de gestão nos assentamentos de reforma agrária. A metodologia utilizada para concretização desta pesquisa se baseou em análises simultâneas de dados qualitativos, através de metodologias com ênfase principalmente na pesquisa participante, utilizando procedimentos como pesquisa bibliográfica e na internet, investigação documental, aplicação de questionários e entrevistas, observação de reuniões, conversas informais, coleta de depoimentos e confecção de mapas mentais. A questão crucial da análise realizada diz respeito à inexistência de um consenso sobre o que significa meio ambiente e educação ambiental nos assentados do Assentamento 10 de Abril. Assim, os termos meio ambiente e educação ambiental, utilizados por parte dos envolvidos com o Assentamento, como os professores, técnicos, crianças, jovens e adultos, são imprecisos para eles e refletem as práticas cotidianas no Assentamento. Os conflitos de interesses surgem quando o assunto volta-se para a implementação de ações ambientais, pois as divergências sobre as representações sociais de meio ambiente e educação ambiental são visíveis entre os próprios assentados e as organizações governamentais e não-governamentais que intervêm no Assentamento 10 de Abril. Portanto, as práticas ambientais, apesar das imprecisas concepções conceituais sobre meio ambiente e educação ambiental, vêm sendo discutidas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e em diversos assentamentos, na perspectiva do fortalecimento de uma sociedade mais justa e igualitária, cuja construção passa por uma visão totalitária do ser humano e da vida.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assentamento 10 de Abril.

ABSTRACT

This study focuses on the social representation of the environment and environmental education among the settlers of the Settlement on April 10, located in the municipality of Crato, state of Ceará. The importance of this work is directed with a view to understand aspects of environmental management in the process of agrarian reform Settlements. The methodology used for completion of this research was based on simultaneous analysis of qualitative data, using a methodology with particular emphasis on the research participant, using procedures such as literature and the internet, desk research, questionnaires and interviews, observation of meetings, informal conversations, collecting evidence and making maps monthly. The crucial question of the analysis concerns the lack of a consensus on what it means to the environment and environmental education in the Settlement settled on April 10. Thus, the terms environment and environmental education, used by those involved with the settlement, such as teachers, coaches, children, youth and adults, for they are inaccurate and reflect the daily practices in the settlement. Conflicts of interest arise when the subject turns to the implementation of environmental actions, because the differences on the social representations of the environment and environmental education are visible among the settlers themselves and the government and non-governmental organizations involved in the Settlement 10 April. Therefore environmental practices, despite the conceptual inaccurate conceptions about the environment and environmental education have been discussed in the Movement of Landless Workers (MST) and in several settlements, in order to strengthen a more just and equal society, whose construction is by a totalitarian vision of the human being and life.

Key words: Environmental Education; Movement of the Landless Workers (MST); Settlement on April 10.

RÉSUMÉ

Cette étude est sur la représentation sociale de l'environnement et l'éducation à l'environnementale parmi les colons de l'enregistrement 10 avril, situé dans la municipalité de Crato, dans l'état de Ceará. L'importance de ce travail est réalisée sur la perspective d'aspects de la compréhension de la dimension environnementale dans le processus de gestion des enregistrements de réforme agraire. La méthodologie de mise en oeuvre de cette recherche était fondée sur l'analyse simultanée des données qualitatives par le biais de méthodes avec l'accent principalement sur la recherche participante, à l'aide de conduites telles que la recherche bibliographique et sur l'internet, la recherche documentaire, l'application des questionnaires et des entrevues, observation des réunions, conversations informelles, de recueillir des témoignages et de cartes mentales. La question cruciale de l'analyse concerne l'absence de consensus sur ce que cela signifie pour l'environnement et l'éducation environnementale dans les colons du enregistrement 10 avril. Ainsi, les termes environnement et éducation environnementale, utilisé par ceux qui participent à l'enregistrement, comme des enseignants, des techniciens, des enfants, des jeunes et des adultes, car ils sont inexacts et reflètent les pratiques quotidiennes dans l'enregistrement. Les conflits d'intérêts surviennent lorsque le sujet se tourne vers la mise en oeuvre des initiatives environnementales, puisque les différences sur les représentations sociales de l'environnement et l'éducation à l'environnementale sont visible entre les colons et les organisations gouvernementales et non gouvernementales impliquées dans l'enregistrement 10 avril. Par conséquent, les pratiques environnementales, malgré les vagues notions conceptuelles sur l'environnement et l'éducation à l'environnementale, sont discutées dans le Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans Terre (MST) et dans divers établissements, compte tenu de la renforcer de façon plus juste et de la société égalitaire, dont la construction passe par une vision totalitaire des êtres humains et de la vie.

Mots clés: Éducation à l'environnementale; Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans Terre (MST); Enregistrement 10 avril.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE MAPAS

MAPA 01	Situação geográfica do Assentamento 10 de Abril em relação ao estado do Ceará e municípios vizinhos.....	10
MAPA 02	Brigadas do MST.....	11
MAPA 03	Brigada Caldeirão.....	12
MAPA 04	Organização espacial e territorial do Assentamento 10 de Abril.....	94

LISTAS DE CROQUIS

CROQUI 01	Ocupação do Caldeirão em 1991.....	30
CROQUI 02	Uso e Ocupação da terra no Assentamento 10 de Abril.....	32
CROQUI 03	Assentamento 10 de Abril	95

MAPAS MENTAIS REALIZADOS PELOS(AS) ASSENTADOS(AS)

MAPA MENTAL 01	Assentamento produzido por jovens assentados	33
MAPA MENTAL 02	Assentamento produzido por uma assentada	34
MAPA MENTAL 03	Assentamento produzido por um assentado	35
MAPA MENTAL 04	Assentamento produzido por um assentado	36
MAPA MENTAL 05	Assentamento produzido por um assentado	37
MAPA MENTAL 06	Assentamento produzido por uma assentada	38
MAPA MENTAL 07	Assentamento produzido por uma assentada	39
MAPA MENTAL 08	Assentamento produzido por uma assentada	40
MAPA MENTAL 09	Assentamento produzido por uma assentada	41
MAPA MENTAL 10	Assentamento produzido por um assentado	42

LISTA DE FOTOS

FOTO 01	Ocupação do Sítio Caldeirão.....	51
FOTO 02	Acampamento no Parque de Exposição do Crato.....	52
FOTO 03	Início do Assentamento 10 de Abril.....	53

FOTO 04	Assentamento 10 de Abril em 2005.....	54
FOTO 05	Moradia no Assentamento 10 de Abril.....	55
FOTO 06	Criação de gado no Assentamento 10 de Abril.....	56
FOTO 07	Criação de abelhas no Assentamento 10 de Abril.....	57
FOTO 08	Instrumentos de trabalho dos assentados (as).....	58
FOTO 09	Criação de galinhas no Assentamento 10 de Abril.....	59
FOTO 10	Cultivo de horta e agrofloresta no Assentamento 10 de Abril.....	60
FOTO 11	Feira de produtos orgânicos dos assentados (as).....	61
FOTO 12	Lazer e cultura no assentamento 10 de Abril.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS

ACB – Associação Cristã de Base
ADEAPI – Associação Dez de Abril de Apicultores
ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CETRA – Centro de Estudo e Assessoria ao Trabalhador
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis
EAFC – Escola Agrotécnica Federal do Crato
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará
FETRAECE – Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará
FNDE – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDACE – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISER – Instituto de Estudos da Religião
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONGs – Organizações Não-Governamentais
PC DO B – Partido Comunista do Brasil
PIB – Produto Interno Bruto

PMC – Prefeitura Municipal do Crato
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA – Programa de Crédito para a Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária
PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária
PSDB – Partido Social Democrático Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
SAAEC – Sociedade de Água e Esgoto do Crato
SINTRAC – Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato
SOHIDRA – Superintendência de Obras Hidráulicas
UDR – União Democrática Ruralista
UEC – União dos Estudantes do Crato
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFC – Universidade Federal do Ceará
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URCA – Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - SEGUINDO UM ATALHO: A TRAJETÓRIA DE UMA REALIDADE PESQUISADA.....	22
1.1 Encontro com o Assentamento 10 de Abril no município do Crato – Ceará.....	23
1.2 Teorias para o estudo do Assentamento: conceitos de representação social, meio ambiente e educação ambiental.....	28
1.3 O processo de investigação para análise do Assentamento.....	35
CAPÍTULO 2 - MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MST.....	41
2.1 O MST e a luta pela terra no Brasil e Ceará.....	42
2.2 Meio ambiente e educação ambiental nos assentamentos rurais do MST.....	48
2.3 Símbolos e documentos do MST na perspectiva ambiental.....	55
CAPÍTULO 3 - O ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL.....	60
3.1 História dos assentados no processo de conquista e organização do Assentamento.....	61
3.2 Cotidiano do Assentamento: experiências com meio ambiente e educação ambiental.....	71
3.3 Gestão do Assentamento: conexões com discursos e práticas governamentais e não-governamentais.....	93
CAPÍTULO 4 - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL.....	109
4.1 Os Assentados do 10 de Abril: singularidade de suas falas sobre o meio ambiente e educação ambiental	110
4.2 Mapas Mentais: expressões das crianças, jovens e adultos.....	116

4.3 O 10 de Abril Hoje: o olhar dos Assentados.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS.....	139
ANEXOS.....	145

INTRODUÇÃO

A representação social sobre o meio ambiente e a educação ambiental está presente nos escritos, nos discursos e nas práticas sociais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nas cartilhas, no material e no currículo da escola, nas reuniões, na página da internet do Movimento¹, na bandeira, no hino, nas faixas, nos cartazes reivindicativos, nas marchas dos Sem Terra² e nas atividades organizativas dos assentamentos.

Os militantes do MST fazem referência ao meio ambiente e à educação ambiental. Essas temáticas constam na “Agenda de pesquisa³” elaborada pela “Articulação dos pesquisadores do movimento”, desde 1998. Esta agenda reúne as principais áreas do conhecimento, propondo linhas de pesquisa e diversos eixos temáticos a serem estudados, de acordo com as necessidades e experiências dos assentados (Fernandes, 2001). Pode-se comprovar esta afirmativa na proposta ambiental para assentamentos rurais do MST, denominado “Nossos compromissos com a terra e com a vida⁴” (Morissawa, 2001) e no documento do MST “Construindo o programa ambiental do MST para reforma agrária⁵” elaborado em julho de 2004 pelos coordenadores das experiências ambientais nos assentamentos.

No documento “Construindo o programa ambiental do MST para reforma agrária” (2004), encontra-se registrado que a noção de meio ambiente deve ter uma concepção socioambiental, na qual o ser humano é identificado como um elemento central da natureza, enfatizando-se a necessidade de se evitar práticas predatórias dos recursos naturais, alertando-se para o uso de tecnologias de preservação e conservação do meio ambiente, combatendo-se o uso de agrotóxicos e potencializando-se o planejamento e a organização dos assentamentos de acordo à legislação ambiental para áreas de reforma agrária.

O MST busca em todas as atividades educativas e de capacitação (nas escolas, nos cursos, nos seminários) sensibilizar para a necessidade de práticas pedagógicas de respeito

¹ Ver www.mst.org.br.

² Utilizar-se-á o termo Sem Terra, sem flexão de gênero, aos que atuam no MST. Sobre a identidade de ser um Sem Terra, ver CALDART (2004).

³ Este documento foi consultado em FERNANDES (2001).

⁴ Esta proposta foi construída no 4º Congresso Nacional do MST, em Brasília, 2000.

⁵ Documento solicitado via internet à Direção Nacional do MST e enviado por e-mail por Tiago Manggini em 05/05/2005, ligado a Secretaria do Setor de Educação.

ao meio ambiente que venham atender à legislação ambiental brasileira, pois acredita que a sobrevivência humana passa pela sustentabilidade do planeta.

Os Sem Terra procuram promover parcerias com entidades ambientais de forma a aumentar os conhecimentos sobre a realidade ambiental e, sobretudo, desenvolver programas conjuntos, exigindo que o Estado apresente políticas públicas de apoio à proteção ambiental, com processos de reflorestamento, de preservação de recursos naturais e produção de tecnologias agropecuárias que não sejam agressivas ao meio ambiente.

Diante dessas afirmações, a presente pesquisa tratará de reflexões relativas às representações sociais (Moscovici, 1978) sobre o meio ambiente e a educação ambiental dos assentados no Assentamento 10 de Abril, localizado no município do Crato – Ceará. Para tanto, buscar-se-á respostas para as seguintes inquietações: No Assentamento 10 de Abril, qual é a representação social de meio ambiente e educação ambiental para os assentados? Em suas experiências cotidianas, como os assentados trabalham o meio ambiente? Há propostas de educação ambiental no Assentamento 10 de Abril?

Assim, pretende-se refletir sobre as noções de meio ambiente e de educação ambiental utilizadas pelo MST a partir das práticas sociais, dos documentos e dos discursos que viabilizam a resolução de problemas ambientais nos assentamentos de reforma agrária, no caso específico, o Assentamento 10 de Abril.

Concordando com Reigota (2002), quando afirma que a noção de meio ambiente apresenta-se como uma representação social, possuindo um caráter difuso e variado, a partir dos questionamentos e dissensos do que significa meio ambiente, o tema da pesquisa foi escolhido por entender que os assentados desenvolvem práticas ambientais. O Assentamento 10 de Abril é o resultado de um processo de ocupação, resistência e produção no campo, e muitas de suas atitudes e atividades estão relacionadas com o meio ambiente e a educação ambiental.

Os trabalhadores rurais⁶, através dos sindicatos dos municípios de Crato, Santana do Cariri, Juazeiro do Norte, Nova Olinda, Barbalha, como também da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Associação Cristã de Base (ACB) e, principalmente, do MST, resolveram, em 1991, organizar uma ocupação no imóvel Caldeirão, localizado no Município do Crato,

⁶ Utiliza-se o termo trabalhadores rurais por ser o mais empregado entre os atores sociais pesquisados.

antes cedido pelo Padre Cícero⁷ ao Beato José Lourenço⁸, em 1926, que organizou uma experiência comunitária de trabalhadores rurais.

Esta experiência no Caldeirão⁹, que historicamente representa um marco de luta pela terra na região do Cariri no Ceará, motivou a criação do hoje chamado Assentamento 10 de Abril que inicialmente se fixou no Caldeirão, terra de propriedade do Padre Expedito Teles, sendo, posteriormente, transferido para área próxima, adquirida pelo Governo do estado, denominada de Carnaúba dos Gerais e Gerais, de propriedade das famílias Norões e Alencar (Ferreira, 1995).

O Assentamento 10 de Abril foi fruto de uma ocupação por atores sociais integrantes do MST, em 1991. Atualmente, há 59 famílias vivendo em uma extensão de 1.350,36 hectares, fragmentados em duas formas de produção, por parte das famílias, sendo uma maioria trabalhando na perspectiva associativa/coletivista e outra familiar/parcelado. As famílias da Agrovila que se organizam priorizando o coletivo, experiência específica apenas no estado do Ceará, planejam suas atividades em assembléia, dividindo-se em grupos de mulheres, homens, jovens, adultos e idosos e suas atividades são estabelecidas conforme as condições de trabalho e aptidão de cada um. Já as famílias do Correntinho que se organizam de forma parcelada possuem seus próprios lotes e trabalham individualmente, opção tomada logo no início do Assentamento.

Além da importância histórica da luta pela terra por parte dos trabalhadores rurais e da herança herdada pelos movimentos sociais no campo¹⁰ como dos Quilombos, Canudos, Contestado, Ligas Camponesas e Caldeirão, o Assentamento 10 de Abril apresenta-se como o único assentamento existente organizado pelo MST no município do Crato.

Diz-se que o Assentamento 10 de Abril é do MST por ter sido sua ocupação organizada pela Direção Estadual do MST no Ceará, além dos assentados apresentarem uma forte identidade com o Movimento e se autodenominarem Sem Terra, pois ainda guardam na memória a ocupação do sítio Caldeirão, através dos símbolos (hinos, canções e gritos de luta) no processo de conquista da terra.

⁷ Sobre o Padre Cícero ver RAMOS (2000).

⁸ Sobre o Beato José Lourenço ver CORDEIRO (2004).

⁹ Sobre o Caldeirão ver FARIAS (2000), RAMOS (1991).

¹⁰ Ver GRZYBOWSKI (1987).

A realização dessa pesquisa também foi motivada por outros interesses como a grande publicização do MST na mídia e por ser um movimento que vem crescendo e criando formas específicas de atuação, em um momento histórico de repensar os movimentos sociais no Brasil.

O MST, apesar de não ser uma exceção na teoria defendida por Gohn (1992), de que os movimentos populares estão em crise, apresenta-se como uma organização forte que vem atuando no meio rural no Brasil e especificamente no Ceará. Estudos de Matos (1998), também influenciaram a escolha deste tema, pois redimensiona várias questões relacionadas aos movimentos sociais, afirmando existir acúmulo de aprendizado, saberes e experiências nos movimentos populares.

O MST surgiu no início da década de 1980, no Sul do Brasil, apoiado pelas pastorais sociais da igreja católica e luterana, bem como pelos sindicatos de trabalhadores rurais e partidos de esquerda. Hoje, o MST é um movimento nacional organizado em 23 estados do Brasil, envolvendo mais de 1,5 milhão de pessoas. Cerca de 350 mil famílias já foram assentadas através desta luta e outras 100 mil vivem em acampamentos (Morissawa, 2001).

São aproximadamente 150 mil crianças da 1ª a 4ª série que estudam nas 1500 escolas públicas dos assentamentos. Existem cerca de 3500 educadores pagos pelos municípios trabalhando nas escolas do campo. Em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e com mais de 50 universidades através do Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária (PRONERA), o MST desenvolve programas de alfabetização para mais de 25 mil jovens e adultos nos assentamentos (Morissawa, 2001).

Dessa forma, como as temáticas meio ambiente e educação ambiental apresentam-se nas experiências cotidianas do MST e dos seus militantes, esta pesquisa pretende refletir sobre a percepção ambiental dos assentados no Assentamento 10 de Abril e como esta se materializa nas suas práticas sociais, desde a ocupação, passando pelo acampamento, e atualmente, a organização e a gestão do Assentamento.

A práxis pedagógica exercida como professor de Geografia Agrária na Universidade Regional do Cariri (URCA) e como professor na Escola Agrotécnica Federal do Crato (EAFC) motivaram o autor da pesquisa na aproximação com os movimentos sociais no

campo, mais especificamente no Assentamento 10 de Abril no município do Crato. Também é importante destacar o relevante aporte teórico a ser discutido e a contribuição com a produção acadêmica na URCA e na EAFC, instituições que mantêm pesquisa e extensão nos assentamentos de reforma agrária do MST, especialmente no Assentamento 10 de Abril.

A partir de 1998, o elaborador desta tese intensificou a ligação com esse Assentamento ao trabalhar práticas alternativas de agricultura e pecuária, com ênfase na perspectiva ambiental, através de experiências junto a ACB, organização não-governamental que trabalha com sistema agroflorestal e diversos temas ligados ao meio ambiente.

Foram essas experiências que propiciaram visitas técnicas ao Assentamento, a fim de conhecer a realidade dos assentados e suas práticas sociais referentes ao meio ambiente e a educação ambiental.

Esta pesquisa está delimitada por um período de aproximadamente 17 anos, que abrange o processo de ocupação da terra por parte dos assentados do 10 de Abril, em 1991, até o desenvolvimento e gestão do Assentamento nos dias atuais. Compreende o momento que antecede a posse da terra, passando pela transição entre a luta e a consolidação da organização do Assentamento.

O primeiro capítulo tratará sobre os aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa, descrevendo o encontro com o Assentamento 10 de Abril e trazendo os conceitos de representação social, meio ambiente e educação ambiental, além de detalhar questões sobre os instrumentos de investigação para análise da temática proposta.

No segundo capítulo, discutir-se-á o meio ambiente e a educação ambiental no MST, resgatando aspectos de sua memória e a produção do espaço agrário no Brasil e no Ceará, quanto ao processo de ocupação e conquista da terra. Posteriormente, tratará do meio ambiente e da educação ambiental e suas conexões com os assentamentos rurais no MST e, em seguida, fará uma análise dos símbolos, documentos e outros registros do MST e sua dimensão ambiental.

No terceiro capítulo, tratar-se-á do Assentamento 10 de Abril através de um “mergulho” na história dos assentados, no processo de ocupação, e desafios de organização

e gestão do Assentamento, enfatizando suas características espaciais e territoriais, e suas relações com o meio ambiente e a educação ambiental.

No quarto capítulo, trabalhar-se-á as representações sociais de meio ambiente e educação ambiental dos assentados, compreendendo suas falas e imagens, mapas mentais produzidos por eles, procurando perceber os significados da dimensão ambiental em suas vivências e nas práticas cotidianas do Assentamento, o que permitirá discutir um diagnóstico ambiental na perspectiva dos assentados.

CAPÍTULO 01

SEGUINDO UM ATALHO: A TRAJETÓRIA DE UMA REALIDADE PESQUISADA

A realidade não pode ser totalmente devassada, muito menos dimensões mais intensas e subjetivas, pois sua complexidade desborda qualquer intento teórico e metodológico. O conhecimento científico, apesar de sua postulação de superioridade, não passa de um dos modos de tratar a realidade.

Pedro Demo (2004)

As reflexões e os estudos para a realização de uma pesquisa passam por caminhos, relacionados à leitura e à análise de um amplo referencial bibliográfico e pelo exame de uma realidade trilhada que faz parte do cotidiano de quem a realiza.

Esta pesquisa, desde a escolha do tema à realização do projeto, só foi possível devido à vivência do autor nos movimentos sociais, sendo, portanto, afetada por perspectivas vindas de uma trajetória de vida, de aprendizagens e participação social, principalmente a partir do convívio com um grande número de atores sociais que lutam em busca de alternativas para uma sociedade sem exclusão.

Seguir-se-á um “atalho”, expressão bastante utilizada no meio rural. Assim, diante de caminhos, referenciais, teorias, conceitos, categorias e metodologias de análises para a realização de uma pesquisa, objeto deste capítulo, parte-se da idéia de trabalhar com as representações sociais sobre meio ambiente e educação ambiental no Assentamento 10 de Abril e no MST. Concordando com Pedro Demo (2004), quando afirma que a realidade é

complexa e dificilmente podemos devassá-la, esta pesquisa representa fragmentos de um fenômeno estudado e construído por um pesquisador preocupado em buscar maior aproximação com o real para entender melhor os processos sociais e nele intervir de forma mais concreta e comprometida.

1.1. Encontro com o Assentamento 10 de Abril no Município do Crato – Ceará

O interesse em realizar esta pesquisa foi motivado pela trajetória, de vida e engajamento político do autor deste trabalho, que se iniciou com sua inserção no movimento estudantil na Universidade Estadual do Ceará (UECE). A partir deste percurso e através da militância nos movimentos sociais ligados aos partidos políticos, sindicatos dos professores e servidores federais e estaduais, o autor adquiriu uma leitura crítica de mundo e o desejo de contribuir para uma sociedade com melhor qualidade de vida.

Como estudante no curso de Geografia na Universidade Estadual do Ceará, começou a participar do movimento estudantil. Na época, anos 1980, lutava-se pela redemocratização do país e por melhoria das universidades. Era um período de intensas manifestações populares, tanto na cidade como no campo, que tinham como bandeira uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste período, concluiu a graduação, começando a ensinar em escolas particulares de Fortaleza. Tentava um emprego público para ter melhores condições de trabalho, mas, no estado do Ceará, na época, a carreira pública era alcançada, em geral, pelos apadrinhados pelo poder federal, estadual ou municipal. Dessa forma, seguindo as orientações de um grupo de amigos, optou, juntamente com eles, pela imigração para o antigo Território Federal de Roraima, a fim de conseguir um emprego público federal, além de experienciar uma nova aventura: conhecer a Amazônia.

Nesse momento, conseguiu um emprego na Secretaria de Educação no Território Federal de Roraima, como professor, no ano de 1987. Em seguida, começou a militar no Partido dos Trabalhadores (PT), no sindicato da categoria e em outros movimentos populares. Esse período possibilitou um maior contato com a diversidade étnico e cultural do Brasil através de uma maior aproximação com as populações tradicionais (índios),

ambientalistas, afrodescendentes, garimpeiros, seringueiros, feministas, imigrantes e de profissionais da educação, experiências que contribuíram efetivamente para sua formação.

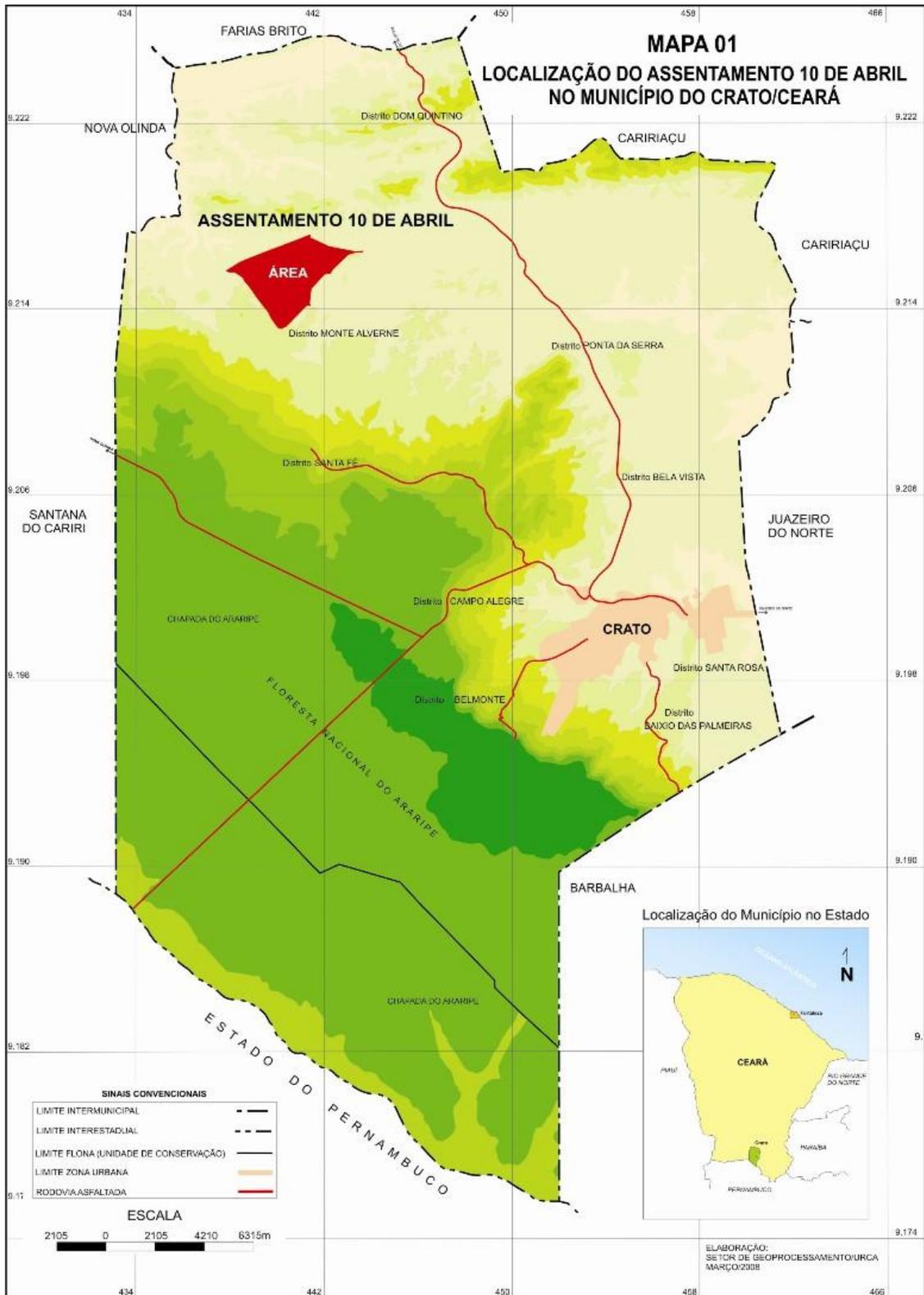
Depois de seis anos morando em Boa Vista (RR), resolveu voltar para Fortaleza (CE) no ano de 1992, motivado pela possibilidade de redistribuição devido à transição do Território para o Estado de Roraima e pelo desejo de aprofundar seus estudos na área de Geografia. A instituição pública federal em que passou a trabalhar foi a Universidade Federal do Ceará (UFC), lotado no Departamento de Geografia. Neste momento, através dos contatos com os professores, teve condições de aprofundar seus estudos a partir de um curso de especialização em Geografia.

Posteriormente, em 1994, o autor passou em um concurso público para professor, na URCA, e, concomitantemente, providenciou sua redistribuição da UFC para a EAFC. Nos seus estudos ligados ao meio ambiente na perspectiva da cidade e do campo, participou da seleção do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, na UFC, concluindo sua dissertação no ano de 1998.

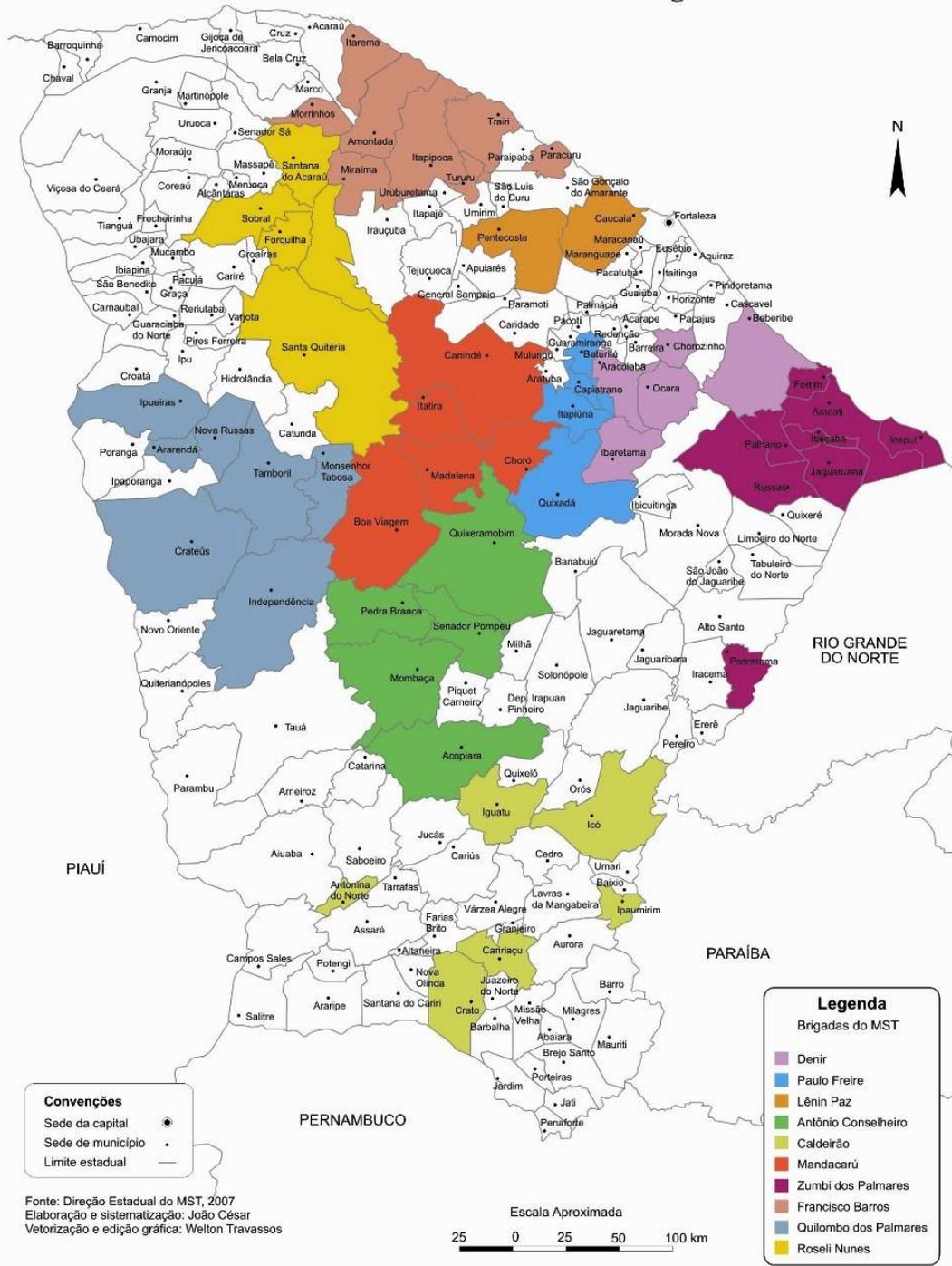
Ao retornar para a URCA e EAFC, passou a ministrar aulas de prática de ensino de Geografia e questão agrária. Dessa forma, aprofundou leituras sobre educação, meio ambiente e assentamentos rurais. Ao mesmo tempo, compreendendo que todo professor-pesquisador, aliás, todo cidadão, não está desvinculado da realidade social e não deve, portanto, excluir-se da participação política, continuou aprendendo e contribuindo com os movimentos sociais no município do Crato.

Assim, interessou-se pelo Assentamento 10 de Abril, localizado nesse município, distante 27 km do centro urbano da cidade do Crato, próximo ao distrito de Monte Alverne (Mapa 01) e, pelo estudo do meio ambiente e da educação ambiental no MST, que no Estado do Ceará é composto geopoliticamente por dez Brigadas¹¹ (Mapa 02), estando o Assentamento 10 de Abril inserido na Brigada Caldeirão (Mapa 03).

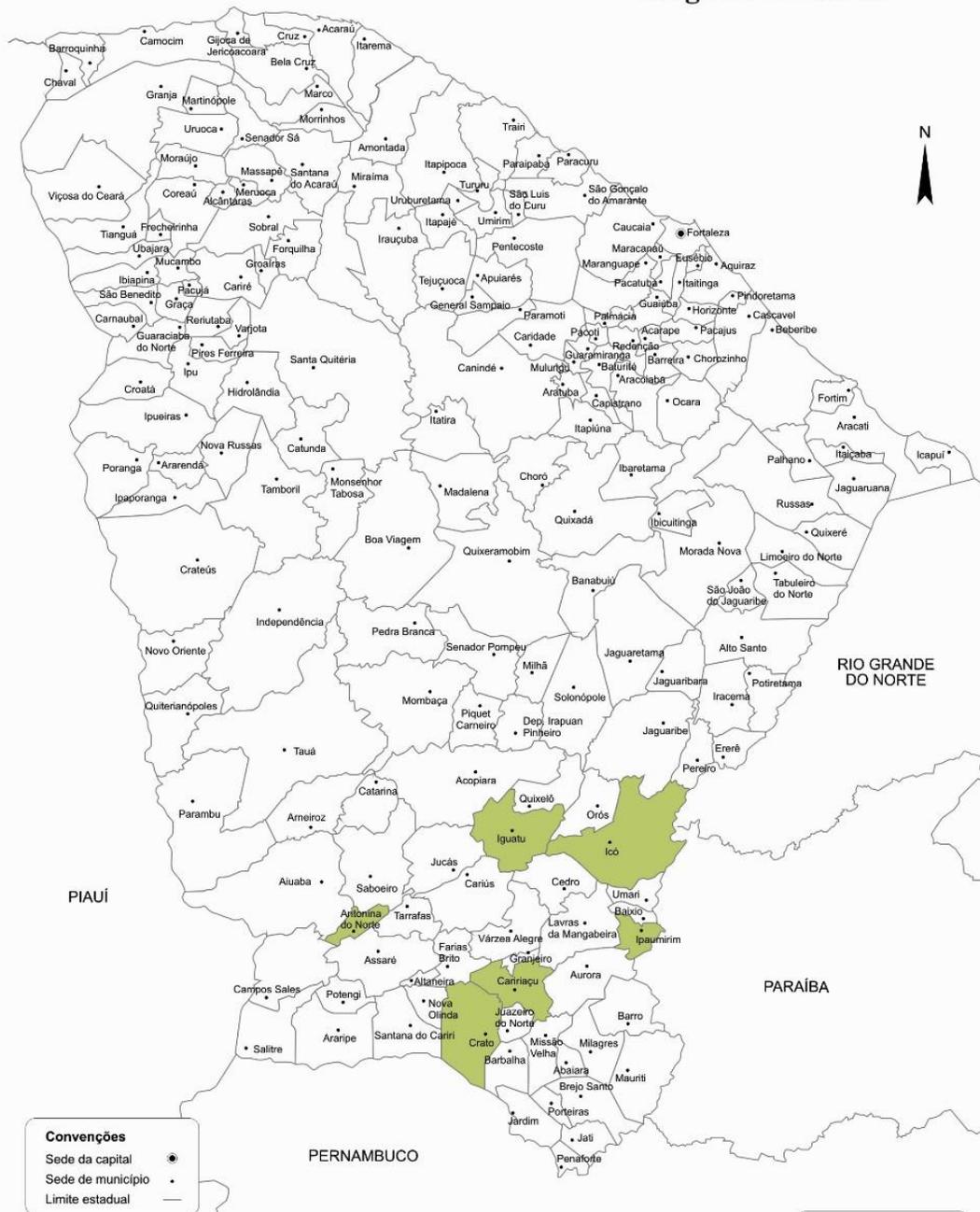
¹¹ Brigadas do MST são demarcações geográficas com caráter geopolítico característico do processo de atuação do Movimento, qualificando sua estrutura orgânica e resgatando o sentido político e de luta específico dos Sem Terra, de acordo com depoimento de um militante da Direção Estadual do MST no Ceará, em 18/12/2007.



Mapa 02 Mapa do Estado do Ceará Brigadas do MST



Mapa 03 Mapa do Estado do Ceará Brigada Caldeirão



Fonte: Adaptado da Direção Estadual do MST, 2007
Elaboração e sistematização: João César
Vetorização e edição gráfica: Welton Travassos

Legenda
Brigada Caldeirão

Portanto, esta pesquisa é fruto de um caminho trilhado do ponto de vista pessoal e profissional, percorrido com estudo, práticas, vivências, conflitos, experimentações, angústias, solidão e encontros com autores, professores, assentados, técnicos de organizações governamentais e não-governamentais.

A seguir relata-se como aconteceu a formulação de uma teoria que pudesse dar maior sustentação às reflexões do autor, em busca de desvendar, entre os assentados do MST, o que eles percebem sobre meio ambiente e educação ambiental e como se manifestam suas representações no Assentamento 10 de Abril.

1.2. Teorias para o Estudo do Assentamento: Conceitos de Representação Social, Meio Ambiente e Educação Ambiental

A base para o referencial teórico da presente pesquisa está em Reigota (2004), que trata dos conceitos de meio ambiente e educação ambiental como representações sociais.

Está no conceito de meio ambiente a primeira questão a ser considerada neste estudo, pois meio ambiente, como representação social, limitava-se às condições naturais; só posteriormente, passou a incluir os problemas sociais, como a pobreza, as favelas, o desemprego, a fome, a violência, dentre outros. Portanto, diante do exposto, o termo Meio Ambiente apresenta-se com grande complexidade e compreende várias questões ligadas ao ser humano e à qualidade de vida do planeta.

Assim, não se deve tratar o meio ambiente de forma fragmentada, pois a vida no planeta não se desenvolve de forma isolada ou compartimentada, mas em contínua conexão. O meio ambiente está diretamente relacionado à própria vida. Capra (2002) explica que as últimas descobertas científicas mostram que as formas de vida organizam-se segundo um mesmo padrão em rede. Há uma conexão oculta que integra as dimensões biológicas, cognitivas e sociais, interligadas por redes complexas. Salienta que os seres humanos estão ligados à teia da vida no planeta, portanto deve-se mudar as crenças e valores para a sobrevivência e sustentabilidade da humanidade.

O sociólogo Herbert de Souza, Betinho, ao expressar sua opinião na Revista Ecologia e Desenvolvimento, tratando o meio ambiente no Brasil, afirmou que, primeiro, deve-se preservar o que existe de mais precioso na natureza, que é a humanidade. Reforçou

sua visão sobre a problemática ambiental, salientando que o corte inútil de árvores é lamentável, porém não se pode admitir, sob nenhuma hipótese e em nenhuma circunstância, a morte e o assassinato de crianças de rua, pobres e abandonadas. Deve-se lamentar e impedir a poluição de rios e mares, mas não se pode admitir a violação sistemática dos direitos humanos, o desemprego, a miséria e a fome (Souza, 1991).

A partir destas concepções, compreende-se que as questões que foram tratadas até hoje relacionadas com o ser humano apresentam dimensões ambientais. No Brasil, as questões ligadas ao genocídio e etnocídio das populações tradicionais, o escravismo, os ciclos econômicos, a presença dos latifúndios, a agricultura para exportação, o agronegócio, os alimentos transgênicos, as sementes híbridas, a modernização conservadora, os agrotóxicos, a espoliação e expropriação dos trabalhadores rurais, a escassez da água, dentre outros, são temas ambientais. Dessa forma, a representação social de meio ambiente por parte dos envolvidos no processo educativo deve ser a base da busca de negociação e solução dos problemas ambientais (Reigota, 2002).

Logo, entendendo que meio ambiente apresenta-se como uma representação social (Reigota, 2002), pois cada indivíduo internaliza e manifesta sua apreensão desse conceito a partir dos conhecimentos e experiências vivenciadas por eles, neste trabalho, adota-se o conceito de meio ambiente baseado na Lei 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. O meio ambiente significa: “O conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Art 3º, Lei 6.938, 1981).

Para Trigueiro (2003), a palavra meio ambiente é uma daquelas expressões que, embora bastante conhecidas, não costuma ser definida com clareza. Um erro bastante comum é confundir meio ambiente com fauna e flora. A maioria dos seres humanos não se percebe como parte da natureza, normalmente entendido como algo de fora. O autor alerta que a expansão da consciência ambiental dá-se na exata proporção em que se percebe meio ambiente como algo que começa dentro de cada um de nós, alcançando tudo o que nos cerca e as relações estabelecidas com o universo.

A educação ambiental tem sido vinculada ao conceito de meio ambiente e ao modo como este é percebido. Assim, a educação ambiental caracteriza-se por incorporar as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas, não podendo basear-se em

pautas rígidas e de aplicação universal, considerando as condições e estágio de cada país, região e comunidade (Dias, 1994). A educação ambiental é entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais com os recursos naturais (Boff, 2004). Existe uma utopia impregnada na educação ambiental que consiste em mudar radicalmente as relações que conhecemos hoje (Reigota, 2004).

Neste trabalho, entende-se o conceito de educação ambiental como representação social, e, adota-se a definição de acordo com a Lei 9.795, de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, sendo:

Educação ambiental são os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Art. 1º, Lei 9.795, 1999)

À educação foi dada a incumbência de ser o agente de mudanças desejáveis na sociedade e a ela se acoplaram à educação sexual, antidrogas, para o trânsito, para a paz, física, religiosa e ambiental (Dias, 1992). Diante da fragilidade da sociedade e da dificuldade de construir uma educação baseada na ética planetária, apontou-se a criação do conceito de educação ambiental, no sentido de chamar atenção para a necessidade do desenvolvimento da consciência crítica da sociedade em relação ao meio ambiente e aos seus aspectos socioculturais, econômicos, políticos, científicos, tecnológicos, ecológicos e éticos (Boff, 2004).

Portanto, a educação ambiental é um conceito que surgiu para repensar as práticas educativas existentes atualmente e que inclui as questões relacionadas com o meio ambiente. Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE)¹², em 2001, com o objetivo de saber o que os brasileiros pensam sobre meio ambiente e o consumo sustentável, percebeu-se que a maioria, quando questionados sobre o que é meio ambiente, atribuiu apenas aos elementos como a água, o ar, as matas e os animais as preocupações ambientais.

¹² Pesquisa realizada pelo IBOPE, em 2001, encomendada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto de Estudos da Religião (ISER), com o tema “O que o brasileiro pensa de meio ambiente e do consumo sustentável”.

Esta comprovação é denunciadora de que o meio ambiente se apresenta para muitos através de uma visão naturalista, antropocêntrica e positivista de entender a realidade (Carvalho, 2004). Isto é preocupante, pois demonstra que a discussão sobre o meio ambiente e a educação ambiental na perspectiva socioambiental (Carvalho, 2004), apesar de acontecer desde os anos de 1960 está sendo incorporada à sociedade muito lentamente.

A emergência de uma série de movimentos sociais entre os anos de 1960 a 2000 fez ecoar pelo mundo questões de cunho político, cultural, ético e ambiental que criticavam o modo de produção capitalista e o modo de vida existente na época. Na área educacional, também surgiram movimentos em contraposição à educação tradicional e às teorias tecnicistas que visavam à formação de indivíduos eficientes e eficazes ao mundo do trabalho (Freire, 2002). O velho paradigma positivista da ciência já não conseguia dar respostas aos novos problemas, caracterizados pela complexidade e interdisciplinaridade. Portanto, tornou-se necessário repensar valores, tradições, costumes, visões de mundo e a educação escolar tradicional, instituídos pela cultura baseada em uma ética antropocêntrica para buscarmos uma educação pautada em uma ética centrada na vida (biocêntrica), que não privilegie a consolidação do modelo de desenvolvimento capitalista, embasada no positivismo e em uma racionalidade técnica, mas em uma nova racionalidade ambiental permeada por um novo paradigma (Leff, 2005).

A educação ambiental é um dos paradigmas produzidos dentro do que se convencionou chamar de modernidade. O que está em debate é também a necessidade de uma visão de mundo, de um paradigma filosófico e científico que priorize a integração dos sistemas e a complexidade. Torna-se cada vez mais necessário ultrapassar a longa trajetória da ciência e da visão de mundo deterministas e reducionistas, que deixam de fora vários aspectos ou ângulos de uma análise do ambiente, da sociedade, da história.

A educação ambiental está direcionada para a compreensão e a busca de superação das causas estruturais dos problemas ambientais por meio da ação coletiva e organizada. A problemática ambiental realiza-se sob a ótica da complexidade do meio social, e o processo educativo pauta-se por uma postura dialógica, problematizadora e comprometida com transformações estruturais da sociedade (Leff, 2005). Entende-se que, ao participar do engajamento coletivo de transformação da sociedade, o sujeito também estará se

transformando. Nesta perspectiva, a sustentabilidade decorreria de uma construção coletiva de um mundo socialmente justo, democrático e ambientalmente seguro.

Quintas (2002) critica as propostas de educação ambiental que procuram investir na mudança de conduta dos seres humanos em relação ao meio ambiente, do ponto de vista individual e comportamental. A concepção de que “cada um tem que fazer a sua parte”, tomando atitudes individualistas somente, como consumir produtos que não degradam o meio ambiente, reciclar o lixo e plantar árvores, denuncia uma visão acrítica e ingênua sobre a problemática ambiental.

Segundo o autor, os seres humanos estão, a toda hora, relacionando-se, convivendo, consumindo ou praticando algo que prejudica o meio ambiente. Muitas vezes, produtos transgênicos e com agrotóxicos são consumidos; utilizam-se embalagens descartáveis; trabalha-se em indústrias poluentes; suporta-se a existência de lixões no bairro. Na verdade, as questões econômicas, políticas, sociais e culturais são as que mais interferem na degradação do meio ambiente.

A degradação dos recursos naturais e a relação dos seres humanos entre si, provocando grande miséria e exclusão, são denunciadoras de uma crise de todo um paradigma civilizacional da modernidade ou pós-modernidade (Santos, 1995). Muitos debates apontam para que, com esta crise de paradigma da modernidade, novas formas de pensar e agir, em relação ao mundo, ao ambiente, ao universo, à empresa, ao emprego, ao Estado, à igreja, sejam reconstruídos. Entretanto, a sociedade que poderia realizar esta crítica não rompeu com o paradigma do desenvolvimento econômico.

O mito do desenvolvimento econômico e da representação social de meio ambiente naturalista está expresso, propiciando o grave erro de perceber a pobreza e a degradação dos recursos naturais como algo que não pode ser combatido. As causas da pobreza e da degradação dos recursos naturais são, na verdade, o padrão econômico das sociedades, o modelo político, ideológico e teórico do mundo atual, a visão cartesiana da ciência e do planeta, as elites políticas, agrárias, empresariais e religiosas.

Compreende-se que desenvolvimento significa liberdade (Sen, 2000). Amartya Sen afirma que liberdade é o principal indicativo do desenvolvimento de um país, estado ou município. Defende que os processos ético-filosóficos fundamentais para o conceito de desenvolvimento estão baseados na expansão sustentada das liberdades reais das pessoas.

Não aquela liberdade apregoada pelos filmes norte-americanos de poder fazer qualquer coisa sem responsabilidade social, mas a liberdade de participação política, de receber educação, de ter assistência à saúde, de poder escolher onde e como morar, de usar as palavras para se expressar, de tomar ações e decisões, de ter igualdade de direito para sexos, etnias e religiões.

Sen (2000) afirma que o desenvolvimento econômico é muito mais do que o aumento da Renda Per Capita¹³. O desenvolvimento tem de ser medido pela ampliação efetiva das liberdades pessoais, e só pode ser atingido pelo aumento dessas liberdades. Um dado importante de sua análise está baseado na afirmação de que liberdades e oportunidades não são apenas indicadores de desenvolvimento; na verdade, são essenciais para que as sociedades se desenvolvam. Garantir liberdade e oportunidade é uma forma eficaz de avançar no desenvolvimento econômico.

A partir do entendimento de meio ambiente e educação ambiental como representação social, foi possível encontrar-se com a Teoria das Representações Sociais, de Moscovici. Para este autor, Representação Social consiste em: “Um *corpus* organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação” (Moscovici, 1978:28).

Como destaca o autor, as representações sociais fazem com que o mundo seja representado pela maneira como pensamos que ele é ou deva ser. Mostram-nos que há uma dinâmica na forma de apreendermos os significados das coisas, onde há uma produção de conhecimentos, comportamentos e de relações com o meio ambiente. A representação social de um objeto está no que se percebe coletivamente e individualmente desse objeto, sendo uma rerepresentação diferente do objeto (Moscovici, 1978).

Reforçando a teoria das representações sociais, Denise Jodelet a define como: "Uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (2002, p.22).

¹³ A renda per capita é um indicador que ajuda a saber o grau de desenvolvimento de um país e consiste na divisão da renda nacional (produto nacional bruto menos os gastos de depreciação do capital e os impostos indiretos) pela sua população, segundo pesquisa realizada no site http://pt.wikipedia.org/wiki/Renda_per_capita, em 22/12/2007.

Assim, as representações sociais são conhecimentos que circulam, cruzam-se e cristalizam-se através de falas, gestos e encontros no universo cotidiano (Moscovici, 1978). Desta forma, a partir deste saber produzido coletivamente, surgem práticas sociais que intervêm na vida social de uma comunidade.

Para Moscovici (1978), a representação social é uma preparação para a ação e os pontos de vista dos indivíduos e grupos são encarados pelo seu caráter de comunicação e expressão, sendo as imagens e opiniões apresentadas na medida em que traduzem a posição e a escala de valores de um indivíduo ou de uma coletividade.

Verifica-se que as representações sociais são:

Conjuntos dinâmicos, seu *status* é o de uma produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aqueles e estas e não de uma reprodução desses comportamentos ou dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior (Moscovici, 1978:50).

Portanto, as representações sociais apresentam-se como uma forma de apropriação da realidade. Ela ocorre através de dois processos: objetivação e ancoragem. A objetivação consiste na função de duplicar um sentido por uma figura, dar materialidade a um objeto abstrato. A ancoragem significa duplicar uma figura por um sentido, fornecer um contexto inteligível ao objeto, interpretá-lo (Sá, 1995).

Nóbrega (2001) explicita melhor o processo de objetivação afirmando que consiste em tornar concreto as abstrações, dar corpo aos pensamentos e transformar o que é impalpável em algo físico e visível. A objetivação apresenta três fases: a primeira, denominada de construção seletiva, consiste na seleção de informações de um determinado objeto que é incorporado ao universo do senso comum; a segunda, classificada de esquematização estruturante, representa o elemento duro, o núcleo central que determina o elemento fundamental da representação; a terceira, a naturalização, representa a materialização de uma abstração.

A ancoragem, segundo Nóbrega (2001), permite a incorporação do que é desconhecido em uma rede de categorias que são comuns e usuais nas relações sociais. Ela está organizada em três condições estruturantes: a atribuição de sentido através da rede de significações que serão incorporados ao pensamento já existente sobre determinado objeto;

a instrumentalização do saber, apoiado por informações que permitirão aos indivíduos compreenderem a realidade na qual estão inseridos; o enraizamento no sistema do pensamento, que é quando o pensamento novo entra em contato com o arcaico e, a partir desse momento outras interpretações da realidade são representadas.

Após o estudo da teoria das representações sociais, foi possível perceber como o conceito de meio ambiente e educação ambiental são apropriados pelos assentados do 10 de Abril e no MST através de suas práticas sociais relacionadas com a dimensão ambiental.

Os documentos, imagens, mapas mentais, símbolos, falas e suas vivências no Assentamento 10 de Abril e no MST sobre as concepções de meio ambiente e educação ambiental foram coletados e analisados a fim de perceber as representações sociais adotadas nas suas práticas cotidianas.

Durante este desafio de refletir sobre que referencial teórico melhor embasaria esta pesquisa, o atalho ou caminho definido para o conhecimento da realidade foi baseado em análises simultâneas de dados qualitativos, através de metodologias diferentes ou mescladas (Matos, 2002), trilhadas por vários caminhos, fundamentado principalmente na pesquisa participante (Ezpeleta, 1986), utilizando procedimentos como pesquisa bibliográfica, documental, na internet e técnicas ou instrumentos pautados em questionários, entrevistas, registro de reuniões, conversas informais, observações, depoimentos, mapas mentais e mapas geográficos, como descrito a seguir.

1.3. O Processo de Investigação para Análise do Assentamento

Os procedimentos iniciais para realização da investigação foram pesquisas bibliográfica, documental e na internet referentes ao meio ambiente, educação ambiental, representações sociais, MST e a Geografia dos assentamentos rurais, para construir uma ampla base de dados sobre o tema e fundamentar a análise do referencial teórico deste trabalho.

As visitas iniciais ao Assentamento 10 de Abril realizaram-se em julho de 2004, para uma aproximação maior com a comunidade. Foram três visitas realizadas neste período, nas quais foi possível conversar com jovens, que costumeiramente ficavam na “bodega comunitária” e os professores que trabalhavam na escola. Nestas esclareceu-se o motivo das visitas enquanto parte de uma pesquisa sobre meio ambiente e educação

ambiental no Assentamento e solicitou-se, das lideranças, permissão para acompanhar o cotidiano dos assentados, promover conversas informais, fotografar, participar das reuniões e assembléias.

Posteriormente, no ano de 2005, quatro visitas foram realizadas, nos meses de janeiro e agosto, sendo o projeto apresentado à comunidade do Assentamento, através de uma reunião com os dirigentes da associação, professores e assentados para explicar a razão da pesquisa, discussão de seus objetivos e a metodologia de trabalho, identificando o grau de aceitação da análise proposta e coletando sugestões e críticas a fim de melhorar o planejamento das ações realizadas no decorrer da investigação.

Tendo a comunidade aceito a proposta de pesquisa, utilizou-se a observação participante (Ezpeleta, 1986), através de uma postura aberta e flexível às necessidades do projeto e as especificidades do Assentamento, em diferentes locais: na escola, na casa dos assentados, nas reuniões e assembléias, no trabalho realizado nas atividades agropecuárias e extrativistas.

Em seguida, no ano de 2006, foram três as visitas ao Assentamento, nos períodos de janeiro, julho e dezembro. Momento que houve um maior engajamento e participação na vida cotidiana dos assentados e nos processos educativos do MST. Nestes encontros, o autor da pesquisa, observou as atividades praticadas na Agrovila, acompanhou o cotidiano dos assentados, fotografou, dialogou com os moradores, dormiu, almoçou, jantou, participou de reuniões e assembléias e entrevistou em algumas questões ligadas a gestão, motivado pelos próprios jovens e lideranças do Assentamento.

A apresentação do resultado parcial do trabalho ocorreu em uma visita realizada em setembro de 2007, na Igreja localizada no Assentamento, com a participação de um grande número de assentados. Nessa apresentação foram expostas fotografias, mapas, desenhos e falas dos assentados, assim como, mais informações para a pesquisa foram obtidas.

Houve outros momentos durante o decorrer da pesquisa, nos quais se realizou olhar e escuta sensíveis, a fim de perceber os conteúdos dos discursos, das falas, dos depoimentos e suas práticas sociais. Também foi importante para a investigação o acompanhamento do cotidiano dos assentados, das aulas dos professores, das palestras das lideranças sobre a gestão do Assentamento, das intervenções dos técnicos de entidades governamentais e não-

governamentais e das tarefas diárias das crianças, jovens e adultos que vivem e estudam no Assentamento.

A realização de entrevistas, visitas e a convivência, durante os 04 anos da pesquisa, com os assentados do 10 de Abril, dirigentes do MST no Ceará e no Brasil, representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e técnicos de órgãos governamentais foi relevante no sentido de poder buscar o maior número possível de informações sobre o meio ambiente e a educação ambiental no Assentamento e construir laços de troca com esses sujeitos.

Optou-se por realizar entrevistas semi-orientadas, buscando seguir um roteiro com questões relacionadas ao objeto da pesquisa, evitando perguntas diretas, para possibilitar maior liberdade e conseqüente clareza de respostas dos entrevistados.

Escolheu-se como entrevistados, entre os assentados, aqueles que apresentavam maior participação nas atividades do Assentamento. No total foram 66 entrevistas, sendo 04 professores (03 homens e 01 mulher), 05 lideranças (03 mulheres e 02 homens), 15 crianças (08 meninos e 07 meninas), 20 jovens (10 homens e 10 mulheres) e 22 adultos (10 homens e 12 mulheres).

Em relação aos dirigentes do MST no Ceará e no Brasil, foram entrevistados 03 mulheres e 02 homens, que tinham maior aproximação com o Assentamento 10 de Abril, principalmente àqueles que participaram do processo de ocupação, além do João Pedro Stédile dirigente nacional do MST.

Dos representantes de Ongs, entrevistou os que participavam mais intensamente das atividades no Assentamento. Foram 04 membros da ACB (02 homens e 02 mulheres), 01 coordenadora da CPT e 01 secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município do Crato (SINTRAC).

Dentre os técnicos de órgãos governamentais, foram escolhidos os que conheciam e acompanhavam o Assentamento e a luta do MST no Ceará: 01 diretora do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), 02 agentes rurais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará (EMATERCE), 01 diretor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), 01 representante da Prefeitura Municipal do Crato (PMC) e 05 professores, sendo 01 da URCA, 01 da Escola Pública em Juazeiro do Norte e 03 da UFC.

As informações acerca do cotidiano dos assentados e de seus espaços de produção foram registradas em diário de campo. Em alguns momentos também foram gravadas.

A análise da historiografia do Assentamento 10 de Abril foi feita a partir de jornais, documentos, depoimentos pessoais e fotografias antigas existentes no arquivo fotográfico do Assentamento, na Direção Estadual do MST e através de doações, por parte de pessoas que conviveram com os assentados, além de fotografias feitas no decorrer da investigação pelo pesquisador, ilustrando os momentos cruciais e relevantes para o entendimento da análise proposta nesta pesquisa.

Utilizou-se, ainda, “mapas mentais” (Lynch, 2001) que possibilitaram perceber as imagens que os assentados possuem do meio ambiente e da educação ambiental no Assentamento.

Os mapas mentais são as imagens que os indivíduos criam sobre seu espaço geográfico. O estudo dos mapas mentais foi desenvolvido por autores como Kevin Lynch (1960), Peter Gould e Rodney White (1974), respectivamente em obras como “The Image of the City” e “On Mental Maps”. A importância dos mapas mentais reside no fato destas imagens individuais influenciarem largamente as escolhas e comportamentos dos indivíduos e as visões políticas, econômicas e culturais sobre o mundo atual (Kozel Teixeira, 2001).

Os mapas mentais representam o que os indivíduos pensam do mundo vivido. São representações simbólicas que o indivíduo mantém com o meio, refletindo as visões de mundo relacionadas ao seu comportamento e suas ações. Mapas mentais são processos cognitivos por meio dos quais se pode apropriar e compreender o mundo ao redor, sendo também caracterizado como um tipo de representação (Kozel Teixeira, 2001).

A interpretação dos mapas mentais consiste na leitura das imagens que são elaboradas pelos indivíduos, propiciando a compreensão do que é captado pela percepção dos mesmos. Nos mapas mentais, ocorre uma grande expressividade e percepções por parte dos indivíduos e dos grupos (Kozel Teixeira, 2001).

Logo, a partir da adoção dos mapas mentais, como instrumento de imaginação investigativa, escolheu a técnica de desenho, realizada mediante a entrega de folhas de papel ofício em branco, lápis de cor e pincéis para os atores sociais envolvidos com o

Assentamento, o que permitiu, depois, analisar algumas de suas percepções, com os produtos entregues.

A materialização deste processo se deu inicialmente com jovens que se encontravam na “bodega comunitária” em julho de 2004 e posteriormente, em agosto de 2005 através de três encontros na escola. No primeiro encontro trabalhei apenas com as crianças, depois com os jovens e posteriormente com os adultos. Vale salientar que a realização dessas atividades foram sempre acompanhadas da justificativa de que serviriam à pesquisa e que, durante estas, também se captou as falas destes atores sociais e a forma como acolhiam a pesquisa.

Para evitar constrangimentos e quebrar a formalidade nestes encontros, teve-se o auxílio de uma criança do Assentamento que entregava o papel ofício a cada assentado pesquisado, e que, após a realização dos desenhos, fez a entrevista utilizando um gravador, enquanto as falas dos assentados eram também anotadas pelo pesquisador. Foram entrevistadas 18 crianças, sendo 5 do sexo masculino e 13 do feminino, 9 jovens (5 homens e 4 mulheres) e 24 adultos, 8 homens e 12 mulheres.

Após esta dinâmica registrou-se conversas informais ocorridas nas casas dos assentados, nos momentos de lazer na mercearia existente e entre uma caminhada e outra quando visitava os espaços de produção do Assentamento.

Os discursos também foram registrados nos momentos das reuniões e assembléias da comunidade, geralmente ocorridos na Escola e na Igreja para decidir sobre questões relacionadas ao Assentamento e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato (SINTRAC).

Para captar pontos ligados ao interesse da pesquisa, estas foram as perguntas utilizadas: O que entendem por meio ambiente? O que compreendem sobre educação ambiental? Qual a relação dos assentados com o MST? Recebem orientação do MST sobre meio ambiente? Que práticas ligadas ao meio ambiente e a educação ambiental são utilizadas no Assentamento?

Posteriormente, foi realizado junto aos assentados, a partir de suas representações sociais, um seminário em setembro de 2007 para apresentar o trabalho a fim de conhecerem, contribuírem e reinventarem seus conceitos em relação ao meio ambiente e a

educação ambiental. As contribuições foram integradas à tese, pois fazem parte da proposta de percurso metodológico.

Utilizou-se, também, para a pesquisa, mapas geográficos, fotografias, cordéis e croquis como instrumentos importantes para a compreensão espacial e territorial do Assentamento, resgatando a história e identificando o cotidiano dos assentados, suas vivências, os espaços de produção, moradia e lazer.

Realizou-se ainda visitas a órgãos governamentais relacionados à questão agrária e agrícola, ao meio ambiente e à educação ambiental, entre eles: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), PMC, IDACE e IBAMA, e conversas com os coordenadores e representantes de entidades não-governamentais, no intuito de colher mais informações sobre meio ambiente e educação ambiental no Assentamento, entre elas: ACB, MST, CPT e SINTRAC.

A seguir, será tratado o meio ambiente e a educação ambiental no MST, enfatizando a luta pela terra, as práticas sociais relacionadas à dimensão ambiental nos assentamentos e os símbolos e documentos do MST.

CAPÍTULO 02

MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MST

Ter a consciência crítica de que é preciso ser o proprietário de seu trabalho e de que “este constitui uma parte da pessoa humana” e que a “pessoa humana não pode ser vendida nem vender-se” é dar um passo mais além das soluções paliativas e enganosas. É inscrever-se numa ação de verdadeira transformação da realidade para, humanizando-a, humanizar os homens.

Paulo Freire (2000)

Neste capítulo, pretende-se analisar quais as representações sociais de meio ambiente e educação ambiental no MST a partir dos discursos, práticas, documentos, símbolos e vivências nos assentamentos.

Questiona-se a ambigüidade das noções de meio ambiente e educação ambiental no Movimento, que em alguns momentos se constroem englobando o ser humano como elemento da natureza, e que em outros apresenta uma dimensão conceitual que procura excluí-lo, demonstrando a complexidade e a dificuldade de compreensão destes conceitos e a maneira confusa que aparecem nos seus documentos e escritos e também nas representações sociais dos assentados.

Discute-se o meio ambiente e a educação ambiental no MST, tratando de questões relacionadas com a memória do Movimento e a luta pela terra no espaço agrário do Brasil e no Ceará, uma busca dos Sem Terra de serem proprietários de seu trabalho como afirma Paulo Freire, nas ações desencadeadas no processo de ocupação e conquista da terra. Posteriormente, reflete-se sobre as teorias e as práticas das representações sociais de meio

ambiente e educação ambiental e suas conexões com os assentamentos rurais no MST e, em seguida, realiza-se uma análise dos símbolos, documentos e outros registros do MST e sua dimensão ambiental.

2.1. O MST e a Luta pela Terra no Brasil e Ceará

Scherer-Warren (1993) faz uma discussão sobre os movimentos sociais rurais e o meio ambiente, afirmando que há uma fraca presença da dimensão ambiental nas pesquisas sobre movimentos sociais rurais no Brasil. Para tanto, indaga se a diminuta preocupação das pesquisas sobre a problemática ambiental nos movimentos sociais rurais deve-se ao fato de não ter se mostrado relevante para os próprios movimentos ou se é consequência dos cientistas que não tratam da dimensão ambiental nos seus trabalhos. Dialogando com a autora, concorda-se efetivamente com sua afirmação, pois há poucos trabalhos enfocando temas relacionados com meio ambiente e educação ambiental nos assentamentos do MST e há um dilema a ser revisto, em virtude do próprio percurso ontológico da discussão ambiental dentro dos movimentos sociais e no seio da academia, devido às ambigüidades do conceito de meio ambiente e educação ambiental.

Compreende-se que a dimensão ambiental, entendida a partir da noção de meio ambiente como sendo tudo que está relacionado com a vida no planeta, sempre existiu na história da humanidade, pois as relações de poder entre indivíduos ou grupos propiciavam conflitos e lutas em busca de sobrevivência e direitos inerentes aos seres humanos. A década de 1960 marca a emergência e uma maior visibilidade dos movimentos sociais que fizeram ecoar reivindicações políticas, culturais, ambientais, étnicas, religiosas, sexuais, educacionais, dentre outras que criticavam o modo de vida existente, gerador de muitos preconceitos e exclusão em virtude da chamada Revolução Técnico-Científica-Informacional (Vesentini, 1993), ocorrida no século XX, gerando o processo de globalização e pondo em contato economias, culturas e sociedades, formando redes de solidariedade em busca de qualidade de vida.

Entre os movimentos sociais estavam reivindicações ligadas ao escravismo, direitos humanos, hippie, poluição, desmilitarização, lixo atômico, diversidade sexual, ao direito das mulheres, agrotóxicos, transgênicos, negros, anistia, moradia, reforma urbana, agrária e pela paz.

Algumas conferências na área de meio ambiente e educação ambiental foram propostas no intuito de pensar questões relacionadas com as paisagens naturais, o ambiente humano, pobreza, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, população e mudanças climáticas. Entre elas podemos elencar: I Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano (Estocolmo, 1972); I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Tbilisi, 1977); II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992); Conferência sobre Mudanças Climáticas (Kyoto, 1997) e a Conferência da Cúpula Planetária para o Desenvolvimento Sustentável, chamada de Rio + 10 (Johannesburg, 2002). Nestas conferências, oficializadas pelos Estados-Nações, sempre houve a participação paralela da sociedade civil através dos representantes dos movimentos populares, das organizações não-governamentais (ONGs), de partidos políticos, de igrejas e sindicatos instituindo os fóruns, que deram origem ao Fórum Social Mundial¹⁴.

A educação ambiental aparece com mais força a partir da I Conferência Intergovernamental em Tbilisi no ano de 1977, apresentando diretrizes para pensar no processo de desenvolvimento com bases sustentáveis, repercutindo dessa forma nos movimentos sociais que discutiam os problemas relacionados ao meio ambiente.

Entre os temas discutidos nestas conferências e fóruns destacavam-se questões sobre a problemática ambiental, com apresentação de indagações também relacionadas ao conceito de meio ambiente e educação ambiental.

Estudiosos afirmavam que a catástrofe ambiental decorria do processo de industrialização, a partir do século XIX. Também surgiu com o advento das armas nucleares a partir da década de 50, do século XX. A problemática ambiental decorre do modo de vida atual, além de existir os que defendiam que era gerado pelo modelo de desenvolvimento capitalista e a busca incessante de lucro. Dessa forma, a crise ambiental

¹⁴ Sobre o Fórum Social Mundial ver Grzybowski (2001). Esse autor relaciona a origem do Fórum Social Mundial com os movimentos sociais na década de 1990, que buscavam alternativas para os problemas ligados com a luta por cidadania.

aparecia nas discussões vistas sob o prisma da natureza como um meio de produção capitalista, ou uma criação e artifício do capitalismo, prestando-se a desviar a atenção da principal contradição da sociedade, a relação capital-trabalho e como necessidade capitalista em termos econômicos de preservar a natureza, para evitar gastos com capital para sua recuperação; ainda havia os que defendiam a questão ambiental como tudo aquilo que estava relacionado ao ser humano (Dias, 1992).

O debate sobre a problemática ambiental foi segmentado em algumas correntes ideológicas denominadas de Preservacionismo clássico, Eco-capitalismo e Eco-socialismo (Waldman, 1992). A partir daí ficou mais clara a diversidade em relação ao conceito de meio ambiente e educação ambiental.

Defende-se que a dimensão ambiental está contextualizada com a questão social, política, econômica, urbana, agrária, cultural, todas ligadas à qualidade de vida da sociedade.

Gonçalves (1992) discute o meio ambiente a partir de uma dimensão mais ampla do entendimento da sociedade, compreendendo que o conceito de natureza é uma construção histórica e que cada cultura e até uma mesma cultura cria, inventa e institui um determinado conceito do que seja natureza. Assim, a própria idéia, noção ou conceito de natureza não é natural, mas historicamente e socialmente criada.

Não concebendo a natureza como um conjunto de recursos infinitos a disposição do desenvolvimento, Gonçalves (1992) afirma que também dela não está separado o ser humano, tomado como seu senhor todo poderoso (antropocentrismo). Da mesma forma Moscovici (1975) no seu livro “Sociedade contra a Natureza” destaca que:

As concepções modernas da sociedade insistiram na oposição entre homem e a natureza; puseram a ênfase na preeminência da regra, do econômico ou do político, e subestimaram a importância da regulação que efetuamos em relação às forças materiais, bem como negligenciaram a criação das faculdades produtivas e científicas. (p. 358)

Para o autor, a sociedade, quando examinada, apresenta-se como forma e fundo em relação a si mesma e ao universo, sistema autônomo e parte de um sistema cósmico mais amplo, totalidade dotada de uma existência específica incluída em ordens naturais e sociais. A sociedade representa uma realidade primeira caracterizada de força e ação coletiva,

compreendendo o fazer, o saber e os recursos. E também uma realidade secundária derivada onde transforma o fazer, o saber e os recursos em riqueza, poder e ideologia. Moscovici (1975) afirma que a sociedade é uma modalidade de esquecimento da natureza, não podendo dissociar sociedade e natureza.

A partir da diversidade de apreensão dos conceitos de meio ambiente e educação ambiental instituídos pela sociedade e percebendo que esses termos apresentam-se como representações sociais, compreende-se que desde o processo de formação do Estado Brasileiro, problemas ambientais já constavam na pauta das discussões dos primeiros habitantes (populações tradicionais) e dos colonizadores que invadiram a América Latina, contribuindo efetivamente para a grande concentração de terras no Brasil e os impactos sócioambientais.

Na formação sócio-territorial do Brasil, iniciado através da invasão do território brasileiro (1530) pelos portugueses no processo de colonização a partir da implantação das Capitânicas Hereditárias, aconteceram conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil, caracterizados por problemas ambientais, fato originado efetivamente pela expansão do capitalismo europeu no século XVI, estendendo-se até os nossos dias, século XXI, com a luta dos sem terra, das populações tradicionais (nações indígenas), dos posseiros, peões, dos camponeses, agricultores familiares expropriados, dos desapropriados das grandes obras do Estado e a dos trabalhadores bóias frias, além de impactos no território brasileiro motivados pelos desmatamentos, queimadas, monoculturas, esgotamento dos solos e poluição dos rios (Oliveira, 1988, p.15).

Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos “filhos do sol” em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido.

Houve no Brasil, entre outros conflitos, movimentos como o de Canudos na Bahia, entre 1896 e 1897, a Guerra de Contestado, nos estados do Paraná e de Santa Catarina, de 1912 a 1916, as lutas dos colonos nas fazendas de café, de 1911 a 1930, que representavam instrumentos de luta e resistência dos trabalhadores rurais. Estes movimentos atestam a dinâmica do campo no Brasil e retratam o lado cruel da luta pela terra e a forma perversa com que as elites dominantes utilizam para manter a injusta estrutura fundiária no campo

(Martins, 1981). Nestes movimentos já estavam implícitas preocupações do ponto de vista ambiental, principalmente através da luta pela terra.

Em 1936, na Região do Cariri, no Estado do Ceará houve também, um cenário de conflitos pela posse da terra e, sobretudo, pelo direito de desenvolver um tipo de organização social que garantisse a sobrevivência dos trabalhadores rurais envolvidos. Trata-se da comunidade do Caldeirão, um movimento liderado pelo Beato José Lourenço, um importante seguidor do padre Cícero Romão Batista, e que, em um terreno cedido pelo padre antes de sua morte, resolveu organizar uma comunidade religiosa baseada na produção coletivista, atraindo o ódio das forças conservadoras da época, até ser destruída por volta de 1937.

Outros conflitos ocorreram e foram exemplos de luta para os movimentos sociais no campo no Estado do Ceará, como o de Japuaçu no município de Canindé em 1971 e Monte Castelo em 1978, no município de Choró. Esses conflitos foram exemplos das lutas dos trabalhadores rurais no estado do Ceará, fazendo com que os movimentos sociais no campo se mobilizassem e ampliassem sua participação e organização a fim de lutar pela implantação da reforma agrária no Estado (Barreira, 1987).

Hoje, o MST, os assentados do 10 de Abril e a sociedade civil organizada na cidade do Crato e no estado do Ceará relembram o episódio do Caldeirão, fato retratado vastamente na Literatura de Cordel¹⁵, juntamente com outra força de resistência no campo conhecida como as Ligas Camponesas¹⁶ nas décadas de 1950 e de 1960, condicionando o fortalecimento da luta camponesa no Cariri.

Atualmente, os conflitos sociais rurais e a luta pela terra têm maior visibilidade através do MST, que congrega, além de trabalhadores rurais, pessoas que se identificam com essa luta e acreditam que a sociedade não alcançará uma melhor qualidade de vida enquanto essa estrutura fundiária não for dissolvida, ou se efetivar no país uma política agrária e agrícola condizente com os anseios da sociedade como um todo e não de uma minoria privilegiada, representada pelos latifundiários e o agronegócio (Morissawa, 2001).

O MST atualmente representa um dos movimentos mais organizados do país, apesar das dificuldades e do grande número de assassinatos de seus integrantes. Desde que foi

¹⁵ Ver os Cordéis de Geraldo Amâncio (2001) e Francisco Edésio Batista (2002).

¹⁶ Ver Oliveira (1988).

criado, esses elementos não contribuíram para a sua desorganização. O assassinato de trabalhadores, especialmente Sem Terra, tem crescido e muitos passam quase despercebidos pela sociedade em geral. Os assassinos e seus respectivos mandantes raramente são punidos. Este ambiente de impunidade auxilia para que ocorram tragédias, como a de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, no dia 17 de abril de 1996, onde 19 trabalhadores rurais sem terra foram mortos e 68 feridos pela polícia militar (Morissawa, 2001).

A repressão violenta de movimentos no campo configura um padrão de conflitos que ocorrem através de assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais diariamente, sem que a justiça seja feita, conforme a CPT¹⁷ que todo ano publica dados sobre a violência no campo.

Tais fatos reforçam a idéia de que é necessária uma reforma agrária urgente, para dissolver esta estrutura agrária marcada pela presença de grandes latifúndios improdutivos e setores ligados ao agronegócio, em detrimento de trabalhadores rurais sem terra. É fundamental a execução de uma política agrária e agrícola que favoreça não uma pequena elite com um padrão de dominação secular, mas que venha a dar suporte ao desenvolvimento da produção familiar voltada para o mercado interno e a qualidade dos produtos. As relações no campo precisam ser humanizadas e a terra liberta, pois não é possível falar em uma sociedade sustentável e respeito ao meio ambiente enquanto grande parte da população não tem acesso a um direito fundamental: o direito a terra (Morissawa, 2001).

Acredita-se que estes aspectos levantados estão em conexão com o meio ambiente e a educação ambiental, pois relatam a luta pela vida¹⁸. A terra representa para os trabalhadores rurais o lugar de segurança, de pertencimento, de oportunidade de trabalho e renda, de sobrevivência, de moradia, de tranqüilidade e de liberdade (Martins, 1981).

¹⁷ Desde sua criação, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra vem denunciando a grave situação no campo brasileiro, onde os conflitos pela posse da terra geram a violência e a morte de trabalhadores rurais. Em 1985, os dados começaram a ser sistematizados e publicados. Desde então, todos os anos, a entidade publica a obra *Conflitos no Campo Brasil*.

¹⁸ Para Noal (2003) uma perspectiva ampliada de meio ambiente perpassou os trabalhos de Josué de Castro (1946, 1951) mostrando a lucidez, a clarividência e a atualidade de seus pensamentos. Josué de Castro referia-se ao meio como algo mais complexo, que abrangia questões ligadas principalmente à fome e à pobreza.

Dialogando com Scherer-Warren (1993) há formas diferenciadas de apropriação pelas pessoas da problemática ambiental e como elas expressam seu significado nas práticas cotidianas. Sendo assim, entendo que os movimentos sociais no campo sempre estiveram imbuídos em superar os problemas ambientais da época.

A seguir, tratar-se-á do MST e como vem sendo discutido o meio ambiente e a educação ambiental nos assentamentos organizados pelo Movimento no Brasil no que se refere às práticas e vivências no cotidiano dos assentados.

2.2. Meio Ambiente e Educação Ambiental nos Assentamentos Rurais do MST

Discutir o MST nos remete a pensar os processos de socialização, espacialização e territorialização da luta pela terra¹⁹. Esses processos no século XXI representam as formas de resistência dos trabalhadores e a implantação de assentamentos rurais, simultâneos à intensificação da concentração fundiária e à violência no campo.

O estudo desses processos nos permite compreender a construção da forma de organização social em movimento e da multidimensionalidade de seus espaços, bem como das sucessivas conquistas de frações do território: propósito essencial da luta (Fernandes, 1999, p.17).

Dessa forma, o MST recoloca constantemente a questão da reforma agrária no espaço e no território nacional através de suas caminhadas, ocupações, acampamentos e assentamentos. São adultos, jovens e crianças que cantando os seus hinos e hasteando suas bandeiras demonstram o desejo de sobreviver de forma digna e de lutar por uma sociedade mais justa, onde possam trabalhar e viver. Assim, os assentados constroem um espaço social²⁰ dinâmico e apoderam-se de frações do território dando origem aos assentamentos.

A conquista dos assentamentos ocorre a partir da formação política através das reuniões e discussões, onde há a apresentação dos objetivos do Movimento, o conhecer-se, a busca da identidade e a definição das metas a serem atingidas no processo de ocupação e nas ações concretas a partir das relações de poder e apropriação das terras ocupadas pelos Sem Terra.

¹⁹ Ver Fernandes (1999).

²⁰ O espaço social é entendido como realidade produzida pela materialização da existência social, por meio da realização integral da vida em seu processo de desenvolvimento (Fernandes, 1999).

Para a formação de seus quadros e da organização e gestão dos assentamentos o MST vai ampliando seu poder e fortalecendo espaços e territórios que desejam para a reforma agrária. Entende-se que a reforma agrária deva ser implantada no País através de políticas públicas que procurem democratizar o acesso à terra e melhorar a qualidade de vida dos assentamentos rurais. O Brasil está entre os países com a maior concentração de terras do mundo. As terras brasileiras, há séculos, são controladas por grupos políticos e corporações transnacionais que aumentam dia-a-dia seu poder político, econômico e tecnológico (Morissawa, 2001).

No Ceará, o processo de concentração de terra perpetua-se nos mesmos moldes do que acontece em todo o Brasil. Segundo Alencar (2005) a questão agrária no Ceará apresenta-se caracterizada por uma série de fatores, como:

Prioridade da política de governo para a indústria, o turismo e o setor urbano; baixa produtividade; falta de investimentos em pesquisas direcionadas para as regiões geoambientais; carência de assistência técnica; poucos programas e escassez de recursos financeiros para investimentos e custeio para a agricultura e pecuária; falta de políticas para conviver com as estiagens periódicas; inexistência de infra-estrutura produtiva e social (educação, saúde, lazer, etc); inadequado uso dos solos e estrutura fundiária concentrada (Alencar, 2005, p. 16).

A concentração de terra no Ceará é um inibidor de uma maior atividade no campo, o que provoca problemas ligados aos conflitos de terra e à violência rural, junto com outros elementos, já denunciados por Alencar (2005), caracteriza-se por uma diminuição da participação do setor rural no Produto Interno Bruto (PIB), durante três décadas consecutivas e a redução na geração de emprego no setor agrícola e pecuário, o que diminui consideravelmente a ocupação de mão-de-obra no campo, provocando problemas para a economia do Ceará e, desta forma, ampliando a desigualdade de renda e o aumento da pobreza no Estado.

Há, então, a ineficiência de políticas públicas que promovam a reforma agrária no Brasil. Não há nenhum interesse em desconcentrar a terra e a riqueza por parte dos governos instituídos que através de atividades como o processo de clonagem²¹ de

²¹ O processo de clonagem de assentamento consiste na inclusão de assentamentos criados na década de 1980 sendo divulgados como implantados em 2001 (Fernandes, 2006).

assentamentos, a militarização da questão agrária²², a judicialização da luta pela terra²³, a criminalização das famílias que participam de ocupações privilegiando o latifúndio, o agronegócio²⁴ e a autofagia²⁵, acabam promovendo a concentração da terra, a violência no campo e o aumento da pobreza.

Fernandes (2006a) afirma que de 1995 a 2002 foram desapropriados vinte e um milhões de hectares no Brasil. Esse número tem um significado importante para a reforma agrária quando comparados com os dados da estrutura fundiária. De acordo com os dados do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 2003) a área ocupada pelas propriedades rurais cresceu oitenta e nove milhões de hectares no período de 1992 a 2003. As propriedades capitalistas tiveram um aumento de cinquenta e dois milhões de hectares. As propriedades familiares cresceram trinta e sete milhões de hectares. Nesse período de onze anos foram desapropriados vinte e cinco milhões de hectares.

Embora existam críticas aos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, é indiscutível que são dados oficiais utilizados para políticas de reforma agrária. Logo, supondo que no período 1992 a 2003, as famílias sem terra não tivessem ocupado terras para pressionar o governo na realização da reforma agrária, o crescimento da área das propriedades capitalistas teria sido de setenta e sete milhões de hectares. Enquanto o crescimento das propriedades familiares teria sido de doze milhões de hectares. Isso significa uma maior concentração de terras. Ou seja, a média anual de expansão da área das propriedades capitalistas que foi de 4,7 milhões de hectares, subiria para 6,5 milhões de hectares. Enquanto a média anual de expansão das propriedades familiares que foi de 3,4 milhões, cairia para 1,1 milhões (Fernandes, 2006).

²² A militarização da questão agrária ocorreu com o desenvolvimento do governo militar a partir de 1964 consistindo na repressão a ocupação de terras, ver Martins (1984).

²³ A judicialização da luta pela terra consiste na intervenção do poder judiciário nos conflitos de terra que criminaliza as famílias que participam de ocupações.

²⁴ O agronegócio foi uma palavra criada na década de 1990 que consiste em um novo tipo de latifúndio onde não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção, comercialização, pesquisa e as políticas de desenvolvimento no campo brasileiro.

²⁵ O processo de autofagia acontece quando as famílias são assentadas em assentamentos já existentes ou em assentamentos implantados em terras públicas ou em assentamentos já existentes em terras públicas (Fernandes, 2006).

Portanto, de fato, a reforma agrária na década de 1990 contribuiu para impedir a intensificação da concentração fundiária. No Brasil, a política de assentamentos não desconcentra terra, apenas minimiza a rapidez da sua concentração. Este problema pode se agravar quando acontecer o fechamento da fronteira agrícola²⁶. Cerca de 60% das terras desapropriadas estão na região Norte, onde se movimenta a fronteira agrícola com a impetuosidade do agronegócio (Fernandes, 2006b).

Rodrigues (2006), enfatiza que não houve desconcentração de terra e que pequenos agricultores têm abandonado o campo por causa da falta de uma política de crédito adequada e pela carência de assistência técnica. Afirmando que na verdade há uma política complementar e não uma verdadeira reforma agrária.

Entre os problemas do campo, Rodrigues (2006) destaca a necessidade de haver um maior processo de desapropriação, a melhoria da qualidade dos assentamentos, uma política de crédito que atenda os assentados, que não seja o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o fortalecimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a desburocratização do crédito agrícola nos bancos, a revogação da medida provisória que determina que terra ocupada não pode ser vistoriada e desapropriada em dois anos, a atualização dos índices de produtividade, que está prevista em lei.

No entanto, o processo de espacialização e territorialização do MST continua através de mobilização por todo o país e com as políticas de ocupação, acampamento e assentamento. No Brasil o número de acampamentos e assentamentos vem crescendo a cada ano, apesar de muita resistência por parte dos governos e das elites nacionais. Mesmo assim, até 2001 contabilizaram-se 4.340 assentamentos com capacidade para 528.266 famílias distribuídas em 24.198.000 ha. Sendo que, a grande maioria está localizada na região Norte-Nordeste (Construindo o Programa Ambiental do MST para Reforma Agrária, 2004). No Ceará, segundo dados de Alencar (2005) o Estado possui cerca de 300 assentamentos, numa área de 452.432 hectares, com 13.380 famílias assentadas.

²⁶ Fronteira agrícola são terras passivas de serem ocupadas, localizadas principalmente na região norte do Brasil.

Nestes assentamentos do Ceará e do Brasil organizados pelo MST, há uma preocupação com o meio ambiente e a educação ambiental, desde o processo de ocupação, passando pelo acampamento e seguindo na gestão dos assentamentos.

Essa afirmação pode ser confirmada segundo Galvão (2007), defendendo que:

A luta e a conquista da terra pelo MST, em si, já pode ser considerada um primeiro passo para que a EA esteja sendo vivida. Porque a luta pela terra, para que nela se produza com respeito ao ambiente é algo que vem sendo deixado explícito nos documentos do movimento e experienciado em algumas regiões. A EA é vivida na busca por um pedaço de chão, como uma luta política, educativa e ambiental, no sentido de ser implantada nos assentamentos, dentro do sistema de cooperação coletiva e individual. A cooperação na agricultura e a racionalização da produção de acordo com os recursos naturais têm sido menos agressivas com o meio ambiente, porque usam a lógica do cuidado em manter o ambiente com condições de sustentabilidade vendo que a natureza é esgotável (p.235).

Em entrevista com um membro da Direção Estadual do MST no Ceará, ela afirmou que no processo de ocupação os Sem Terra ocupam terras improdutivas, de latifundiários e de empresas ligadas ao agronegócio que praticam a especulação imobiliária e o mercado de terras, desenvolvendo monoculturas para exportação, que utilizam o regime de trabalho escravo, além de desmatarem, queimarem, poluírem as terras e os mananciais hídricos com agrotóxicos e plantarem sementes transgênicas com a utilização de implementos agrícolas como os tratores que danificam o solo gerando o processo de desertificação, dentre outros impactos ao meio ambiente.

O MST evita a todo custo ocupar terras de preservação permanente, reservas ecológicas, áreas de proteção ambiental e toma cuidado de no momento da ocupação planejar formas para evitar a degradação do meio ambiente.

No acampamento, a dimensão ambiental aparece no processo de organização dos Sem Terra que participam do Movimento, onde os acampados lutam pelo direito à terra, moradia, educação, saúde, segurança alimentar, ao lazer e à cultura.

As escolas itinerantes construídas no acampamento e as cirandas infantis que buscam ensinar formas de convivência comunitária entre os acampados e instituir a prática de leitura e escrita para que nenhum assentado ou “sem terrinha” continuem na situação de analfabetos podem ser considerados exemplo de luta pela vida e preocupação com o meio ambiente e a educação ambiental.

Na produção de alimentos procuram trabalhar de forma coletiva, evitando o uso de agrotóxicos e utilizando da agroecologia para não degradar os solos, além de repartirem a alimentação para as famílias, evitando a fome e contribuindo para que todos tenham o direito a uma alimentação adequada.

No assentamento, estes valores relacionados à manutenção da vida e do meio ambiente continuam a ser reproduzidos através da gestão dos assentamentos. A partir da construção do Estatuto e do Regimento Interno do assentamento se delineiam formas de uso e ocupação das terras e regras de convivência entre os assentados. Geralmente nos assentamentos há uma política de cumprimento da Lei 7.771 de 15 de setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal Brasileiro, determinando uma área de 20% do imóvel para reserva florestal ou reserva legal (Morissawa, 2001).

Primeiro vem a moradia, muitas vezes de lona e palha de coqueiros, depois a busca de apoio governamental e não-governamental e a preocupação com alimento, com remédios, roupas, dentre outras necessidades dos assentados. Neste Movimento, surge a preocupação com a formação de seus militantes através da escola, uma escola que procura trabalhar as questões práticas, vivenciados pelos trabalhadores rurais na organização do assentamento.

A escola fundamenta-se como prática social e política que se determina a partir das relações sociais entre classes e se constitui, ela mesma, em uma das formas concretas de tais relações (Grzybowski, 1986), o saber formal da escola e o saber popular dos assentados entram em conexão a fim de contribuir na luta pela terra.

Tendo como referência os estudos de Caldart (2000), que afirma que o conteúdo ensinado nas escolas rurais não são adequados ao campo, contribuindo para acelerar o êxodo rural ao “fantasiar” uma realidade bem mais atraente nas cidades, além de apontar que a habilitação inadequada dos professores, eminentemente urbana, como motivadora desta escola descontextualizada com a realidade do assentamento e do saber popular dos assentados, o MST construiu uma pedagogia própria para o movimento, denominada “Pedagogia da Terra”²⁷. Logo, na luta dos movimentos sociais está contida a luta pela

²⁷ Para maior aprofundamento sobre a pedagogia da terra ver a obra Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos 1990-2001. Cadernos de Educação Nº 13 edição especial. MST/ ITERRA. 2005.

escola que contribua com um saber formal respeitando o saber popular dos atores envolvidos no processo de resistência e na busca de melhores condições de vida.

Logo, essas questões tratadas acima retratam a diversidade de temas que são trabalhados pelo MST, demonstrando o caráter interdisciplinar e transversal da problemática ambiental nos assentamentos de reforma agrária no Brasil e Ceará que se materializa no Assentamento 10 de Abril.

Dessa forma, confirma um depoimento de um membro da Direção Estadual do MST no Ceará respondendo a um questionamento de como se trabalha o meio ambiente e a educação ambiental nos assentamentos rurais. Segundo ela:

O meio ambiente e a educação ambiental são temas que estão inseridos no cotidiano do assentamento e perpassam todas as atividades de organização e gestão. Geralmente são praticados de forma transversal nas discussões em assembléias, nos cursos, na escola e nas atividades produtivas, pois entendo que são questões ligadas com a luta pela terra. (Depoimento de uma militante do MST)

As atividades produtivas, de acordo com Morissawa (2001) devem ser praticadas delimitando as áreas para o plantio de roçados, avicultura, pecuária, horticultura e apicultura nos assentamentos.

A construção de moradias, escolas, armazéns, galpões, açudes e outros equipamentos de infra-estrutura são planejados atendendo os anseios da coletividade e suas necessidades reais.

No que se refere ao espaço de convivência, criam regras através de discussões coletivas em assembléias determinando o espaço dos terreiros ou quintais das moradias, uso do trabalho individual e coletivo, consumo de bebidas alcoólicas, pedagogia da escola, questões de gênero, emprego e renda, juventude, lazer e demais questões que vão surgindo nos assentamentos.

Portanto, entende-se que a preocupação ambiental configura-se como uma questão que perpassa pelo MST e seus assentamentos, mas com suas especificidades e singularidades, sendo necessário discutir e entender melhor as representações sociais de meio ambiente e educação ambiental nos documentos do MST e nas ações dos seus militantes e assentados, o que será analisado a seguir.

2.3. Símbolos e Documentos do MST na Perspectiva Ambiental

O MST possui sua história conectada com o surgimento da problemática ambiental no Brasil e no mundo. Sua gênese está ligada a Igreja Católica através da criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no início da década de 1960 e posteriormente a CPT, em 1975 baseada nos princípios da Teologia da Libertação²⁸ a fim de que os trabalhadores rurais e urbanos lutassem contra as injustiças e por seus direitos, até tornar-se independente em 1984 (Morissawa, 2001).

As discussões relacionadas com o meio ambiente e a educação ambiental foram travadas no seio dos movimentos sociais, onde diversas temáticas surgiam no sentido de orientar uma maior participação da sociedade civil com os destinos do mundo e conseqüentemente do Brasil frente ao capitalismo que gerava todo tipo de mazela entre os trabalhadores urbanos e rurais.

Temáticas que abordam questões mundiais e nacionais foram processualmente sendo incorporadas ao MST, denunciadas através das conferências mundiais já citadas anteriormente e pelas campanhas da fraternidade promovidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Atualmente, além dessas questões há uma forte discussão quanto a problemas ambientais pontuais como a transposição do Rio São Francisco, sementes transgênicas, agronegócio, democratização das comunicações e preço de energia que atestam a visão abrangente do Movimento em luta por uma melhor qualidade de vida (Morissawa, 2001).

A apropriação dessas discussões pelos Sem Terra e a luta pela reforma agrária foram acompanhadas pelo fortalecimento do MST e por sua maior visibilidade na sociedade, gerando uma identidade marcada por uma simbologia que mostra o sentimento de pertença ao MST. Instrumentos utilizados como a bandeira, hinos, música, poesias, músicas e a arte são de extremo valor para os assentados.

A bandeira do MST representa um importante marco referencial para o fortalecimento da concepção de ser um Sem Terra (Gohn, 2000). Criada em 1987, esta

²⁸ A Teologia da Libertação foi um movimento de crítica à Igreja Católica no intuito de promover uma maior mobilização social em favor dos excluídos. Essa doutrina ganhou força a partir do Concílio Vaticano II (1965) e reforçada pela II e III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín (Colômbia) em 1968 e Puebla (México) em 1979, respectivamente. No Brasil seus principais divulgadores são Frei Betto e Leonardo Boff.

bandeira explicita o poder simbólico dos que atuam na luta pela terra. A cor vermelha significa o sangue derramado pelos atores sociais que morreram acreditando que um mundo mais justo e igualitário seria possível e pelos militantes que tombaram em defesa do socialismo e do comunismo. O casal de trabalhadores rurais demonstra que a luta é feita por homens e mulheres e suas famílias, e que ambos são merecedores de respeito e liberdade. O mapa traz uma representação do Brasil e que o movimento está territorializado por todo o país. O facão que o homem empunha representa as ferramentas de trabalho e o desejo de lutar pela terra para quem nela trabalha. O branco simboliza a paz, o verde representa as terras brasileiras e suas matas e o preto o luto pelos camponeses que morreram na luta.

O Hino do MST, escrito por Ademar Bogo com música composta por Willy de Oliveira, ambos em 1989, retratam os objetivos da luta pelo movimento, enaltecendo a busca pela liberdade, a conquista da terra e os trabalhadores rurais como sujeitos da história. O Hino geralmente é cantado em solenidades promovidos pelos militantes do MST a fim de criar um maior enraizamento e um sentimento de identidade com o Movimento.

A mística, no contexto dos Sem Terra, é um ato cultural em que suas lutas e esperanças são representadas, segundo Morissawa (2001). A cruz, a bandeira, os hinos, as músicas, o facão, a foice, a enxada e demais manifestações artísticas e culturais são considerados como elementos da mística dos Sem Terra.

Assim, os símbolos para o movimento existem porque são as representações materiais das utopias. Passam a ser o meio de comunicação mais eficiente entre as pessoas que fazem parte de uma organização e garantem a unidade política entre elas (Bogo, 1998).

Entre os documentos do MST, o Jornal e a Revista dos Trabalhadores Rurais Sem Terra são alguns dos meios utilizados pelo MST para informar sobre as questões atuais que estão acontecendo na sociedade, em detrimento da grande mídia que divulga informações inverídicas em relação ao MST a fim de atender aos anseios do capitalismo.

Também lançam os cadernos e as cartilhas de formação, educação e cooperação, produzidos pela Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) e pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) como instrumentos de educação popular para contribuir no processo de sensibilização quanto às questões relacionadas à vida, às pessoas, às relações sociais, à moradia, à saúde, o

assentamento, à produção dentre tantos outros temas de interesse dos assentados e conectados ao meio ambiente²⁹.

O documento pioneiro que trata do meio ambiente no MST de forma mais clara e objetiva consiste naquele elaborado no final do 4º Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, entre os dias 07 a 11 de agosto de 2000, denominado “Nossos Compromissos com a Terra e com a Vida” revelando com bastante propriedade a intenção do Movimento em conceber meio ambiente como sendo tudo que está relacionado com a vida no planeta.

Morissawa (2001), elenca algumas questões tratadas neste documento, deixando explícito que se deve amar e preservar a terra e os seres vivos; aperfeiçoar sempre os conhecimentos, produzindo alimentos para eliminar a fome da humanidade, evitando a monocultura e o uso de agrotóxicos; preservar a mata existente e reflorestar novas áreas; cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos, lutando contra a privatização da água; embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças e árvores; tratar adequadamente o lixo; praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa e a comunidade, posicionando-se contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade.

No documento do MST denominado “Construindo o Programa Ambiental do MST para Reforma Agrária” elaborado em julho de 2004 pelos coordenadores das experiências ambientais nos assentamentos, fica evidente a perspectiva da sustentabilidade ambiental:

O presente programa busca representar um marco de diretrizes, orientações e atividades que apontem processos que possam levar a sustentabilidade ambiental dos assentamentos de reforma agrária vinculados ao MST. Tal esforço apresenta-se na perspectiva de apontar alternativas para o desenvolvimento diferenciado dos assentamentos, na perspectiva prioritária de gerar uma nova matriz produtiva que alcance a soberania e segurança alimentar e gere qualidade de vida às famílias de sem-terra por meio de uma nova relação homem-natureza. Junto a isso, o processo a ser implementado busca alcançar/resgatar a autonomia sócio-produtiva e valorar a identidade camponesa como instrumentos para a construção de novos valores comunitários, e consolidação de um processo de permanência e qualidade de vida nos assentamentos (2004, p.2)”.

²⁹ A Direção Nacional do MST indica outros livros para leitura abordando as questões da juventude, do papel da mulher, da política, além de muitos outros abordando questões de interesse do Movimento através da educação formal e informal, em parcerias com entidades diversas como as universidades, centros de pesquisa e movimentos sociais do Brasil.

A sustentabilidade ambiental para o MST fica explícita quando na citação anterior se evidencia uma nítida preocupação com a qualidade de vida dos assentamentos e uma nova relação entre homem e natureza. Analisando o referido documento, percebe-se que a adoção da noção socioambiental e cultural para a práxis produtiva pretende internalizar o conceito de natureza na dimensão humana. A relação homem-natureza é entendida como parte da totalidade maior, designada pela própria realidade histórica. Este debate se enraíza na possibilidade de construção da racionalidade ambiental que permita a superação da lógica global do capital, consolidada na agricultura brasileira pela adoção do modelo da “revolução verde”³⁰, base do processo conhecido por modernização dolorosa (Silva, 1981).

Martins (2001) demonstra, de fato, que o MST apresenta uma maior preocupação com o uso racional dos recursos naturais, ou seja, a educação ambiental passa a acontecer na prática quando o futuro é garantido, pois somente nessa perspectiva é possível assegurar a equidade social e a preservação do meio ambiente.

A racionalidade ambiental a ser trabalhada nos assentamentos baseia-se, justamente, na formulação de uma alternativa produtiva que entende a sustentabilidade por meio da valoração dos aspectos socioculturais, econômicos e ambientais como equitativos e duradouros e recomposição da paisagem com o aumento e preservação da biodiversidade, condição fundamental para a qualidade de vida. É nesse sentido que a luta pela reforma agrária é também a luta pela preservação da vida. Esta busca dá-se em sua plenitude na conquista e consolidação de novas áreas capazes de apresentarem-se como referências sustentáveis.

Para o MST o termo sustentável está baseado na perspectiva de Nuñez (2002), que se orienta pelo enfoque integral, ressaltando a condição humana, os valores sociais e culturais, os quais são condicionantes para a construção de um diálogo de saberes em que se reconheçam o conhecimento popular, a participação ativa das comunidades e as propriedades tangíveis e intangíveis.

Desta forma o MST vem criando estratégias de ação para consolidar a sustentabilidade dos assentamentos através de discussões com os assentados e incentivando parcerias com setores da sociedade civil. Entre as estratégias de ação o MST prioriza duas: 1) o planejamento e a organização territorial do assentamento, que consiste em garantir para

³⁰ Para maior aprofundamento sobre a “Revolução Verde”, ver Martins (2001).

as famílias assentadas a gestão do assentamento baseados na perspectiva da segurança alimentar, na viabilidade econômica, na organização social, na valorização cultural e na conservação ambiental; 2) a adoção de prática agrícola diferenciada baseada no manejo da agrobiodiversidade com enfoque agroecológico. Em relação à educação ambiental o referido documento propõe que deva ser um processo de caráter emancipador da condição humana, relacionando meio ambiente e humanidade numa perspectiva totalitária.

Portanto, procurou-se neste capítulo discutir que o meio ambiente e a educação ambiental são temas que estão na pauta das discussões dos movimentos sociais no campo, pois esses movimentos têm como objetivo maior a luta pela vida, apresentando, assim, uma perspectiva socioambiental nas suas reivindicações e conquistas pela melhoria da qualidade de vida.

Compreende-se que o MST, desde sua gênese, já tratava da dimensão ambiental no seu processo de luta pela terra e dignidade dos trabalhadores rurais e que processualmente foi incorporando e aprimorando suas teorias e práticas relacionadas com o meio ambiente e a educação ambiental nos seus documentos, símbolos e no processo de ocupação, acampamento e gestão dos assentamentos.

A seguir, tratar-se-á de analisar como as concepções de meio ambiente e educação ambiental se materializam no Assentamento 10 de Abril, conhecendo a história dos assentados no processo de conquista e organização do Assentamento, verificando as experiências no cotidiano da Agrovila e suas conexões com outras entidades que tratam do meio ambiente e da educação ambiental.

CAPÍTULO 03

O ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL NO CRATO-CEARÁ

*Se a terra foi Deus quem fez
Se é obra da criação
Deve cada camponês
Ter um pedaço de chão.*

Patativa do Assaré (2001)

Neste capítulo, apresenta-se o sentimento de pertencimento à terra por parte dos assentados do 10 de Abril, buscando enfatizar a motivação e o encorajamento que levaram as famílias a fazerem a ocupação, o acampamento e o assentamento.

Com as palavras de Patativa do Assaré, este trabalho inicia a história do processo de conquista da terra, posteriormente o momento em que ficaram acampados e, em seguida, a formação do Assentamento 10 de Abril, priorizando suas experiências com o meio ambiente e a educação ambiental.

Discute-se, ainda, o processo de gestão do Assentamento, verificando os principais condicionantes geoambientais e sua caracterização espacial e territorial, analisando as parcerias com entidades governamentais e não-governamentais no sentido da concretização das palavras do poeta, pelas quais cada trabalhador rural deve ter um pedaço de chão.

3.1. História dos Assentados no Processo de Conquista e Organização do Assentamento

Ao realizar esta pesquisa percebeu-se que o sentimento de conquista da terra pelos assentados está ligado à herança histórica de resistência e luta pela reforma agrária desencadeada nos movimentos sociais no campo, especialmente no episódio do Caldeirão, ainda muito forte na memória coletiva, principalmente entre os idosos e os adultos que, através de seus discursos, recorrem sempre ao Beato José Lourenço, por implantar uma nova modalidade de convivência comunitária no campo, como foi citado em capítulo anterior.

O MST planejou, juntamente com a ACB, SINTRAC, FETRAECE e CPT, em 1991, a ocupação no imóvel Caldeirão, localizado no Município do Crato – Ceará, que antes havia sido ocupado pelo Beato José Lourenço por volta de 1926 a 1936 e organizada uma experiência comunitária de trabalhadores rurais (Anexo 01).

A preparação para a ocupação do Caldeirão seguiu passos, pelo MST como trabalho de base, sendo o primeiro a organização de reuniões preparatórias para a ocupação, contando com a participação e contribuição dos sindicatos dos trabalhadores rurais, a FETRAECE, a CPT, a ACB e membros do MST³¹. Neste momento, discutiram a finalidade da ocupação, a necessidade do envolvimento de toda a família e a escolha do sítio Caldeirão, marco histórico da luta pela terra na Região do Cariri, não apresentando, na época, nenhuma atividade produtiva e não existindo em Cartório os documentos de propriedade da terra.

Nas reuniões, realizadas em dias e horários planejados, geralmente após as 22 horas para evitar serem descobertos e os planos de ocupação vazados, as lideranças e alguns trabalhadores rurais colocavam que a conquista da terra só seria possível através da ocupação. A situação de fome, miséria e humilhação a que estavam submetidos, para eles, acabariam com a reforma agrária, pois somente com a participação de toda a família e com o trabalho coletivo a terra seria conquistada.

Nessas reuniões preparatórias para a ocupação, as lideranças do MST passaram o documentário de Rosemberg Cariri, produzido em 1986, “O Caldeirão da Santa Cruz do

³¹ Sobre as formas de atuação do MST no processo de ocupação ver Esmeraldo (2004).

Deserto”, que retrata a história do Beato José Lourenço e a Irmandade do Caldeirão, a fim de sensibilizá-los para a vida em comunidade (Ferreira, 1995).

Para organizar a ocupação, chegou à cidade do Crato uma comissão do MST estadual, que começou a fazer as primeiras articulações de base. A equipe do MST foi reforçada com militantes de outros Estados que já possuíam experiências no processo de luta pela terra.

Segundo Fernandes (1999), a troca de experiências foi importantíssima para a superação do isolamento e a busca da autonomia política, pois as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das lutas deveriam ser trabalhadas a fim de ampliar as conquistas de terras por parte das ocupações.

No dia 08/04/1991, segundo depoimento do então secretário do SINTRAC, Sr. Zilcélio Alves houve vazamento de que haveria ocupação pelo MST de terras no Cariri, sendo esta a primeira tentativa de ocupação fracassada. Dois integrantes do Movimento foram presos pela polícia, a mando dos proprietários rurais da região, sendo soltos pelo SINTRAC e pelo advogado do Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

Na noite do dia 09/04/1991, seguiu para a fazenda Caldeirão uma comissão formada por lideranças do SINTRAC, da ACB e do MST para escolha da área e acolhimento dos trabalhadores rurais que iriam ocupar a fazenda. A ocupação ocorreu dia 10/04/1991, no período da manhã. Aproximadamente 250 famílias de trabalhadores rurais foram chegando ao imóvel através de caminhões e camionetas D-20, sendo orientados por integrantes do MST estadual³². O momento era de muita apreensão, pois a maioria dos integrantes estava iniciando sua primeira experiência junto ao MST. Traziam ferramentas para o trabalho na roça, panelas, lençóis, lonas e alimentos.

No estado do Ceará, este processo de ocupação se deu a partir das experiências adquiridas no Brasil, em virtude da diversidade da luta pela terra e por resistência dos trabalhadores rurais em permanecerem explorados, gerando um sentimento de construção de novas formas de organização no sentido de transformar suas realidades no campo.

No momento da ocupação, os trabalhadores rurais apropriaram-se da “mística do MST”, através da bandeira do Movimento, das orações, do uso do boné, da camisa, do

³² Informação fornecida por uma assentada, liderança do MST, que participou do processo de ocupação. Optou-se por não citar nomes de lideranças e dos assentados.

hino, das músicas e das “palavras de ordem”, gritando frases como a relatada por uma liderança do Assentamento:

No momento da ocupação, para reforçar nossa união, criamos algumas palavras de ordem. O primeiro grito de ordem da entrada da terra dos assentados do 10 de Abril: “Pela terra do sertão, pegaremos no facão. Pelas terras das quebradas, pegaremos na enxada. Pelas terras do Brasil, pegaremos o fuzil” (depoimento de uma liderança do Assentamento).

Juntamente com alguns assentados, em conversa informal em suas casas, eles lembraram de outros “gritos de ordem” que foram compostos pelos trabalhadores rurais, sendo a maioria formada por jovens, adultos e crianças, naquela época.

Outros gritos eram também ditos pelos companheiros na hora da ocupação: “Caldeirão em ação para fazer transformação”. “Jovens do Caldeirão na luta permanente para fazer a ocupação”. “Caldeirão, Caldeirão resgatamos a cultura para fazer a ocupação”. (depoimento de uma liderança do Assentamento).

No dia seguinte, providenciaram a construção de barracos de lonas de cor preta por trás da Capela, erguida na época da experiência do Beato José Lourenço. O local escolhido foi estratégico para a segurança dos ocupantes, próximo ao Riacho do Caldeirão. Galpões foram construídos com o intuito de abrigar os trabalhadores rurais. No centro, improvisaram uns bancos, com uma espécie de palanque para que pudessem ser feitas as reuniões e assembléias, a fim de discutirem a organização dos assentados e a formação de comissões de trabalho, segurança, saúde e negociação.

Na conversa com os assentados sobre o dia da ocupação e a forma como se desenvolveu a organização dos trabalhadores rurais, percebeu-se que a lembrança daqueles momentos estava fortemente presente na memória do grupo, fato constatado através dos depoimentos, dos olhares e das expressões faciais, principalmente quando foi apresentado o croqui da organização sócio-espacial da ocupação e algumas fotos que registravam esse processo de luta e conquista da terra (Croqui 01) (Fotos 01 e 02).

Segundo depoimento do historiador Aurélio Matias, que acompanhou a ocupação, na época presidente da União dos Estudantes do Crato (UEC):

Na frente dos galpões, ficavam as crianças, mulheres e os mais idosos; os homens estavam atrás em um local mais alto para terem uma boa visão do Assentamento e detectarem quando alguém estava chegando. Havia muito entrosamento dos ocupantes e eram extremamente organizados, realizando muitas reuniões e vez ou outra missa, realizada pelo Padre Elias (depoimento do professor Aurélio Matias).

No dia 12/04/1991, porém, ao meio dia, um grupo de lideranças foi enviado para a cidade do Crato a fim de anunciar nas emissoras de rádio que o sítio do Caldeirão tinha sido ocupado e solicitar apoio das autoridades para as famílias dos Sem Terra.

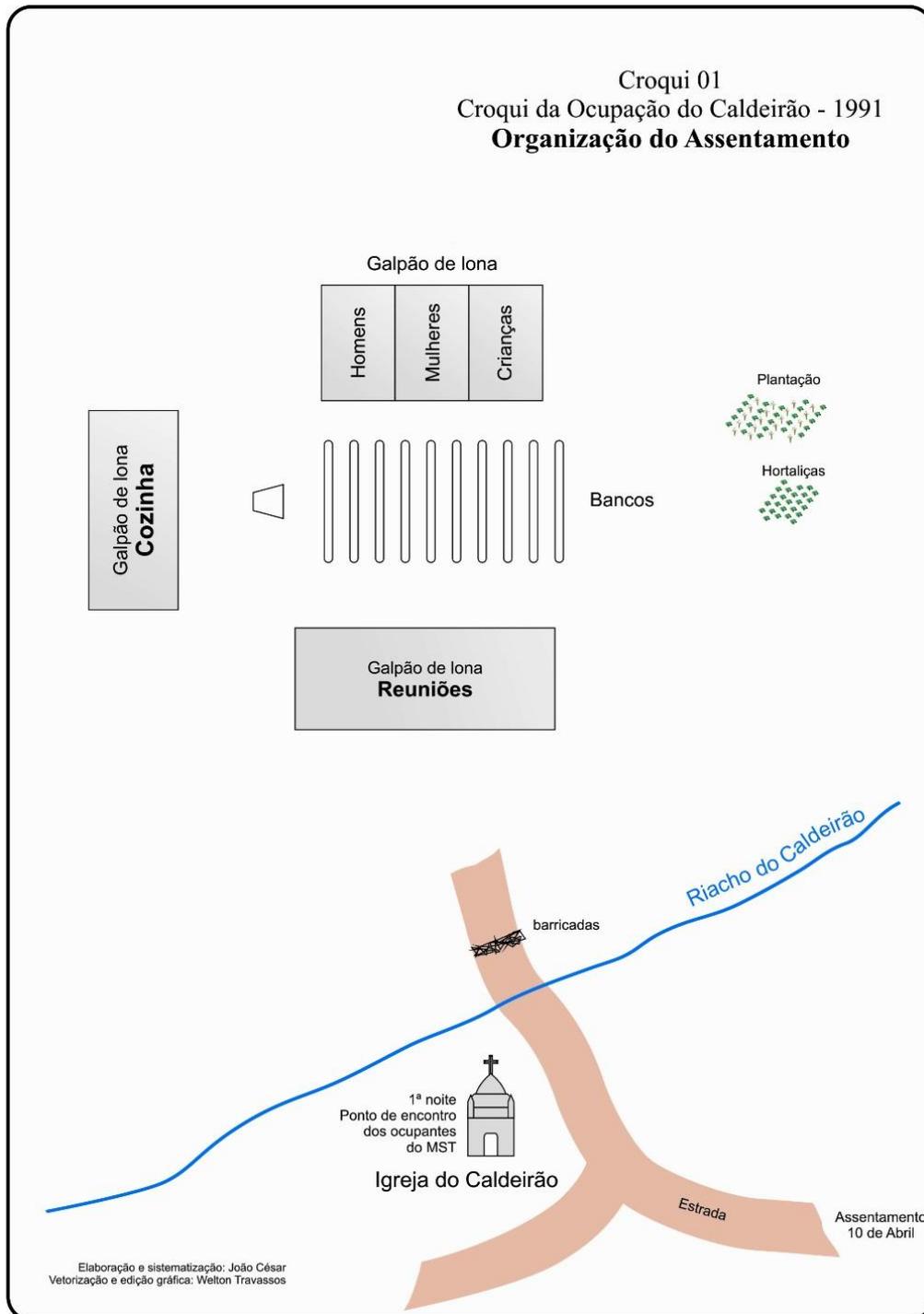


FOTO 01



Foto: Direção Estadual do MST

Trabalhadores rurais sem terra no momento da ocupação do imóvel Caldeirão.
10 de Abril de 1991.

FOTO 02



Foto: Direção Estadual do MST

Trabalhadores rurais sem terra no momento da ocupação do imóvel Caldeirão.
10 de Abril de 1991.

Uma comissão de 35 trabalhadores rurais, no mesmo dia, foi para a cidade de Fortaleza, pedir apoio junto a órgãos públicos como o INCRA e o IDACE negociar a desapropriação das terras e a regularização dos ocupantes através da criação do Assentamento e infra-estrutura para a sobrevivência dos assentados do 10 de Abril.

Este processo enfatiza que as lutas pela conquista da terra acontecem no campo, porém, na cidade as negociações junto a órgãos públicos são extremamente importantes na efetivação da criação do Assentamento (Fernandes, 1999).

Na ocupação da terra, forma principal de luta característica do MST, encontra-se toda uma pedagogia no sentido de formar novos sujeitos, os Sem Terra, conscientes do papel de lutadores, que buscam assumir coletivamente; a condição de atores e construtores do seu próprio destino (Caldart, 2004). No momento da organização da ocupação, houve através das reuniões, das assembléias, do cuidado com a alimentação, a saúde, a segurança e a moradia, além da força criativa para elaboração de “gritos de ordem”, um movimento em defesa da vida, um ensaio de práticas referentes à educação ambiental e à valorização do meio ambiente.

Conforme depoimento de um integrante da Direção Estadual do MST, o argumento motivador para a organização dos trabalhadores para ocupar a terra foi a existência de milhares de famílias que conquistaram a terra, apesar das dificuldades, mas que já tinham o que comer, onde morar, viver, trabalhar e estudar. Como afirma Caldart, trata-se de um movimento social que se constitui pela força de seus gestos, pela postura de seus militantes e pela riqueza de seus símbolos, que:

Do chapéu de palha das primeiras ocupações de terra ao boné vermelho das marchas pelo Brasil, os Sem Terra se fazem identificar por determinadas formas de luta, pelo estilo de suas manifestações públicas, pela organização que demonstram, pelo seu jeito de ser, enfim por sua identidade. Ao mesmo tempo que mantém o jeito próprio dos pobres do campo, os Sem Terra do MST vão construindo um jeito diferente, que se transforma, se pensa e se recompõe a cada passo da trajetória que lhes afirma como trabalhadores da terra, e como sujeitos da luta de classes (2004, p. 43-44).

Portanto, os Sem Terra, como sujeitos da luta de classes, contraria as elites locais, que imediatamente, se manifestaram em oposição ao processo de ocupação, principalmente os prefeitos da Região do Cariri, que foram às rádios e publicaram uma nota no Jornal Diário do Nordeste, no dia 07/05/1991, protestando contra a ação do MST e impetrando um mandado de segurança para a retirada dos ocupantes do sítio Caldeirão. Nesse momento, criaram a Associação dos Latifundiários do Cariri para se opor às ações dos trabalhadores rurais que lutavam pela terra na região (Anexo 02).

Na ocasião, o Padre Expedito Teles, um dos herdeiros da propriedade ocupada, chega de Fortaleza e, juntamente com sua família, entra na justiça contra os ocupantes e as entidades de apoio do Movimento. Nas rádios locais, chamam os trabalhadores rurais que ocuparam o sítio Caldeirão de “vagabundos” e “baderneiros”, e as entidades que estavam apoiando de “agitadores” e “falsos líderes”, convocando os proprietários rurais a criarem a União Democrática Ruralista (UDR) no Cariri.

Em resposta, no dia 09/05/1991, o MST estadual, através de seus líderes, esteve na redação do Jornal O Povo com o objetivo de repudiar a nota dos 22 prefeitos da Região do Cariri, reafirmando que os Sem Terra eram pessoas de bem e que queriam apenas terra para trabalhar e viver com suas mulheres e crianças, pois estavam passando muita necessidade e não vislumbravam outra saída a não ser fazer a ocupação e conquistarem a terra para desapropriação e implantação de um assentamento de reforma agrária³³.

No enfrentamento político com as elites locais, o SINTRAC, a ACB, o MST, a CPT, a FETRACE e os partidos políticos publicaram várias notas de apoio aos ocupantes e encabeçaram uma campanha para doação de alimentos, roupas e remédios para eles, segundo depoimento do professor Roberto Siebra, da URCA.

Na câmara municipal, os vereadores Ronald Albuquerque (PT) e Expedito Guedes (PT) fizeram pronunciamentos em defesa dos ocupantes. Houve o apoio e visita de outros parlamentares, como os deputados Eudoro Santana do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Mario Mamede (PT) e do ex-deputado João Alfredo (PT).

No dia 22/04/1991, uma comissão formada de trabalhadores rurais ocupantes, do SINTRAC e da direção estadual do MST são recebidos em audiência pelo governador Ciro

³³ Dados do jornal O Povo de 09/05//1991, não sendo possível adquirir cópia por questões administrativas do próprio jornal.

Gomes (1991 a 1994), que prometeu não deixar os trabalhadores desabrigados e que iria procurar uma área para desapropriar, mandando técnicos para providenciar o assentamento.

Assim, no meio dessas questões políticas, após aproximadamente 15 dias de ocupação do Sítio Caldeirão, o Governador Ciro Gomes interveio para que os ocupantes saíssem da terra e se dirigissem para o Parque de Exposição do Crato, a fim de solucionar esse conflito com a compra de terra depois de fracassadas tentativas do MST em negociar com o INCRA a desapropriação das terras ocupadas.

Portanto, concorda-se com Fernandes, quando afirma que:

São as múltiplas experiências de organização que dão forma as lutas populares, e nestas são construídas novas práticas. As perspectivas nascem dos desafios e da necessidade de superá-los. Esse processo é desenvolvido no cotidiano dos trabalhadores por meio da participação, da comunicação, da troca de idéias e das experiências, da busca do novo. O novo se explicita pela criação da práxis, da resistência e controle do seu próprio espaço. Assim procuram as saídas, as alternativas, para determinada realidade. Estas são encontradas na construção de novas realidades, na conquista de novos espaços (1999, p.93).

No dia 02/05/1991, os trabalhadores rurais se transferiram para o Parque de Exposição do Crato. Inicia-se o processo, denominado pelo MST, de acampamento. No acampamento, ocorrido no Parque de Exposição do Crato, os Sem Terra trabalharam na perspectiva de dar visibilidade ao movimento através de esclarecimentos para a população do Crato e pedido de apoio através de fornecimento de água, comida, roupas e remédios. Em seguida, foi criada uma comissão para negociar a compra da terra por parte do governo do Estado, contando, inclusive, com a participação de deputados, assentados, representantes dos partidos políticos como o PT, Partido Comunista do Brasil (PC do B), além de membros do (PMDB), militantes do MST e ONG's (Fotos 03 e 04).

A luta política se concretizou através do MST que buscou criar entre os trabalhadores rurais um sentimento de ser um Sem Terra e cultivar valores de união, solidariedade, segurança e luta pela conquista da terra, para evitar conflitos, atritos e desistências.

Permaneceram acampados no Parque de Exposição do Crato, aproximadamente durante 20 dias, utilizando os equipamentos como galpões para dormirem e cozinhare, além dos banheiros para fazerem suas necessidades fisiológicas. Nesse momento, fizeram caminhadas pelas ruas da cidade, visitaram órgãos públicos, distribuíram panfletos.

Realizaram, ainda, assembléias, debates, reuniões e palestras entre os próprios trabalhadores rurais e com a presença de políticos locais e intelectuais militantes que defendem a reforma agrária.

FOTO 03



Foto cedida por: Zilcélio do SINTRAC

Trabalhadores rurais sem terra acampados no Parque de Exposição do Crato.
23 de maio de 1991.

FOTO 04



Foto cedida por: Zilcélio do SINTRAC

Trabalhadores rurais sem terra acampados no Parque de Exposição do Crato em
passeata pelas principais ruas da cidade. 23 de maio de 1991.

No acampamento, a assembléia, as comissões e os grupos representam importantes instrumentos pedagógicos de organização e formação entre os acampados, questões relativas ao meio ambiente e à educação ambiental são trabalhadas e incentivadas.

A Assembléia é a instância maior de organização dos acampados. É ela convocada quando se faz necessária a troca de informações, de tomada de decisões. Após essa instância, funcionam a Coordenação Geral e as Comissões. Há também a formação de grupos por interesse: grupo de jovens, de adultos, de mulheres e de crianças. São nesses grupos menores que o Movimento atua na produção de uma economia de desejos, seja através da leitura e do debate de seu material de formação, como o Jornal Sem Terra, os Cadernos de Formação; seja através de práticas para o exercício de valores como o da solidariedade, para o embelezamento do acampamento, para o convívio e o trabalho sustentável com a natureza e a terra; seja para o exercício da fala, da escuta, da participação, da afirmação da auto-estima (Esmeraldo, 2004, p. 86).

Para Esmeraldo (2004), no acampamento, uma economia de desejos é instituída, onde o modelo Molar, aquele caracterizado pelo que está representado por segmentaridades duras, impostas pela sociedade, começa a dar espaço para a reconstituição de um modelo Molecular, flexível, onde um novo cotidiano vai sendo delineado³⁴.

Desta forma, conforme o jornal O Povo de 21/05/1991 (Anexo 03), o então governador Ciro Gomes anunciou a desapropriação, no dia 23/05/1991, da fazenda Carnaúba das Gerais, que era do Sr. Wilson de Norões Milfont, com uma indenização, na época, de Cr\$ 11 milhões, concluindo o impasse que, segundo o governo, atenderia parcialmente às lideranças dos Sem Terra e aos demais representantes do MST. O governo, reconhecendo que os 358 hectares da fazenda eram insuficientes para as 250 famílias, iniciou levantamento topográfico de um terreno próximo, através do IDACE, para posterior avaliação, desapropriação e indenização do proprietário, a fim de assentar mais trabalhadores rurais.

Segundo o depoimento do professor Roberto Siebra, da URCA, em 29/01/2007, que acompanhou o processo de ocupação, acampamento e assentamento dos trabalhadores rurais do Assentamento 10 de Abril, o então governador Ciro Gomes (PSDB) agiu dessa forma visando a conquistar espaço político na região do Cariri. Na época, o governador

³⁴ Para aprofundar o significado de modelo Molar e Molecular, ver Esmeraldo (2004).

representava a segunda fase do chamado Governo das Mudanças³⁵ e tinha que demonstrar formas diferenciadas de fazer política na região, inclusive sendo alvo de retaliações por parte das lideranças locais, como os prefeitos, alguns fazendeiros, proprietários rurais e comerciantes locais.

Portanto, no dia 23/05/1991, os trabalhadores rurais saíram do Parque de Exposição do Crato deixando-o limpo e organizado para a próxima feira agropecuária que todo ano se realiza, e se deslocaram para a nova terra desapropriada pelo governo do Estado. A seguir, enfatiza-se a organização e construção do Assentamento 10 de Abril.

3.2. Cotidiano do Assentamento: Experiências com Meio Ambiente e Educação Ambiental

Na terra conquistada, começam a organizar o Assentamento. Um momento complicado em virtude da quantidade de famílias e de como seria a sua organização e gestão, de como a vida cotidiana seria reinventada.

Das 250 famílias que participaram da ocupação, somente 96 permaneceram no Assentamento; as demais desistiram e foram embora devido às grandes dificuldades que passaram, além do medo, da apreensão e por problemas de saúde. Portanto, nos primeiros dias, os assentados começaram a escolher seus locais de moradia e construíram suas casas da maneira que puderam, com lonas pretas, palhas, estacas e tijolos feitos pelos próprios assentados (Fotos 05 e 06).

Começaram uma fase diferente do momento da ocupação e do acampamento. No Assentamento, outras relações sociais são travadas, emergem interesses não somente baseados no coletivo, mas subjetividades afloram e o individualismo é externado pelos assentados, levando-os a definirem regras de convívio e de organização.

Há uma reconstrução do próprio espaço físico, quando os próprios assentados determinam o local de construção da escola, das casas, da roça, da igreja, da associação, como também há a construção de uma nova sociabilidade, uma vez que diferentes grupos de parentesco e vizinhança, oriundos de outras fazendas, outros municípios e até de outras microrregiões se estabelecem no assentamento,

³⁵ “Governo das Mudanças” foi um momento de transformações políticas no estado do Ceará que se inicia com a posse de Tasso Jereissati em 1987 e se estendeu até 2002, com três mandatos de Jereissati e um de Ciro Gomes (1991-1994) à frente do governo estadual. Sobre o assunto ver Barreira (2002).

e a própria forma de acesso à terra, na grande maioria das vezes através da ocupação, gera novas relações que dão um sentido de começo, de novo (Sales, 2003, p. 20-21).

Logo na primeira assembléia, espaço central para definir as questões do Movimento e organizar o Assentamento, discutiram as formas de trabalho e o uso e ocupação da terra. Escolheram o nome do Assentamento, sendo eleito o 10 de Abril por ser a data de ocupação do sítio Caldeirão, que deu origem à conquista da terra. Neste momento há um forte desejo que o Assentamento prosperasse e que a união dos assentados possibilitasse conquistas para a melhoria da qualidade de vida daqueles que acreditaram no processo de conquista da terra por parte do MST.

FOTO 05

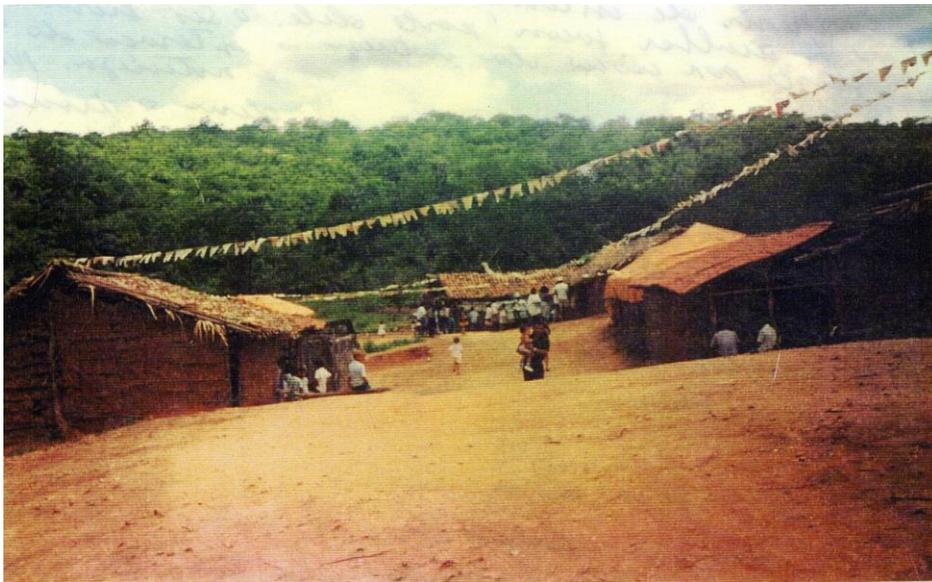


Foto: Direção Estadual do MST

Trabalhadores rurais sem terra no primeiro ano do Assentamento.
10 de Abril de 1992.

No dia 12/07/1991, em assembléia, fundaram a Associação de Produtores Rurais do Assentamento 10 de Abril e elaboraram seu Estatuto como sendo uma entidade sem fins lucrativos, com prazo de duração ilimitado e fórum jurídico na cidade do Crato, Estado do Ceará (Anexo 04).

FOTO 06



Foto: Direção Estadual do MST

Trabalhadores rurais sem terra em assembléia para organização do Assentamento.
10 de Abril de 1992.

No Estatuto do Assentamento, que geralmente é um instrumento semelhante ao de outros assentamentos, constam os objetivos da Associação e demais normatizações relacionados aos associados como os direitos, deveres e responsabilidades e o processo de composição da diretoria, além das formas de eleição no Assentamento.

Encontrou-se que, no Estatuto, os assentados incluíram questões referentes à perspectiva ambiental, demonstrando que o meio ambiente vem sendo trabalhado desde o momento da ocupação, passando pelo acampamento e continuando na institucionalização do Assentamento, através das regras de convivência e normas relacionadas com as atividades agropecuárias e econômicas, o cooperativismo, ações sócio-culturais e educacionais, saúde, moradia, transporte, conservação e preparo do solo, adubação e correção do solo utilizando tecnologias alternativas e a implantação da reserva legal de 20% do total da área do Assentamento, cerca de 250 hectares de terra, conforme depoimento de um assentado.

Definido o Estatuto, começaram a trabalhar na área e iniciaram a luta por infraestrutura, pois o imóvel não tinha nenhuma benfeitoria. As condições de vida eram precárias, tinham que trabalhar muito para começar uma vida nova, como atesta o depoimento de um assentado:

No início, foi muito difícil começarmos uma vida nova. Não tínhamos quase nada. Tudo que a gente possuía ficou para traz, mas não faltava disposição e força de vontade para o trabalho. Muitos desistiram, pois as dificuldades eram grandes e faltavam alimentos, roupas e água (depoimento de um assentado).

Piancó (1993) confirma em seu estudo as dificuldades que enfrentaram os Sem Terra no processo de conquista do Assentamento. Desde o processo de ocupação do Caldeirão, passando pelo acampamento no Parque de Exposição e no início do Assentamento 10 de Abril, as precárias condições de vida fizeram com que muitos desistissem e abandonassem o sonho de ter seu pedaço de chão. Como relata um assentado que ostenta uma forte identidade com o MST:

Mesmo com as dificuldades, o sonho de possuir a terra e deixar de ser explorado pelos patrões, além da disposição para o trabalho daqueles que permaneceram no Assentamento permitiu que a luta se fortalecesse e buscassem conquistar melhorias para o Assentamento e as famílias que lá moravam.

Chegaram a participar de assembléias, reuniões, caminhadas, acampamentos em frente a prédios públicos, marchas, cursos de formação para a cidadania e, assim, a conquistar benefícios para a comunidade apesar da insensibilidade do governo federal, estadual e municipal (Anexo 05 e 06).

Segundo Ferreira (1995), uma nova postura do trabalhador rural se apresenta, afirmando que eles vão perdendo o medo do domínio a que eram submetidos anteriormente pela figura do patrão, que mandava nos seus sonhos e desejos antes da conquista da terra. A comunidade, apesar de grande carência de infra-estrutura, estava socialmente unida e organizada na luta por seus objetivos.

As conquistas aconteceram depois de muito trabalho e, principalmente, através da luta política travada com o MST e parcerias junto a órgãos públicos e ONGs. Os Sem Terra optaram pela organização espacial e territorial através da Agrovila e as casas foram construídas de forma padronizada, medindo cada uma 79,34 metros quadrados. Houve a construção de açudes e a ampliação de outros, eletrificação rural, construção de um poço artesiano, escola e creche, armazéns, bodega comunitária, além de projetos de agricultura e pecuária.

As benfeitorias foram realizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com a implantação de cerca, compra de gado, capim, estábulo, armazém e açudes em 1993. O governo do Estado do Ceará financiou a implantação da energia em 1995 e a construção das casas, em 1997, através do Projeto São José. O Banco do Brasil financiou a construção do poço profundo, poços amazonas e a recuperação de açudes em 1998 (Santos, 2001).

Contaram também com outros projetos apoiados pelo Centro de Estudo do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (CETRA) e a ACB para a criação de caprinos, suínos, e cabeças de gado pelo grupo de mulheres e a implantação de hortas e agricultura ecológica. A Cáritas Diocesana, instituição ligada à Igreja Católica, financiou a criação de abelhas e o INCRA, através de custeio agrícola, a implantação de atividades agrícolas.

Concomitantemente a essas conquistas, no dia 14/11/1997, após três dias de encontros e debates com os assentados, elaboraram o Regimento Interno em que ficou explícita a preocupação com o meio ambiente e com a educação ambiental através dos capítulos que tratam do uso da terra, dos recursos naturais, dos trabalhos, da criação de animais, dos deveres e dos direitos dos assentados, das normas gerais e das penalidades em caso de não se cumprir o referido regimento (Anexo 07).

No Regimento, que se cumpre até hoje em dia, muitas questões foram tratadas para o melhor funcionamento da comunidade. Algumas são extremamente relevantes e expressam efetivamente as dificuldades enfrentadas pelos assentados para a organização e gestão do Assentamento.

Normas como as relacionadas com o uso da terra, que não poderá ser dividida, e sendo sua utilização realizada por trabalho individual e coletivo, são priorizadas no sentido de garantir a união dos assentados. Outros temas são relevantes, como a conservação do solo e das matas, o uso dos recursos naturais de forma racional, a criação de animais observando-se a capacidade de suporte do Assentamento, a proibição de vendas de bebidas alcoólicas e a proibição de bodegas particulares ou acordos de convivência são ressalvas do Regimento baseadas no respeito entre seus membros, inclusive na perspectiva de gênero. No entanto, segundo depoimento dos assentados, o Regimento precisa passar por uma nova discussão.

Portanto, a partir dessas ações, que estão sempre em movimento, como é característica do MST, vão se construindo e organizando experiências e aprendizagens próprias do viver em comunidade ocupando, resistindo e produzindo espaços de solidariedade, ética e esperança de dias melhores para os assentados e suas famílias, como enfatiza Caldart:

Os assentamentos não seriam simplesmente uma reprodução da lógica de organização da produção e da vida social própria das famílias rurais de onde se originaram os sem-terra, mas que seriam lugar de relações sociais alternativas, apontando para a construção de novas formas de organização da produção, e de desenvolvimento do campo como um todo (2004, p. 138).

No Assentamento 10 de Abril, a preocupação ambiental aparece na própria busca de sobrevivência dos assentados através da organização do Assentamento no seu cotidiano, e de suas vivências e experiências, procurando planejar o uso e a ocupação do espaço de moradia e produção, na luta para ter acesso à água, à educação, à saúde, a transportes, a telefones públicos, dentre outras reivindicações.

Destacam que, apesar das dificuldades, existem aspectos muito agradáveis no Assentamento que são as moradias todas de alvenaria, os açudes, a Associação, o trabalho coletivo, a amizade, o respeito, a solidariedade, o sossego entre outros aspectos, apesar de conviverem com os conflitos em virtude das diferenças, algo comum em uma comunidade.

A moradia para os assentados apresenta-se como um lugar de pertencimento, de segurança, de tranquilidade e de solidariedade entre os familiares. A casa geralmente é construída em um lote constituído de um quintal ou terreiro onde se criam animais, cultivam jardins, plantam árvores, constroem banheiros e guardam seus instrumentos de trabalho em pequenos cômodos, feitos de taipa e adobe (Fotos 07 e 08).

A maioria das casas foi construída de forma semelhante, mas, com o tempo, os assentados reformaram e, atualmente, elas apresentam algumas diferenças, demonstrando a peculiaridade e a singularidade dos desejos e sonhos de cada morador e suas famílias. Em geral, são constituídas por dois quartos, sala de refeições, banheiro interno, que funciona como depósito, sala de visitas, cozinha e varanda. O banheiro fica do lado de fora, próximo a casa sendo construído de alvenaria ou taipa e alguns de palha.

FOTO 07



Foto: Autor

Moradia dos assentados na Agrovila. Dezembro de 2006

FOTO 08



Foto: Autor

Terreiro das casas da Agrovila. Dezembro de 2006.

Na sala de estar, existe geralmente uma poltrona, estante com televisão e aparelho de som e objetos de decoração como retratos dos entes queridos e falecidos, quadros com imagens de santos representativos da religiosidade dos moradores do Assentamento, símbolos do MST e o brasão do time de futebol preferido. Apresenta-se como um ambiente para acolher as visitas e também de descanso nos intervalos de ócio, onde conversam, dormem, escutam música e assistem à televisão.

As refeições são realizadas costumeiramente em um cômodo entre a sala de visitas e a cozinha, composto por uma mesa com várias cadeiras, uma geladeira e um armário para guardar louças e outros utensílios domésticos. Às vezes, realizam as refeições na sala de visitas ou na cozinha, esta sendo um espaço de grande circulação, em virtude dos afazeres relacionados com a preparação das refeições.

A cozinha é um espaço composto por um fogão à lenha, uma pia, um pote e baldes com água e um balcão de cimento para guardar as panelas. O fogão a gás foi encontrado somente em algumas casas e dificilmente é utilizado, sendo que as refeições são preparadas no fogão à lenha, que é aceso pela manhã para o café e apagado após a última refeição. A cozinha foi construída posteriormente com recursos da própria família, por isso caracteriza-se como o ambiente mais rústico da casa, feito, muitas vezes, de taipa e cobertos com telha.

Os quartos são pequenos, um para o casal e outro para os filhos. Em determinadas casas, foi construído mais um quarto para abrigar as famílias com maior número de filhos. Cada família é composta de, aproximadamente, 05 membros e os homens são os responsáveis pelo sustento da casa. A mulher está mais voltada para os trabalhos domésticos.

Os homens abastecem a casa com água pela manhã ou durante o dia, se necessário, depois saem para o trabalho no campo enquanto as mulheres ficam em casa preparando a comida, alimentando os animais do quintal, cuidando das crianças e arrumando a casa. Os homens retornam para almoçar e voltam novamente para os trabalhos no campo após descansarem, terminando suas atividades no final da tarde. Às vezes, os papéis são invertidos, e os homens fazem a comida, cuidam das crianças, limpam a casa e as mulheres saem para trabalhar ou no campo ou em outras atividades como professoras, agentes de saúde, merendeiras, vendedoras dentre outras, redesenhando os papéis masculino e feminino no Assentamento.

As mulheres assentadas são extremamente ativas no processo de organização do assentamento e apesar da luta apresentam-se sempre bem vestidas, com flor no cabelo e foice na mão, como retrata uma publicação do Jornal O Povo:

Foice na mão e flor no cabelo. Este é o perfil das mulheres que trabalham na terra. Ora são mulheres trabalhadoras, outrora trabalhadoras mulheres. Dividem-se entre o roçado, a casa, os meninos, o marido e ainda a articulação política dentro do assentamento ou da comunidade (Jornal O POVO, 01/04/2001).

A questão de gênero é tratada com muita veemência no Assentamento 10 de Abril, processo desencadeado e amadurecido na luta do MST, durante a ocupação e acampamento, e permanecido no Assentamento principalmente por incentivo dos movimentos sociais, como o SINTRAC, a CPT e a ACB que, através de conversas e cursos com as assentadas, começaram a se organizar no sentido de reinventar um devir para as mulheres quebrando com as imposições da sociedade que procuram reafirmar a condição da mulher submissa e dependente do homem.

As mulheres foram extremamente atuantes no processo de conquista da terra. Na ocupação e no acampamento, estiveram responsáveis pela articulação política e na organização do Movimento. No Assentamento, são responsáveis pela organização interna através da participação na Associação, na escola, na igreja, na produção, trabalhando com atividades ligadas com a agricultura e a pecuária como cultivo de horta e farmácia viva, e na criação de galinhas, cabras e ovelhas.

Um projeto desenvolvido por um grupo de mulheres que, através da Associação, resolveram, de forma coletiva, criar um total de 21 caprinos, é um exemplo da coragem e da garra das mulheres do Assentamento. Uma assentada, participante do projeto, afirma:

Nós nos reunimos e, com muita coragem, resolvemos fazer um projeto para criação de caprinos. As cabras são criadas em apriscos. As cabras oferecem o leite para o consumo das famílias, além do mais, nós vendemos algumas delas, de vez em quando e o dinheiro é dividido entre as participantes do projeto (depoimento de uma assentada).

Uma experiência com a horticultura orgânica é outro exemplo de vivência relacionada com o meio ambiente e a educação ambiental praticado pelas mulheres. O

grupo cultivava uma diversidade de hortaliças, frutas e plantas medicinais com o uso da agricultura orgânica e a técnica da construção de Mandalla³⁶ (Anexo 08).

A religiosidade e a espiritualidade são temas de grande importância no Assentamento, onde os assentados construíram uma capela, com recursos próprios, em regime de mutirão. Essa capela é local sagrado e venerado pelos assentados, que têm como padroeiro São Vicente de Paulo, protetor dos pobres e humilhados. Na igreja, encontram-se imagens de santos e alguns bancos de madeira e quase todo o dia são realizadas celebrações religiosas (Foto 09).

As místicas, as celebrações religiosas e as renovações são coordenadas pelas mulheres, que aproveitam para discutir questões ligadas com a vida abordando temas como a violência, o desemprego, a saúde, a educação, o uso da terra, a reforma agrária, sementes selecionadas dentre outras.

Na escola, os planejamentos e as atividades educativas são também exercidas pelas mulheres e por alguns homens. Ela funciona em um prédio pequeno composto por uma sala de aula com algumas cadeiras, estante com livros, uma mesa do professor; e um cômodo com um fogão e algumas panelas em que é preparada a merenda escolar. Na escola, são realizadas as assembleias, reuniões e encontros da comunidade. Procuram trabalhar o currículo da escola, conciliando o formal, instituído pela Secretaria de Educação do Município e pelas diretrizes pedagógicas do MST, através de livros, cartilhas e documentos que tratam da Pedagogia da Terra (Foto 10).

A pedagogia, no MST, como teoria e prática da formação humana considera que olhar para a formação dos Sem Terra é enxergar o MST como uma coletividade em movimento ou sujeito pedagógico que contribui no processo de formação das pessoas que o constitui (Caldart, 2004).

Assim o MST passa a ser reconhecido como um movimento sociocultural em que apresenta uma teoria da educação dos Sem Terra, e que os professores do Assentamento 10 de Abril procuram trabalhar no cotidiano da sala de aula.

³⁶ A Mandalla é uma estrutura de produção de alimentos inspirada no sistema solar para ter maior eficiência energética. O reservatório de água é o centro da energia; em redor, nove círculos concêntricos, representam as órbitas dos planetas. Cabras, galinhas, codornas e uma diversidade de plantas convivem numa área de 2.500 metros quadrados formando um sistema interativo. A respeito, ver *Projeto Mandalla: uma proposta de produção familiar em harmonia com a natureza* (CPT, Ceará.sd).

FOTO 09



Foto: Autor

Assentados realizando místicas em assembléia na Igreja. Agosto de 2005.

FOTO 10



Foto: Autor

Realização de assembléia na escola “Construído o Caminho”. Dezembro de 2006.

Em reunião pedagógica no dia 25/01/2007, os professores, juntamente com a direção da Associação, um representante do SINTRAC, e demais assentados, construíram a proposta pedagógica da escola para o ano. Entre os temas discutidos, abordaram a importância de fazer um resgate da memória da luta pela terra e a conquista do Assentamento e o papel da mulher desempenhado na sociedade. Colocaram a necessidade de realizar atividades no dia 08 de Março, Dia Internacional da Mulher, e a realização da festa comemorativa do Assentamento no dia 10 de Abril. Neste momento, o professor da escola, lembrou da força da mulher no processo de conquista da terra, afirmando:

Que na época! Os assentados correram da polícia e as mulheres estavam na frente da luta com muita coragem e determinação, sendo que algumas chegaram a serem carregadas pelo esposo e companheiros em carinho de mão por estarem grávidas, e mesmo assim, houve caso de terem que pular a cerca (depoimento de um professor do Assentamento).

Os assentados relataram que sempre faziam uma grande festa para lembrar a ocupação e a conquista da terra no dia 10 de Abril. Todo ano eles se organizavam e realizavam a festa, que era um acontecimento importante no Assentamento, pois se apresentava como um momento de comemoração e de reafirmação de serem Sem Terra e aproveitavam para mostrar aos moradores vizinhos e da região que não eram pessoas desordeiras e baderneiras, como é disseminado usualmente pela grande mídia. Era também um momento de alegria, de agradecimento pela conquista da terra, de constituição de novos amigos e de encontros e mobilizações para continuarem na luta pela reforma agrária.

Neste evento, realizavam apresentações teatrais, místicas, palestras, shows, cantavam o hino dos Sem Terra e vendiam comidas típicas e bebidas para ajudar no caixa da Associação. Os participantes da festa eram os próprios assentados, vizinhos, turistas e convidados por eles, como as lideranças dos movimentos sociais, parlamentares, professores, padres e freiras. Atualmente, segundo depoimentos das lideranças, não existe mais a festa porque os assentados estão desmotivados e não conseguem se organizar em virtude do excesso de trabalho e do medo de haver algum problema, gerando violência e desunião.

Enfatizaram que iriam, nas disciplinas ministradas nas salas de aulas, estudar noções de espaço no Assentamento, realizando a construção de maquetes e mapas, um censo populacional e agropecuário, além de fazer um levantamento dos aspectos

relacionados com o solo, clima, relevo, hidrografia e vegetação da área. Planejaram realizar debates para sensibilizar os assentados da necessidade de participação na Associação e a criação de uma cooperativa do Assentamento.

Nos depoimentos dos participantes, eles chamaram a atenção para trabalhar mais com a realidade dos alunos e valorizar as falas, discursos, desenhos e outras manifestações das crianças, jovens, adultos e idosos sobre a convivência e as relações sociais na comunidade. Relataram que era preciso fazer com que os assentados falassem dos problemas do Assentamento para melhorar a comunicação entre eles e tentar solucionar as dificuldades, diminuindo os conflitos. Tiveram, ao mesmo tempo, a preocupação em conciliar o conteúdo das aulas com as atividades na área de produção.

Trataram, também, dos temas que mais os preocupam e que já foi abordado em capítulo anterior, como a questão da água encanada, a péssima condição da estrada, que em época de inverno fica intrafegável, a instalação de um telefone público, a qualidade das músicas e do som alto nas casas, a preservação dos recursos naturais, o socialismo, a luta sindical e o MST. Elencaram outros assuntos como alcoolismo, drogas, sexualidade e gênero.

Esclareceram que também iriam resgatar a cultura do trabalhador rural, pois a escola não poderia ensinar o que a mídia e os livros didáticos ensinam sobre a cultura urbana. Afirmaram que os trabalhadores rurais têm que estudarem não para saírem da roça, mas estudarem para permanecerem e melhorarem as condições de vida no campo e continuando a luta pela reforma agrária, em celebração ao dia 01 de maio, Dia Internacional do Trabalhador.

Uma das participantes, diretora da escola e assentada, deu um depoimento afirmando que a escola tem de educar para a vida, como consta a seguir:

A escola tem que educar para a vida, não para o mercado de trabalho, procurando unificar as coisas e esclarecendo a necessidade de ser atuante no Assentamento convivendo com os vizinhos em harmonia e lutando para a organização da comunidade e o bem estar de todos (depoimento da diretoria da escola do Assentamento).

Planejaram discutir questões da relação entre religião e luta pela terra, através da cartilha “Ocupando a Bíblia”, publicada pelo MST, e a celebração de “Corpus Christi”. Pensaram na lapinha, no reisado, na renovação e nos cânticos para trabalhar com a educação ambiental. Afirmaram, no momento, que iriam realizar a quadrilha das crianças e dos jovens.

Apostaram em trazer com mais ênfase os símbolos do MST, os gritos e as palavras de ordem, o hino do MST, a Bandeira, o chapéu, hino do Brasil e do Crato, questionando o Dia da Independência do Brasil e procurando participar das manifestações realizadas pelos movimentos sociais.

Enfim, problematizaram questões sobre avaliação escolar e rendimento dos alunos, além dos sentidos do Dia do Professor, Dia dos Finados, Natal e o significado do Dia da Criança. Enfatizaram que no Assentamento evitam o consumo exagerado do brinquedo industrializado na tentativa de não gerar desigualdades entre as crianças, refletindo sobre o reflexo do brinquedo e do brincar para elas. Os professores afirmaram que no Assentamento:

Os aniversários das crianças são realizados de seis em seis meses coletivamente na escola, fazendo uma festa para todas as crianças no sentido de controlar os gastos dos pais e não a tornarem consumidoras exageradas dos brinquedos que são ofertados pela mídia a fim de não gerar desigualdades entre as crianças (depoimento de uma professora do Assentamento).

As crianças do Assentamento estudam pela manhã e costumeiramente são encontradas, nos momentos livres, brincando nos terreiros ou na estrada que corta a Agrovila. Os meninos brincam de bola e de carrinho na terra. As meninas de boneca ou conversam entre elas sobre temas diversos. Geralmente as crianças ficam a imitar os mais velhos nas tarefas do dia-a-dia. Estão sempre próximas das casas ou perto da escola realizando brincadeiras organizadas por elas próprias ou assistindo televisão. Quase sempre ajudam os pais nas tarefas domésticas e na atividade de produção agropecuária. São alegres e participativas quando existem momentos de encontros, reuniões e assembléias.

Algumas atividades são realizadas pelos adultos envolvendo as crianças. Uma delas é o coral das crianças do Assentamento, em que aprendem a cantar e se apresentam em momentos especiais, além de também participarem das rezas, orações, novenas e renovações. Através de seus depoimentos, as crianças afirmaram ainda que algumas vezes saem para tomar banho nos açudes, pescar e visitar os vizinhos junto aos seus pais.

Com relação aos jovens, os seus depoimentos, mostram que gostam do Assentamento e não demonstram vontade de ir para uma cidade grande, pois sabem que lá os problemas são maiores, e que muitos dos que saíram do Assentamento estão com saudade da família e arrependidos, querendo voltar para casa.

Indagados se no Assentamento existiam muitos jovens, eles afirmaram que sim, no entanto, ao serem perguntados se entre os jovens havia mais homens do que mulheres, eles responderam que havia mais homens e que as mulheres eram poucas, sendo que a preferência dos homens era de casar com as mulheres do próprio Assentamento para evitar problemas posteriormente, em virtude da inserção de pessoas de fora do Assentamento precisarem ser regulamentadas no regimento interno e dependerem da aprovação em assembléia, no caso de morar no Assentamento.

Essa medida, segundo depoimento dos jovens, ocorre em virtude do Assentamento estar ficando pequeno para a quantidade de famílias, pois, se cada assentado que casar for morar no Assentamento com sua família, não vai haver terra para que possam trabalhar e sobreviver, atestando o processo de adensamento do Assentamento em virtude da reprodução familiar.

O adensamento do Assentamento para Medeiros (2003) ocorre em especial nos mais antigos, em virtude do aumento do número de casas, correspondendo ao casamento de filhos que não encontraram outras alternativas, contribuindo para o crescimento demográfico.

Quando questionados se conheciam a história do Assentamento, a maioria deles afirmou que sim, pois há discussão sobre o processo de conquista da terra por parte dos assentados, principalmente com as crianças e os mais jovens. Alegaram que os adultos e os mais idosos conhecem bem a história e estão sempre falando, discutindo ou relatando a história para pesquisadores e turistas que visitam o local.

Sobre a participação deles, afirmaram que participavam das atividades no coletivo e individual, mas que não freqüentavam sistematicamente a assembléia, pois estavam desmotivados em virtude dos conflitos internos. Mesmo assim, há uma consciência por parte dos jovens assentados da importância das reuniões na assembléia e do trabalho

coletivo porque algumas pessoas tentaram trabalhar sozinhas e não conseguiram melhorar de vida.

A produção no Assentamento é um dos temas mais discutidos no cotidiano. Afirmam que todos os assentados têm que trabalhar para produzir o sustento das famílias. Alegam que ocuparam as terras porque queriam trabalhar. O objetivo principal dos assentados está na frase do MST: “Ocupar, Resistir e Produzir”. O trabalho no Assentamento é realizado através do individual e do coletivo. Toda quarta-feira é o dia do trabalho coletivo.

Na conversa com um assentado, dono, através de aprovação em assembléia, de uma mercearia particular no Assentamento, a maioria dos assentados tem como atividade principal a agricultura e a pecuária, mas há a pluriatividade no campo, através dos comerciantes, mototaxistas, pedreiros, carpinteiros, costureiras, artesãos entre outros.

O uso e a ocupação da terra estão baseados nas atividades produtivas que têm como maior visibilidade a pecuária de gado bovino, a criação de abelhas, os roçados, o plantio de capim, a produção de hortaliças, a criação de galinhas e a pesca nos açudes (Croqui 02).

A pecuária é a principal atividade do Assentamento. Existem em torno de 180³⁷ cabeças de gado, 150 pertencem ao coletivo e 30 ao individual. O gado é criado de forma intensiva: durante o dia permanece nos locais de pastagem e à noite no estábulo construído próximo à Agrovila. Pela manhã, por volta das 5 horas, há a ordenha do gado e o leite é distribuído pelas famílias de acordo com a necessidade de cada grupo (Foto 11).

A apicultura começou com o apoio da ACB onde os assentados implantaram cerca de 30 colméias, que estão alocadas nas matas e têm o manejo dividido de forma coletiva pelos participantes deste projeto. Atualmente, muitos estão envolvidos com a produção de abelhas e a assistência técnica se dá com os agentes rurais de EMATERCE. Criaram uma associação chamada de Associação 10 de Abril de Apicultores (ADEAPI), com Estatuto e Regimento. O manejo é realizado pelos assentados que trabalham com 342 colméias do tipo

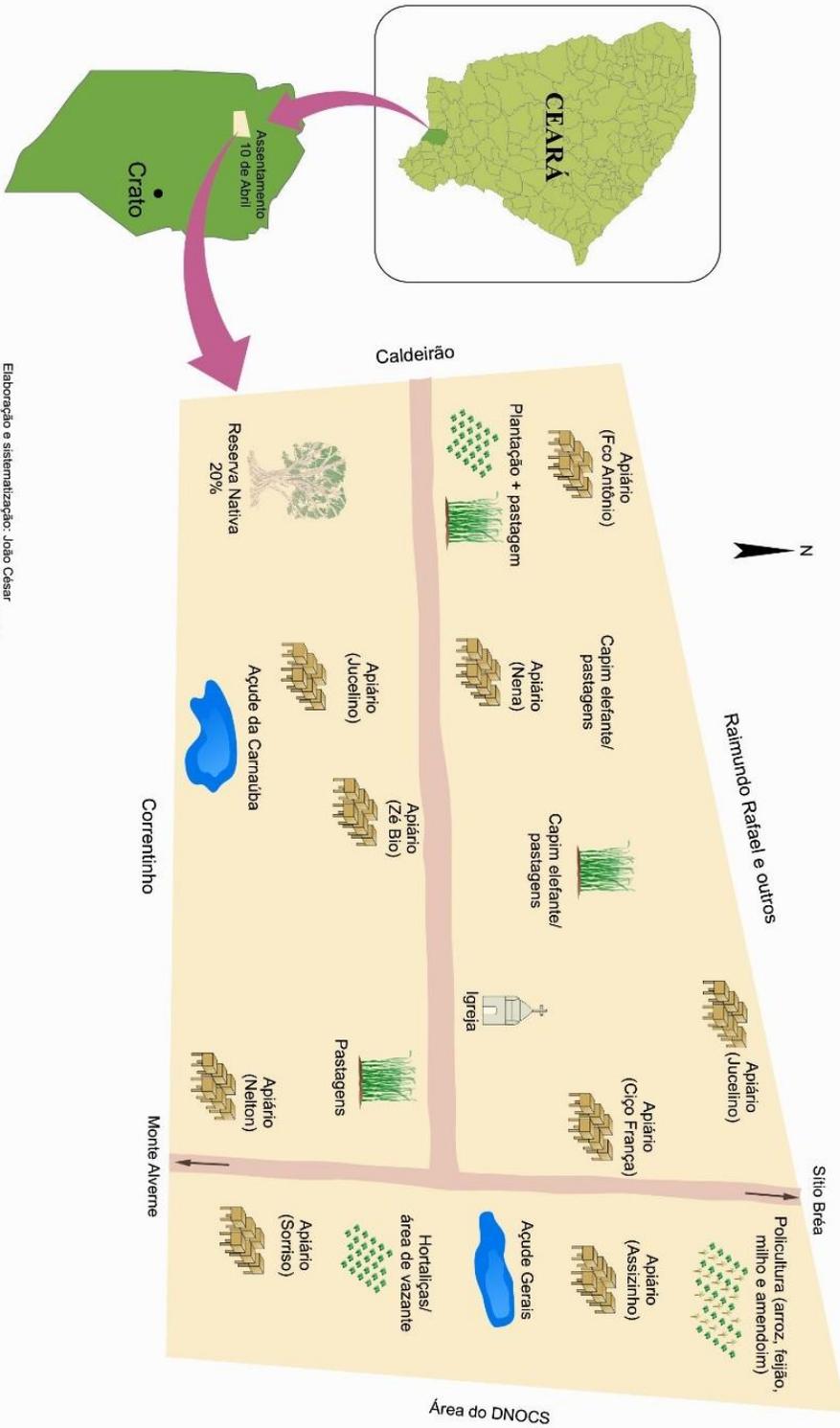
³⁷ Não há informação concreta sobre a quantidade de cabeças de gado no Assentamento, sendo essa informação uma estimativa de alguns assentados.

“Langstroch”, tamanho padrão 48x48, de madeira. O apiário é fixo, todos enxameados e produzindo mel e cera. Segundo depoimento do agente rural Sr. Porto, em 2006, o apiário do Assentamento produziu 2.500 kg de mel (Foto 12).

Croqui 02

Croqui do Assentamento 10 de Abril

Uso e Ocupação da Terra



Elaboração e sistematização: João César
 Vetorização e edição gráfica: Welton Travassos

FOTO 11



Foto: Autor

Criação semi-intensiva de bovinos pertencentes ao coletivo e individual.
Janeiro de 2007.

FOTO 12



Foto: Autor

Criação de abelhas em colméias por grupos de apicultores. Dezembro de 2006.

Os roçados são realizados para o plantio de milho, feijão, fava, andu, arroz, amendoim e mandioca, dentre outras culturas. Geralmente são trabalhados por grupos de família. Os assentados trabalham ainda utilizando o modelo tradicional no trato com a terra, realizam a derrubada da mata e destoca, depois praticam a queimada, limpam o terreno, realizam o plantio e posteriormente a colheita. Utilizam instrumentos como enxada, pá, carrinho de mão, carroças e a foice, que são guardados encostados na casa ou em quarto feito para esse fim (Foto 13).

FOTO 13



Foto: Autor

Instrumentos de trabalho utilizados nas atividades agropecuárias.
Dezembro de 2006.

Ao serem indagados sobre essa prática de atuarem na terra, responderam que sabem cultivar de outra forma, pois alguns participaram de cursos de agrofloresta³⁸ com a ACB, no entanto alegam que muitos não mudam porque não têm condições de se sustentar, pois, segundo eles, a proposta é importante, mas demora tempo para colher os frutos.

Há um grupo de famílias que está trabalhando com a agrofloresta, utilizando o consórcio de fruteiras com hortaliças, plantam banana, melancia, abóbora, alface, coentro e

³⁸ Agrofloresta são sistemas de produção agropecuária que utilizam o sistema de consórcio das plantas nativas com fruteiras, plantio de milho, feijão e demais culturas e a criação de animais de pequeno porte visando à convivência com o semi-árido.

cebolinha. Alegam que estão satisfeitas com o projeto e esperam ampliar suas atividades e sensibilizar para que outras famílias também pratiquem a agrofloresta no Assentamento (Foto 14).

FOTO 14



Foto: Autor

Cultivo de hortaliças por grupo de mulheres em regime de agrofloresta utilizando mandalas. Dezembro de 2006.

A criação de galinhas também é outra atividade desenvolvida no Assentamento. Existem galinhas caipiras que são criadas no terreiro juntamente com capotes e patos, e as galinhas criadas em pequenas granjas com incentivo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essas galinhas criadas em granjas são semi-confinadas, sendo administrada por um membro da família e se localizam próximo às casas para facilitar o manejo. Essa experiência é nova no Assentamento e eles estão testando para ver se tem sucesso (Foto 15).

Essas famílias que trabalham no projeto da agrofloresta, toda sexta-feira vendem seus produtos na Feira de Produtos Orgânicos, organizada pela ACB, localizada na cidade do Crato, na rua dos Cariris, em frente a sua sede. Na feira, existem outros grupos de agricultores que expõem seus produtos provenientes do município e de municípios vizinhos. A feira é constituída por pequenas barracas padronizadas na cor verde e dispostas

em frente à calçada da ACB, onde os produtores expõem produtos como alface, coentro, cebolinha, mel, mandioca, amendoim, farinha, macaxeira, banana, abóbora e melancia dentre outros produtos produzidos sem uso de agrotóxicos (Foto 16).

FOTO 15



Foto: Autor

Criação de galinhas de capoeira semi-confinadas no quintal. Dezembro de 2006.

FOTO 16



Foto: Autor

Venda de produtos agroecológicos em feira organizada pela ACB. Dezembro de 2006.

Portanto, os assentamentos representam mudanças nas formas de uso e ocupação do espaço, transformando áreas onde predominavam pastagens, criação extensiva, monoculturas decadentes e em crise em áreas com produção de novos cultivos e criações para o abastecimento interno e mercados locais (Medeiros, 2003).

A rotina no Assentamento termina ao anoitecer. Depois de um dia de movimentação, as pessoas chegam em casa e costumeiramente se reúnem na varanda para contar histórias e histórias, além de “botar conversa fora”, como afirmam. Antes, alguns “batem uma bolinha” no campo de futebol ou passam na mercearia para fazer umas compras ou jogar sinuca. No final da noite, assistem à televisão. A partir das 20 horas, o silêncio toma conta da Agrovila e os assentados dormem à espera de mais um novo dia (Foto 17).

FOTO 17



Foto: Autor

Jogo de futebol realizado pelos assentados nos fins de tarde. Dezembro de 2006.

Assim, os espaços de convivência vão sendo constituídos; experiências e novos saberes são gestados e apreendidos; os valores e as relações sociais vão sendo ressignificados e a busca de solidariedade e respeito às diferenças construídos, contribuindo

para a melhoria da qualidade de vida na perspectiva do meio ambiente, instituindo práticas de educação ambiental no cotidiano do Assentamento 10 de Abril.

Enfim, a dimensão ambiental se manifesta nas festas realizadas no Assentamento, na proibição de bebidas alcoólicas, no aprendizado de técnicas orgânicas de produção animal e vegetal sem uso de agrotóxicos e hormônios, na ênfase para a valorização de sementes como patrimônio do povo, na produção de farmácias vivas com plantas fitoterápicas, no incentivo a sistemas agroflorestais, na proibição da caça de animais em extinção, na instituição de uma reserva legal de proteção ambiental e ainda nas discussões recentes sobre gênero, etnia, drogas e sexualidade.

No entanto, os desafios enfrentados pelos assentados são enormes. Como conviver em uma comunidade resistindo ao processo massificador engendrado por uma sociedade individualista, consumista e egoísta? Como conseguir conquistar mais benefícios para a comunidade? Qual o futuro das crianças e dos jovens do Assentamento? A seguir, serão tratadas essas questões que tanto preocupam os assentados.

3.3. Gestão do Assentamento 10 de Abril: Conexões com Discursos e Práticas Governamentais e Não-Governamentais

No início do ano de 2008, no Assentamento, vivem 59 famílias em uma extensão de aproximadamente 1.354 hectares, fruto da desapropriação de duas fazendas no município do Crato no Estado do Ceará. O ponto médio da área do Assentamento está situado na latitude de 7°32'30" e na longitude de 39°32'30". Sua criação data de 16 de junho de 1993, através da Portaria 448/93 do Governo do Estado do Ceará (Cf. Plano de Ação do Assentamento 10 de Abril, IDACE, 2000)³⁹.

O acesso à área do Assentamento 10 de Abril, a partir da cidade do Crato, é feito pela CE 055, no sentido do Distrito de Dom Quintino, sendo 12 km pela referida rodovia. Logo após, à esquerda, está a comunidade Bréa, seguindo por 8 km em estrada carroçável até o imóvel. Também há outro acesso saindo da cidade do Crato, cerca de 18 km através

³⁹ Há uma certa confusão quanto ao tamanho da área do Assentamento, pois outras fontes de pesquisa revelam que sua extensão é de 1.322,69 hectares registrados no Cartório de Registro de Imóveis Geraldo Macedo Lobo, na Comarca do Crato, sob o N.º R-02-8-236 em 25/09/1991 em nome do IDACE. De acordo com o tamanho do módulo fiscal no Ceará representa aproximadamente 50 módulos fiscais. Existe também dúvida de quando o imóvel foi adquirido, pois consta em alguns documentos a data de 24/09/1991 com publicação no Diário Oficial do Estado (DOE) de 22/06/1993.

de estrada asfaltada até o Distrito de Santa Fé, chegando ao Distrito de Monte Alverne. Depois, desloca-se mais 11 km em estrada carroçável para chegar ao Assentamento.

A organização espacial e territorial do Assentamento está composta por uma escola, denominada “Construindo o Caminho”, uma creche chamada “Santo Inácio”, uma bodega comunitária desativada, vários armazéns, três açudes de médio porte, três açudes pequenos, um poço profundo, granjas, apiários, estábulo, casas de moradores, campo de futebol, igreja e galpão para festas e reuniões (Mapa 04) (Croqui 03) (Foto 18 e 19).

A gestão do Assentamento realiza-se através da associação dos produtores, grupos de mulheres e jovens, grupo de trabalho na produção e por atividades realizadas em parte coletiva e individualmente. A maioria dos trabalhadores participa de assembléias, reuniões, estudos e cursos relativos à organização, produção e comercialização.

As famílias que se organizam de forma coletivista e moram na Agrovila planejam as atividades em Assembléia, dividindo-se em grupos de mulheres, homens, jovens, adultos e idosos conforme as condições de trabalho e aptidão de cada um.

Na área do Correntinho, as famílias possuem seus próprios lotes e trabalham de forma individual, muitas vezes não participam das atividades da Associação gerando problemas internos.

As dificuldades para gestão do Assentamento são afetadas por condicionantes ambientais, principalmente pela ineficiência das políticas públicas voltadas para o campo. Há deficiência de assistência técnica, falta de crédito para os assentados, inexistência de água encanada e projetos de irrigação, dificuldades de transporte e acesso ao Assentamento, escola precária e conflitos internos entre os assentados, além dos aspectos relacionados com a geologia, os solos, o clima, a vegetação e a hidrologia característicos da região semi-árida do Nordeste brasileiro.

Em relação aos aspectos ligados com a assistência técnica, que geralmente fica a cargo de políticas institucionalizadas por órgãos públicos, ou seja, dependendo da vontade política dos governos, não sendo realizada periodicamente e muitas vezes não atendendo às expectativas e à realidade dos assentados, o órgão que está responsável é a EMATERCE, que possui os chamados Agentes Rurais, com o intuito de incentivar as atividades ligadas com a produção agropecuária.

FOTO 18



Foto: Autor

Prédio onde funciona a escola “Construindo o Caminho” e a creche “Santo Inácio”. Agosto de 2004.

FOTO 19



Foto: Autor

Visão da Agrovila representada pelas casas e pela igreja construídas em regime de mutirão. Agosto de 2004.

No que se refere ao crédito rural, o órgão responsável é o BNB através do PRONAF, financiando dinheiro para alguns assentados que se arriscam em atividades agropecuárias, muitas vezes, não conseguindo sucesso em virtude da perda da produção no campo.

Outra dificuldade é a inexistência de água encanada, fazendo com que os assentados tenham que carregar água na cabeça e nos ombros para as residências implicando um uso demasiado de tempo para realizar as tarefas domésticas e esforço e cansaço extras, pois as atividades no campo são extremamente cansativas e desprendem uma carga imensa de energia. Há uma luta antiga para a instalação de água encanada, mas que nunca foi concretizada por questões políticas, pois nem a Sociedade de Água e Esgoto do Crato (SAAEC) nem a Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE) assumiram o projeto de tubulação da água para as casas (Anexo 09). Atualmente, os assentados conseguiram a construção de cisternas de placas⁴⁰, ao lado de cada moradia, através de convênio com o Governo Federal, por intermédio do INCRA.

Os meios de transporte entre a cidade do Crato e o Assentamento e vice-versa, na maneira mais usual, é realizado por duas camionetas D-20 de propriedade particular de dois assentados, que saem do Assentamento por volta das 6 horas até a praça da Prefeitura e retorna mais ou menos às 8 horas. Novamente vai para o Crato às 11h30 e volta, às 12h30 para o Assentamento.

Existem outras formas de transporte, como carro pequeno e moto ou através de camionetas D-20 que vão até o distrito de Monte Alverne, sendo que depois só seguem para o Assentamento por moto alugada dos moradores do referido Distrito. Para retornar à cidade do Crato, aluga-se uma moto com os assentados até o distrito de Monte Alverne somente até as 14 horas; mais tarde a opção é ir pela estrada da comunidade da Bréia até a pista (CE O55) e pegar outras conduções como D-20 e ônibus.

Assim, o transporte entre o Assentamento e a cidade do Crato no período da noite é extremamente difícil, não existindo camionetas D-20, só sendo possível de carro ou moto, o que dificulta as atividades dos assentados ligadas ao estudo, trabalho ou lazer.

⁴⁰ Cisternas de placas são processos de captação da água da chuva construídos de tijolo próximo a casa para armazenarem a água que cai do telhado.

Não existe telefone residencial. Alguns assentados possuem telefone celular, mas é difícil conseguir rede ou conexão para fazer uma ligação. Os assentados conseguiram recentemente o telefone público, uma luta antiga, que só agora tiveram acesso, para poderem se comunicar com mais facilidade com os familiares, sindicatos, comércios externos e também, em casos de emergência, acionar o corpo de bombeiros, ambulância e policiamento.

Outro aspecto importante relatado é a falta de um mini-posto de saúde, pois o posto mais próximo fica no distrito de Monte Alverne. Além disso, os assentados não possuem medicamentos simples e faltam equipamentos médico-hospitalares básicos como aparelho de pressão, termômetro, estetoscópio dentre outros.

O lazer e a cultura são temas destacados, pois não existem praças, parques, bibliotecas, computadores, festas e demais atividades, dificultando o acesso ao conhecimento e ao esporte, sendo o lazer, no Assentamento, restrito a um jogo de futebol no final da tarde, um banho no açude e à televisão.

A educação no Assentamento é constituída por uma pequena escola com o nome “Construindo o Caminho” e uma creche denominada “Santo Inácio”, construídos pelos próprios assentados. As aulas são ministradas por 7 professores e aproximadamente 150⁴¹ alunos estudam, distribuídos no ensino infantil, fundamental I (1º a 4º séries) e educação de jovens e adultos (EJA) (Foto 20).

A escola e a creche foram construídas pelos próprios assentados e funciona em um prédio sem infra-estrutura adequada para atender as crianças, jovens e adultos do Assentamento, sendo mantida por esforço e luta deles, com pouco apoio da Prefeitura do Crato, que, inclusive, procurou fechá-la várias vezes, alegando que há poucos alunos e que, no Distrito de Monte Alverne, existe uma escola com melhor estrutura. Há um projeto para construção de uma escola no Assentamento que até hoje não saiu do papel e que permanece como pauta de reivindicação por parte das famílias.

Em relação à educação, os assentados afirmaram que falta uma escola com mais infra-estrutura e que há muita carência relacionada com o ensino formal, pois os assentados têm dificuldade de cursar o ensino fundamental II e médio, além de uma faculdade e cursos

⁴¹ Este número varia de ano para ano de acordo com as matrículas e programas do governo municipal, estadual e federal.

técnicos, já que demonstram bastante interesse em continuar os estudos, mas os gastos para ter acesso a esses cursos são altos, além da dificuldade de transporte.

FOTO 20



Foto: Autor

Educação de crianças na escola do Assentamento. Agosto de 2005.

Esses problemas, relacionados com o Assentamento apresentam uma dimensão ambiental e são entraves para a sua gestão e organização, dificultando a melhoria das condições de vida dos assentados e contribuindo para agravar os conflitos.

Paralelos a estas questões elencadas acima, existem os condicionantes ambientais relacionados à geologia, clima, solos, vegetação e hidrografia, bem como outros entraves para a organização e gestão do Assentamento⁴². Segundo depoimento dos assentados, o terreno tem solo ruim e é bastante acidentado, sendo as chuvas escassas, com dificuldade de acesso à água e o clima muito quente durante quase o ano todo.

No Assentamento, tem época que nós ficamos tristes, desestimulados e cansados. As condições são difíceis e não dá para fazer muita coisa. A água fica pouca e

⁴² As características geoambientais do Assentamento 10 de Abril foram elaboradas a partir dos trabalhos monográficos de Ferreira (1995), Pinheiro (1996), do Plano de Ação produzido pelo IDACE (2000), Atlas do Ceará (2004) e pesquisa de campo.

distante, o calor é forte. Os bichos sofrem. Não dá para plantar e trabalhar na terra. O sustento fica difícil e a seca castiga (depoimento de um assentado).

O depoimento deste assentado é comprovado quando procura-se caracterizar as condições geoambientais da área em estudo. No que se refere às características geológicas, verifica-se a existência de rochas antigas e resistentes referentes à Era Pré-Cambriana, destacando rochas formadas nos Períodos Proterozóico e Arqueozóico, onde predominam os gnaisses, granitos, dioritos e quartizitos (Atlas do Ceará, 2004).

O Assentamento 10 de Abril pertence à unidade Geomorfológica denominada Depressão Sertaneja. Dessa forma, a topografia, devido à presença do Assentamento em uma zona de pediplano, próximo a Chapada do Araripe, apresenta-se fortemente ondulada, sendo constituído por colinas de topo arredondado com vertentes convexas, onde predomina grande intemperismo físico e, nas áreas mais úmidas, intemperismo químico, dificultando o trabalho dos assentados e propiciando uma maior degradação ambiental em virtude do uso inadequado dessas áreas e a altitude varia entre 200 a 500 metros (Atlas do Ceará, 2004).

Com relação aos tipos de solos, encontram-se solos rasos e pedregosos em algumas áreas do Assentamento, com texturas variadas em suas camadas, deflúvio muito lento, com fertilidade natural variando entre alta e baixa e apresentando drenagem moderada. Pode ser encontrada uma certa variedade de solos, predominando os Latossolos e Argissolos Vermelho-Amarelos, Neossolos Flúvicos e Neossolos Litólicos (Atlas do Ceará, 2004). Esses solos são ocupados de maneira inadequada pelas atividades agropecuárias, através de manejos utilizando a queimada e o uso de agrotóxico, provocando o desgaste do solo e sua menor fertilidade a cada ano que passa.

O clima enquadra-se no tipo Tropical Quente Semi-Árido Brando, estando a estação chuvosa concentrada nos quatro primeiros meses do ano. Apresenta um índice pluviométrico anual entre 700 a 800 milímetros e temperatura média anual em torno de 27 graus centígrados, com número de meses secos entre 5 e 6. Esse tipo climático é responsável por grande evaporação da água, que se acumula no Assentamento, provocando rapidamente sua escassez e dificuldade de utilização (Atlas do Ceará, 2004).

A vegetação apresentou-se variada e já bastante alterada por ações ligadas com a produção agropecuária, principalmente pelo desmatamento, sendo os principais tipos

encontrados no Assentamento 10 de Abril, a Mata Seca e a Caatinga, com características arbórea e com menor frequência arbórea-arbustiva. As espécies mais encontradas são Mofumbo, Catingueira, Jurema Branca, Jurema Preta, Angico, Cumaru, Pereiro, Aroeira, Mororó, Canafistula, Pau D'Óleo, Timbaúba, Marmeleiro, Pau D'Arco, Bálsamo, Sipaúba dentre outras (Atlas do Ceará, 2004).

A hidrologia é representada pela Sub-Bacia do Rio Salgado, que compõe a Bacia do Jaguaribe definida pelos cursos d'água de caráter intermitente e sofrendo com o alto grau de evaporação, sendo a drenagem dos mesmos proveniente da micro-bacia do Rio Carás, a qual apresentando um aspecto dentrítico e subdentrítico de grande força potencial. Apresenta três grandes açudes e três pequenos, além de um poço profundo e de vários poços amazonas. Também utilizam a vazante do açude Tomaz Osterne, conhecido como açude do Umari para suas atividades agrícolas (Atlas do Ceará, 2004).

Logo, percebe-se que os assentados do 10 de Abril enfrentam muitas dificuldades no seu cotidiano devido a problemas ligados à ineficiência de políticas para a sustentabilidade do Assentamento e à complexidade das condições geoambientais, além do fato de estarem inseridos no semi-árido nordestino.

Na gestão do Assentamento 10 de Abril, na perspectiva do meio ambiente e da educação ambiental, portanto, os assentados contam com a colaboração de várias instituições governamentais e não-governamentais que atuam e auxiliam os assentados, muitos vezes gerando conflitos com os próprios e com o MST, devido às diferentes representações da problemática ambiental pelos atores envolvidos no momento de organização e planejamento das ações no Assentamento.

Entre os organismos governamentais que atuam no Assentamento 10 de Abril estão o IDACE, EMATERCE, IBAMA e a PMC. Cabe, porém, reflexão sobre as formas de intervenção, relacionadas com a dimensão ambiental, desses órgãos. As organizações não-governamentais são representadas pela ACB, CPT, SINTRAC e o MST.

Através de pesquisa realizada no IDACE e a partir de entrevistas com os assentados, constatou-se que a relação do órgão com o Assentamento deu-se desde o processo de conquista da terra, no qual o órgão ficou responsável pelo levantamento e escolha da área a ser desapropriada, pelo cadastramento e seleção dos assentados e pelas obras de infraestrutura até os dias atuais, através da assistência técnica por intermédio da elaboração do

chamado Plano de Ação do Assentamento (IDACE, 2000), que consiste em um instrumento para a gestão do Assentamento na perspectiva dos assentados.

No IDACE, a gerente do Departamento de Reestruturação Fundiária, Sra. Maria Luzia Campelo, atesta que os assentados do 10 de Abril são extremamente atuantes e estão sempre a reivindicar melhorias. Como prova, pode-se encontrar, no setor de documentação, uma pasta constando plantas e croquis sobre a área do Assentamento, ofícios enviados pelos assentados para o IDACE e o Plano de Ação do Assentamento, com dados relacionados ao diagnóstico participativo dos assentados e a elaboração de um quadro demonstrativo dos problemas e das soluções do referido imóvel.

Entre as atividades desenvolvidas, os assentados relataram aquelas ligadas à elaboração de projetos para mobilização de recursos junto aos órgãos financiadores a fim de conseguirem créditos como os de implantação do assentamento, habitação, alimentação, fomento e produção, além de intervirem através de contatos com o BNB na negociação das dívidas dos assentados do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) e FNE, a Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA), para negociarem a construção de uma adutora e a recuperação e construção de açudes, bem como o desmonte de um aprisco inativo e construção em outro local, reunião com as famílias que trabalham em regime individual localizados no Correntinho e palestras sobre educação ambiental.

Outro órgão que intervém no Assentamento é a EMATERCE, que atua na assistência técnica aos trabalhadores rurais e no incentivo à produção, promovendo o cadastramento dos assentados para a realização de projetos agropecuários no intuito de conseguir crédito junto aos órgãos financiadores. Atualmente, o órgão está com um programa denominado “Agente Rural”, que consiste em promover orientação aos trabalhadores rurais no Estado.

No Assentamento, três técnicos atuam no momento, sendo eles os Srs. Porto, Hugo e Cosmo, que trabalham na organização do Assentamento, assessorando a direção da associação e orientando projetos relacionados com a criação de abelhas e manejo adequado das plantas e animais. Segundo os técnicos, eles estão procurando orientar os assentados para a importância da preservação do meio ambiente, promovendo reuniões e debates relacionados com a educação ambiental.

O IBAMA, segundo depoimento dos assentados e conversas informais com os seus funcionários, atua no Assentamento a fim de orientar e fiscalizar os assentados com os objetivos de evitar a derrubada da reserva legal, os desmatamentos, o uso inadequado de agrotóxicos, as queimadas, a pesca predatória e a caça indiscriminada. O acompanhamento desta instituição não se dá de forma sistemática, acontece esporadicamente mais com sentido de fiscalização das atividades agropecuárias desenvolvidas pelos assentados. Relatam os assentados que o IBAMA atua na fiscalização da utilização dos açudes e do plantio, definindo a época para plantar e que, para plantar, teriam que pedir uma licença para fazer a broca e a roça.

A PMC atua no Assentamento através de assistência aos programas relacionados com a saúde, a educação, a conservação das estradas e o transporte escolar. Segundo depoimentos dos assentados, a prefeitura mantém esses serviços devido à forte pressão por parte da comunidade. Alegam que, se não estivessem organizados e unidos para resistir e confrontar a Prefeitura, eles não permaneceriam mais na terra por falta de condições de sobrevivência. Segundo relato de um assentado, a secretária de Educação chegou a visitar o Assentamento com o intuito de fechar a escola e a creche, construídas e mantidas por eles a todo o custo.

A secretária de Educação já esteve aqui querendo fechar nossa escola, alegando que tinha poucos alunos e que seria melhor que todos fossem estudar em Monte Alverne, distrito aqui próximo, mas nós não aceitamos e resistimos, dizendo que se fechassem a escola nós iríamos fazer um grande movimento, pois nós somos respeitados pelas outras pessoas, até do exterior, principalmente por causa da nossa organização na escola (depoimento de um assentado).

Em relação às organizações não-governamentais, a ACB se destaca em intervenções, no Assentamento, no que diz respeito à gestão e à implantação de agrofloresta, de apicultura, de caprinocultura e de piscicultura, implantados entre os assentados, além dos projetos de captação de águas de chuvas através das cisternas de placas e dos projetos produtivos desenvolvidos com as mulheres.

A ACB tem atribuições muito mais amplas, que vão além dos aspectos agrônômicos e voltados exclusivamente à produção. A organização dos trabalhadores em associações comunitárias, a gestão dos assentamentos, o abastecimento de água, projetos de eletrificação rural, a preservação dos recursos naturais e o respeito à legislação ambiental,

enfim, todas as questões direta ou indiretamente relacionadas ao desenvolvimento integral das comunidades rurais compõem o universo de atuação desta organização não-governamental.

Dessa forma, a entidade, que foi uma das protagonistas da ocupação e da conquista do Assentamento, já realizou vários projetos e experiências ligadas à sustentabilidade do Assentamento, podendo ser destacado: o sistema de cultivo agroflorestal; caprinocultura; apicultura; barragem subterrânea⁴³, cisternas de placas, atividades relacionadas com as questões de gênero para as mulheres e projetos sobre sexualidade, drogas, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e com a organização e gestão da Agrovila para os jovens assentados que apresentaram interesse em participar efetivamente do MST e fortalecer o processo de conquistas para o Assentamento.

Segundo depoimento dos dirigentes da ACB, entre eles os Srs. Jeová e Batista e as Sras. Socorro e Aparecida, no Assentamento, o processo de sensibilização para os problemas ambientais é muito lento, necessitando que os assentados tomem maior consciência, sendo necessária maior participação, pois os assentados estão desmotivados para a importância da preservação do meio ambiente.

Vários trabalhos já foram realizados com os assentados, mas poucos se mobilizaram no sentido de mudar sua relação com a terra. A resistência por parte dos assentados em desenvolver atividades relacionadas com a agrofloresta é muito grande e eles precisam trabalhar mais no coletivo e procurar evitar o individual (depoimento de um representante da ACB).

Em entrevista com uma representante, da direção da ACB, ela afirmou que os assentados precisam resgatar a cultura de lutas que eles tinham e participar mais dos movimentos sociais como um todo. Segundo ela, os assentados:

Precisam trabalhar mais e melhorar a distribuição da produção agrícola. Eles não estão ocupando a terra como um todo. O Assentamento está muito preso aos órgãos governamentais, como a Prefeitura e o próprio Estado. É preciso ter mais autonomia e se emancipar das amarras do governo (depoimento de uma representante da ACB).

⁴³ Barragem subterrânea consiste na construção de uma vala, posteriormente aterrada e compactada, no interior de um terreno com declive para armazenar água no solo.

Para outro representante da ACB, o Assentamento está em um momento de dissenso. Pelo tempo que eles têm de conquista da terra era para estarem mais organizados e com uma infra-estrutura melhor. Alega que as expectativas que geraram em relação aos projetos não exitosos que tiveram por parte dos órgãos públicos deveu-se a uma descontinuidade desses projetos, além de uma forte cultura individualista que provocou conflitos entre os assentados e uma paralisia no processo organizativo do Assentamento.

Para a CPT, que também contribuiu para a conquista da terra, representado, na região, pelo Padre Vilecy e a Sra. Nininha, os assentados são pessoas extremamente fortes e organizadas e o que mais se destaca é o grupo de mulheres, que são ativas e que participam da organicidade do Assentamento. Segundo depoimento da Sra. Nininha, a atuação da CPT no Assentamento está ligada ao processo de organização deles, ao incentivo a projetos ligados à preservação ambiental e à questão da religiosidade. Relatou que, atualmente, está desenvolvendo um trabalho com um grupo de mulheres que cultivam uma horta orgânica e uma farmácia viva com a utilização de uma técnica de convivência no semi-árido chamada de Projeto Mandalla, a fim de cultivar os alimentos na linha da agroecologia⁴⁴.

Com relação à atuação do SINTRAC, de acordo com o relato do Sr. Zilcélio, um dos dirigentes sindicais, a relação do sindicato com o Assentamento é de grande proximidade, pois participou da ocupação da terra. As atividades relacionadas com os assentados estão ligadas aos direitos dos trabalhadores rurais, como aposentadoria, seguro safra, orientações jurídicas e crédito agrícola; e a formação e assessoria política através de reuniões nas assembléias, cursos e planejamentos, dentre outras.

Ainda segundo depoimento do representante sindical, hoje, no campo, há muitas mudanças que são difíceis de compreender:

Antigamente, a gente comia galinha, carne, ovos, verduras produzidas por nós, agricultores, mas hoje vejo agricultor comprando na bodega esses alimentos, pois não produzem mais. Os jovens não querem mais trabalhar no campo, eles querem ir para a cidade e consumir o que os meios de comunicação estão incentivando. É preciso resgatar a cultura do camponês e defender uma reforma agrária que venha a melhorar as condições de vida no campo (depoimento de um representante do SINTRAC).

⁴⁴ Agroecologia é o estudo dos ecossistemas ecológicos em harmonia com as atividades agropecuárias (Primavesi, 1998).

Assim, vai se delineando a diversidade dos atores envolvidos no Assentamento e o MST procura enfrentar esses desafios, procurando fazer conexões e parcerias com os chamados “Amigos do MST”. Essa parceria tem o intuito de gerenciar as diferenças e apostar na continuidade de uma boa convivência entre os assentados, a fim de fortalecer a luta pela terra e o Movimento como um instrumento político e ideológico que busca, além da conquista da terra, um projeto de sociedade mais justa e igualitária.

Dessa forma, o MST atua no Assentamento, através de seus militantes que moram na Agrovila e também, promovendo visitas freqüentes através dos membros da Direção Estadual, a fim de realizarem cursos, palestras, encontros, marchas, ocupações, acampamentos e outros tipos de mecanismos específicos do MST.

Para um assentado, militante do MST que participou do processo de conquista da terra, o Assentamento só irá melhorar se os assentados resgatarem a cultura de ser um Sem Terra, utilizando os símbolos e as místicas do movimento, importantes para que a luta continue e a reforma agrária seja, de fato e de direito, efetivada. Segundo ele:

Quando nós estávamos na ocupação e no acampamento, nós, companheiros, éramos mais unidos e felizes; agora, no Assentamento, estamos tristes e desunidos. Agora que conseguimos a terra, temos que fortalecer o MST e ajudar outros companheiros (depoimento de um assentado).

A relação dos assentados com o MST estava debilitada. Eles e o próprio MST estão procurando uma maior aproximação, pois perceberam que somente organizados e resgatando a construção de sujeitos Sem Terra os assentados poderão conseguir melhorar suas condições de vida. Tal afastamento se deu por divergências internas no Assentamento, pela falta de dinheiro do Movimento, impossibilitando maior apoio e pela distância em relação a Fortaleza, município sede da Direção Estadual do MST.

Como visto aqui, a organização e a gestão do Assentamento propiciam conhecimentos e experiências que vão possibilitando que os assentados construam uma perspectiva ambiental nas suas ações, de forma conectada a fim de propiciar uma melhor sustentabilidade para os mesmos. Dessa forma, procuram, nas suas práticas sociais, atentar para as questões relacionadas com o meio ambiente e com a educação ambiental, conforme suas representações sociais. Portanto, um desafio parece estar presente nos assentamentos

do MST, que consiste em gerenciar as diferenças e as divergências entre os assentados, propiciando um espaço de convivência no cotidiano que atenda aos seus anseios e desejos.

No próximo capítulo analisar-se-á as representações sociais de meio ambiente e educação ambiental entre os assentados, buscando perceber a dimensão ambiental nas suas falas, nos mapas mentais e seus olhares para o futuro do Assentamento 10 de Abril e do MST.

CAPÍTULO 4

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL

A cada novo passo, somos assim levados a pensar que não dominamos de forma alguma a natureza, à semelhança do conquistador dum povo estranho, como se estivéssemos colocados fora da natureza, mas, ao contrário, pertencemos-lhe plenamente, pela carne, pelo sangue, pelo cérebro, e dela fazemos parte.

Friedrich Engels (1991)

Perceber as representações sociais de meio ambiente e educação ambiental dos assentados, através de suas falas e expressões e discutir os mapas mentais a partir dos desenhos realizados pelas crianças, jovens e adultos do Assentamento 10 de Abril, além de construir um diagnóstico ambiental a partir de suas demandas e necessidades são os objetivos deste capítulo.

Assim, por intermédio de suas falas, depoimentos, desenhos e discursos analisa-se como os assentados constroem significados sobre o Assentamento na dimensão ambiental, partilhando suas experiências de vida e suas práticas sociais relacionadas ao meio ambiente e à educação ambiental.

4.1. Os Assentados do 10 de Abril: Singularidade de suas Falas sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental

Ao conviver com os assentados procurando captar as representações sociais de meio ambiente e educação ambiental, percebeu-se que cada assentado pesquisado tem seu próprio conceito desses termos e que há uma imprecisão quanto aos limites que separam meio ambiente e educação ambiental (Reigota, 2002).

Alguns entrevistados relataram que ao conceituar meio ambiente e educação ambiental encontravam dificuldades e no momento de aplicar as práticas sociais ligadas a esses conceitos também sentiam problemas, pois apesar de saberem e afirmarem que tratam dessas temáticas no seu cotidiano, levantaram questões indicando que esses temas deveriam ser mais discutidos no Assentamento, para que houvesse uma maior clareza entre seus significados.

Entende-se que apesar da diversidade de representações sociais sobre meio ambiente e educação ambiental que apareceram nas falas dos assentados, está em curso a formação do sujeito ecológico, como afirma Carvalho (2004), onde há uma leitura e interpretação do Assentamento 10 de Abril na perspectiva de desvendar as relações, os conflitos e os problemas inerentes ao meio ambiente e à educação ambiental.

A seguir analisar-se-á como o meio ambiente e a educação ambiental foram definidas entre os sujeitos pesquisados, que significados, imagens e conceitos estão sendo apropriados, por cada segmento ouvido, nesse momento.

a) Meio ambiente e educação ambiental para as crianças assentadas

Indagados sobre o que é meio ambiente, uma das crianças respondeu que meio ambiente é tudo aquilo que está relacionado com a natureza e a preservação da fauna e da flora, além de fazer tudo o que a mãe mandar, atestando uma noção da concepção de natureza com foco nos recursos naturais, além de uma atitude ligada ao comportamento individual, por força da influência do que a mãe deve mandar, como se observa no depoimento desta criança:

Eu entendo que o meio ambiente é preservar a natureza, não matar os bichos, fazer o que a mãe mandar, cuidar dos animais, não matar nenhum animal para não destruir a natureza e o meio ambiente em que vivemos para que no futuro nossas vidas seja boa (depoimento de criança assentada).

Outra criança afirmou ser o meio ambiente a preservação da natureza, excluindo-se desta natureza e indicando a importância de não colocar papel no chão, enfatizando, mais uma vez, a concepção de meio ambiente do ponto de vista da natureza apenas como recursos ligados à flora e a fauna e tendo diante dela atitudes comportamentais para evitar a proliferação do lixo no Assentamento 10 de Abril.

Meio ambiente para mim é a gente preservar a natureza e também não colocar papel no chão e apanhar o papel, procurando não sujar o Assentamento para não trazer doenças para as nossas famílias e ter sempre a terra limpa (depoimento de criança assentada).

A fala a seguir nos mostra a preocupação de uma criança com a qualidade da água dos açudes, do cuidado com os animais, com a preservação da terra e o entendimento que tudo está relacionado com o meio ambiente:

Meio ambiente é cuidar dos açudes, dos animais, da nossa terra. Cuidar de tudo que está na nossa volta como os animais, as árvores, as nossas casas e a escola para que a gente tenha uma vida melhor e que um dia tudo vai melhorar (depoimento de criança assentada).

Outro depoimento que chamou atenção, e que marca mais uma representação social de meio ambiente no Assentamento, está ligado à importância da preservação da água e do problema da segurança alimentar. Esses fatores justificam-se pelo fato de que alguns açudes, por falta de preservação, sofrerem perdas de sua fauna, tendo como consequência mais imediata para essas comunidades de assentamentos a falta de um importante item alimentício: o peixe.

Meio ambiente é não jogar sujeira na água e ter cuidado quando for pegar os peixes para não matar. Sem os peixes não tem nada para comer quando a gente quer comida para as nossas casas e para nossa alimentação e sustentação (depoimento de criança assentada).

Em relação à representação social sobre educação ambiental constatou-se que a grande maioria das crianças não define com clareza o conceito de educação ambiental, chegando a confundir com o de meio ambiente. Quando indagados sobre o que era educação ambiental a grande maioria das respostas estava ligada a questões pertinentes ao comportamento em sala de aula ou da sua própria casa. Vejamos a fala desta criança:

Educação ambiental é quando o professor mandar fazer uma coisa é para fazer. Respeitar a mãe e o pai. Não mangar das pessoas, também não roubar e não matar, tratando bem as pessoas como os mais velhos e a nossa família (depoimento de criança assentada).

Para a maioria das crianças entrevistadas a educação ambiental apresentava-se ligada a práticas de respeitar os recursos naturais, além de enfocarem as relações sociais na comunidade, como prova esta fala:

Educação ambiental é não matar a floresta, não brincar dentro da escola, não matar os bichos e tem que ter educação com as pessoas, respeitando e ajudando nas tarefas de casa, no trabalho, nos roçados e nas plantações de alimentos (depoimento de criança assentada).

Neste depoimento, percebeu-se também, um exercício em conceituar meio ambiente na perspectiva socioambiental, onde a natureza e os humanos, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de mútua interação formando um único mundo (Carvalho, 2004). Portanto, entre as crianças apesar da forte visão de meio ambiente e educação ambiental na perspectiva da natureza, segundo Carvalho (2004), é possível perceber nas falas interações ecossistêmicas com interações com o mundo cultural humano.

A seguir, tratar-se-á de analisar os depoimentos dos jovens assentados que retratam o meio ambiente e a educação ambiental na perspectiva naturalista, apesar de, como as crianças, estarem caminhando para a apreensão desses conceitos na perspectiva socioambiental.

b) Meio ambiente e educação ambiental para os jovens assentados

Para os jovens a noção de meio ambiente também perpassa questões destacadas entre as crianças, mas há alguns elementos que são acrescentados, dando uma maior

visibilidade à diversidade de representações sociais. Para um dos depoentes, meio ambiente “somos todos nós”, levantando a concepção de meio ambiente como tudo que está relacionado com a vida, sem haver uma separação da sociedade e da natureza. Assim demonstra esta fala:

Meio ambiente são os animais, as árvores, atender as pessoas e tratar bem nossos irmãos. Somos nós todos que formamos o meio ambiente e temos que cuidar da natureza para não morrer, preservando as matas e os açudes do Assentamento (depoimento de uma jovem assentada).

Outro jovem chama atenção para a educação como um problema ambiental, além da questão do desmatamento e do lixo.

Meio ambiente não é só a questão do desmatamento que não pode desmatar. O lixo faz parte do meio ambiente e devemos jogar o lixo no lixo. A educação também está ligada com o meio ambiente e a natureza deve ser cuidada (depoimento de um jovem assentado).

Já outra jovem completa afirmando que a cidade também é meio ambiente, mostrando uma conexão dos problemas ambientais entre o campo e a cidade, pois apesar da pesquisa estar sendo realizada em um assentamento rural, na verdade essa questão é geral, preocupa as pessoas que moram no campo ou no urbano:

Meio ambiente é todas as coisas que tem nas cidades e nos matos, pois tudo está ligado ao meio ambiente. É preciso preservar o meio ambiente para o planeta não ser destruído. Nós somos os primeiros a poluir o meio ambiente (depoimento de uma jovem assentada).

Em relação à educação ambiental os jovens afirmam que consiste em algo mais amplo e está aliado ao conceito de meio ambiente, sendo a educação ambiental um tipo de educação ligado às pessoas, no que diz respeito à preservação da natureza. Este jovem define educação ambiental como:

Ter respeito pela natureza, pelos animais e pelo povo da comunidade. A educação ambiental deve ser mais discutida no Assentamento, pois apesar de já ter ouvido falar em educação ambiental precisamos saber mais sobre esse assunto. (depoimento de um jovem assentado).

Grande parte dos jovens definiu educação ambiental como todas aquelas atividades relacionadas ao comportamento de ir para a escola e ter educação, respeitar as pessoas, os pais, os amigos, os mais velhos, além de não desmatar, não poluir os rios, não jogar lixo e preservar a água. Como mostra mais este discurso:

Educação ambiental é preservar a natureza, cuidar dos animais para que eles não fiquem em extinção, diminuir o desmatamento das árvores. Por exemplo, esse papel, isso é feito da árvore ai a pessoa corta faz a folha. Tem vez que a pessoa nem usa, amassa a folha, isso está acabando com a natureza (depoimento de um jovem assentado).

Concordando com Loureiro (2005) que compreende a educação ambiental como uma práxis educativa e social baseada na construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitam o conhecimento da realidade e do meio ambiente, pode-se afirmar que nos depoimentos dos jovens e nas suas ações há sensibilidade com os problemas ambientais no Assentamento.

Nos depoimentos dos idosos do Assentamento, também constatou-se uma preocupação com a dimensão ambiental em virtude das representações sociais de meio ambiente e educação ambiental, o que tratar-se-á a seguir.

c) Meio ambiente e educação ambiental para os adultos assentados

Para os adultos não há uma distinção clara do que seja meio ambiente e educação ambiental. Quando perguntados sobre o que era o meio ambiente e educação ambiental, muitas respostas mostraram que estes termos, para eles, não apresentavam diferenças conceituais. Um entrevistado, por exemplo, respondeu:

É a natureza em geral. As queimadas estão devastando o meio ambiente, está precisando de respeito, a gente vê as grandes queimadas que está devastando o meio ambiente. Nós precisamos tomar algumas medidas para que acabem pelo menos com uma boa parte dessas irregularidades ambientais (depoimento de um adulto assentado).

Segundo um outro assentado que participa do Assentamento desde sua ocupação e conquista da terra, o significado de meio ambiente é:

A natureza onde a gente vive. Preservar o meio ambiente é conservar as matas, as pescas, as caçadas. Isso são coisas que precisamos aprender para que a gente tenha mais saúde e melhore o Assentamento e as nossas vidas e o meio ambiente (depoimento de um adulto assentado).

Já outra assentada define meio ambiente como:

Todo o local onde vivemos, seja moradia, local onde brocamos, onde temos os nossos animais. Tudo é chamado de meio ambiente. Meio ambiente está ligado a qualquer coisa que fazemos e precisamos preservar a natureza (depoimento de uma adulta assentada).

Quando indagado sobre a educação ambiental um adulto afirmou que:

Educação ambiental é preservar nossas matas, não queimar, não usar agrotóxicos nas terras. Nossa terra tem que ser respeitada e eu acho que o meio ambiente está ligado à educação ambiental que está ligada ao meio onde nós vivemos (depoimento de adulto assentado).

Outra fala que trata o termo educação ambiental confirmando a compreensão da preservação do meio ambiente, enfatizando a preocupação da vida humana e o desenvolvimento socioambiental, está no depoimento deste assentado:

Educação ambiental é tudo aquilo que devemos preservar. Ter reciclagem de lixo, onde foi derrubada uma árvore temos que plantar outra árvore. Temos que ter esta clareza que nossos projetos fazem parte do meio ambiente, onde estamos trabalhando. Hoje há um projeto de desenvolvimento ambiental na comunidade que está trabalhando a apicultura, que está justamente trabalhando a questão ambiental na nossa comunidade (depoimento de um adulto assentado).

Logo, a partir da análise destas falas, imagens e significados que os assentados expressaram, mostrando uma diversidade de entendimento do que seja meio ambiente e educação ambiental, concorda-se com Reigota, quando afirma que:

Existe hoje uma certa confusão conceitual, não só no que diz respeito ao ensino de ecologia e da educação ambiental, entre o profissional da ecologia (ecólogo) e o militante político (ecologista), mas também em relação ao termo meio ambiente (2004: p.19).

Estes conceitos de meio ambiente e educação ambiental, na perspectiva naturalista e socioambiental (Carvalho, 2004) estão efetivamente presentes nos discursos dos assentados, dos técnicos de instituições governamentais e não-governamentais, na mídia, no discurso dos políticos, nos livros, na música, na arte, no cinema, na academia, no teatro entre outros espaços de socialização e comunicação. No entanto, apresentam-se ainda, muitas vezes, confusos e ambíguos, dificultando práticas sociais relacionadas com a problemática ambiental.

Neste sentido, entende-se que entre os assentados há uma preocupação com o meio ambiente e à educação ambiental, nas representações sociais das crianças, dos jovens e adultos, mas que está em curso a construção da percepção de meio ambiente na perspectiva socioambiental.

A seguir, analisa-se os mapas mentais dos assentados representando o Assentamento 10 de Abril e os significados de meio ambiente e educação ambiental nas suas práticas cotidianas, através de seus desenhos.

4.2. Mapas Mentais: Expressões das crianças, jovens e adultos

Os mapas mentais representados pelos desenhos dos assentados afirmam a representação social que eles têm de meio ambiente e educação ambiental a partir do entendimento da organização espacial e territorial do Assentamento no passado e no presente, indicando o que é mais representativo e que práticas de educação ambiental estão sendo desenvolvidas.

Assim, a análise dos mapas mentais a seguir, representará o que os assentados percebem do Assentamento. Suas representações simbólicas em relação ao meio ambiente e a educação ambiental, refletindo as visões de mundo relacionadas aos comportamentos e as ações, serão estudadas, pois os mapas mentais são processos cognitivos por meio dos quais se pode apropriar e compreender o mundo ao redor (Kozel Teixeira, 2001).

As imagens, as percepções e suas representações serão interpretadas procurando captar os significados da dimensão ambiental no Assentamento, pois nos mapas mentais, ocorre uma grande expressividade por parte dos indivíduos e dos grupos (Kozel Teixeira, 2001).

cotidiano no Assentamento, no sentido de delinear um diagnóstico dos principais problemas ambientais percebidos, detalhes que serão tratados no próximo item.

No mapa mental percebeu-se que eles possuem o domínio espacial e territorial do Assentamento, conhecendo principalmente a parte onde moram os assentados que pertencem a Agrovila e estão mais ligados à Associação, trabalhando de forma coletiva, excluindo as famílias do Correntinho, que optaram pelo trabalho individual. Para a grande maioria dos jovens o núcleo central do Assentamento está representado pela Agrovila onde há uma forte presença da Associação dos assentados do 10 de Abril e pelos vizinhos mais próximos e que atuam nas assembléias e reuniões do Assentamento.

Passado esse momento, procurou-se conversar com as lideranças e solicitou-se uma reunião com as crianças, os jovens e os adultos para produzirem desenhos do Assentamento na perspectiva de como eles percebem o meio ambiente e a educação ambiental.

Atendida a solicitação, nas reuniões entre as crianças, os jovens e os adultos, os mapas mentais foram confeccionados, e em seguida, discutidas as noções de meio ambiente e educação ambiental no Assentamento a partir dos desenhos dos autores. Diante de uma variedade de desenhos, alguns foram selecionados para maior problematização de como se percebe a dimensão ambiental no Assentamento.

No mapa mental a seguir (Mapa Mental 02), a autora procurou chamar a atenção para a visão do Assentamento em 1991, na época da conquista da terra quando eles moravam em casa de taipa e eram abastecidos de água através de uma pequena cacimba construída por eles próprios e para consumo interno que atendia a todos os assentados. Na época eles passavam grandes dificuldades e não tinha o que produzir, pois a vida era difícil e o terreno ruim, sem apoio do governo e com precárias condições de trabalho na terra por falta de crédito agrícola, sementes e assistência técnica, como relata em seu depoimento sobre o desenho.

Ao mesmo tempo, o mapa mental retoma o Assentamento em 2005, para mostrar que as condições de vida deles melhoraram e agora estão morando em casas de alvenaria, planejadas pelos próprios assentados, com a presença da escola, destacando-se entre os elementos da Agrovila e as árvores que atestam a preocupação com o embelezamento e a preservação das plantas no Assentamento.

Esta representação do Assentamento demonstra que a conquista da terra foi efetivamente importante para a melhoria da qualidade de vida deles e a construção da cidadania, entendida por Loureiro (2005) como algo que se constrói permanentemente, não possuindo origem divina, nem natural e muito menos fornecida por governantes, mas se constituindo através do sentido de pertencimento do indivíduo a uma sociedade.

MAPA MENTAL 02



Assentamento produzido por uma assentada

Nos próximos mapas mentais os autores expressaram as imagens favoritas guardadas na memória no que diz respeito ao meio ambiente no Assentamento, em 2005. Destacaram alguns aspectos importantes da configuração espacial e territorial da Agrovila como as moradias, os açudes, a igreja, as estradas, o campo de futebol, os roçados, as árvores, o sol, os pássaros e os postes de energia elétrica como elementos da paisagem que representam o meio ambiente.

No mapa mental seguinte (Mapa Mental 03) o assentado representou o Assentamento demonstrando um conhecimento mais aprofundado da configuração espacial

e territorial do mesmo, indicando as casas planejadas e ordenadas às margens das ruas da Agrovila, os açudes locais destacando a presença dos recursos hídricos, importantes para a sobrevivência do Assentamento, o campo de futebol, como espaço de lazer no final da tarde e nos fins de semana, as estradas que dão acesso ao Assentamento e facilitam a circulação dos moradores e as cercas, que representam espaço de poder e delimitam as fronteiras com outras propriedades rurais.

MAPA MENTAL 03



Assentamento produzido por um assentado

Os Mapas Mentais 04 e 05, também estão representadas as casas, as árvores, as estradas, mas põem em evidência a igreja construída pelos próprios assentados, identificando o forte apego a religiosidade com a predominância da religião católica entre os mesmos.

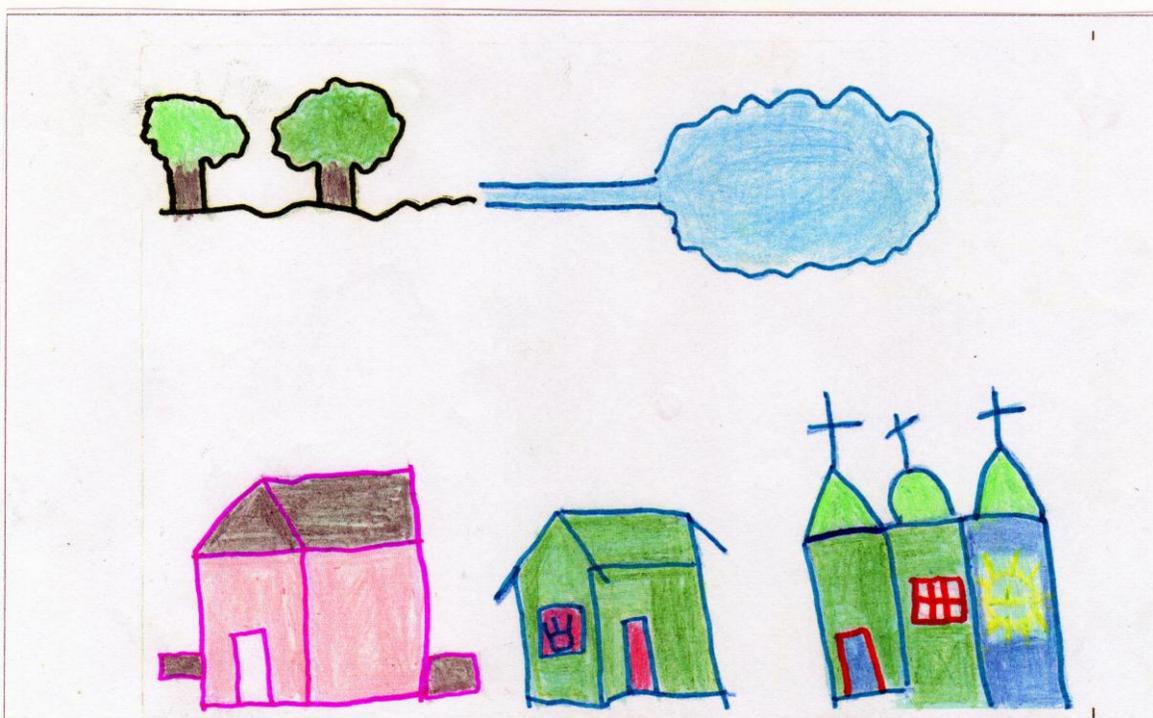
Nos depoimentos sobre os desenhos, os referidos autores afirmaram que antes, no Assentamento, não havia condições favoráveis para se viver, mas hoje em dia, após muita luta e debates nas assembléias, conquistaram algumas benfeitorias e a infra-estrutura está melhor. Entretanto novos problemas surgem, dentre eles merece destaque o crescimento demográfico dentro do Assentamento, que traz como principais conseqüências a falta de espaço para o plantio e criação de animais suficientes para o consumo interno, além de abastecimento insuficiente de água, falta de escolas, de crédito agrícola, assistência técnica, etc. Isso induz alguns moradores do assentamento a partirem para centros urbanos em busca de trabalho, em um fenômeno bem parecido com o êxodo rural.

MAPA MENTAL 04



Assentamento produzido por um assentado

MAPA MENTAL 05



Assentamento produzido por um assentado

No mapa mental 06, na próxima página a autora retratou as casas, a igreja, as árvores, as nuvens, o sol, os roçados e uma mulher como expressão do que ela pensa do meio ambiente. Afirmou que entende o meio ambiente como tudo que está ligado com a vida e a educação ambiental como uma proposta educacional para o ser humano entender que deve preservar o meio ambiente na sua totalidade, ou seja, preservando a vida (Mapa Mental 06).

O mapa mental seguinte (Mapa Mental 07), representa o que a autora entende por meio ambiente no Assentamento. Além das casas, da igreja, do jogo de futebol e da terra, ela desenhou a bandeira do Movimento que costumava ficar hasteada permanentemente na Agrovila, onde sempre havia manifestações em homenagem à mesma, através do canto do hino do movimento e realização das mais diversas atividades culturais ligados à identidade de ser um Sem Terra e pertencer ao MST.

No momento atual, essas manifestações encontram-se enfraquecidas devido à falta de motivação da população assentada, justificada pelas grandes dificuldades que encontram

de viver inseridos em um sistema que não condiz com o mundo globalizado, consumista e individualista propagado pela mídia.

MAPA MENTAL 06



Assentamento produzido por uma assentada

MAPA MENTAL 07

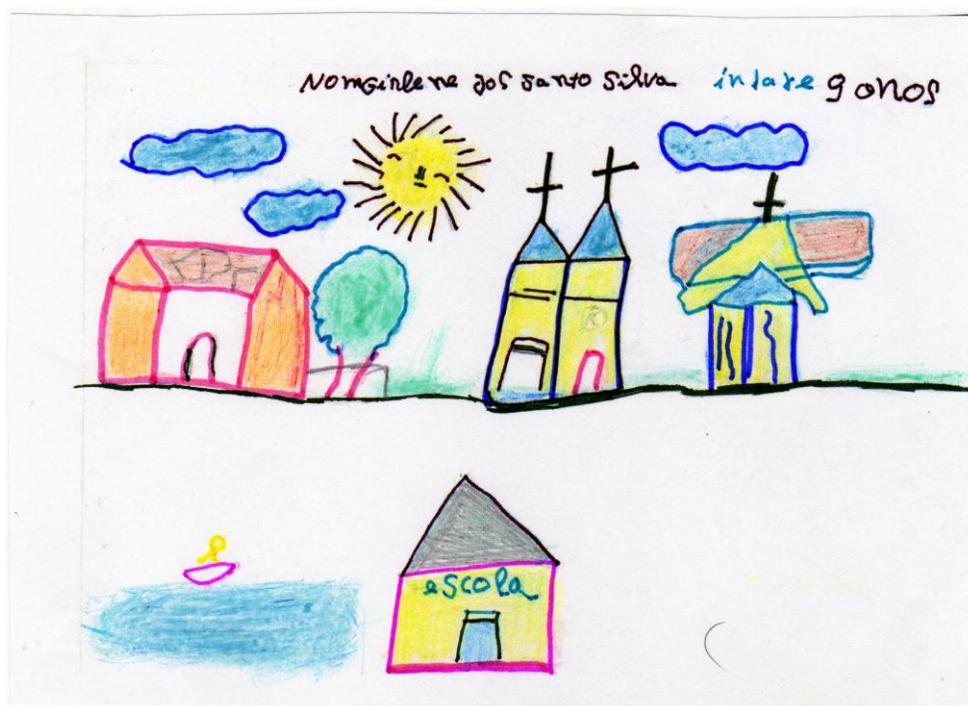


Assentamento produzido por uma assentada

No Mapa Mental 08 a autora destaca, além das casas, igreja, nuvens, sol, árvores e escola, uma atividade ligada ao Assentamento, que é a pescaria nos açudes. A pesca é uma atividade importante entre os assentados, mas está sendo prejudicada devido à escassez de água no período da estiagem e em virtude da pouca quantidade de peixes nos açudes. Existe um grande interesse em desenvolver a piscicultura nos açudes, mas falta assistência técnica e crédito para a implantação dos projetos por parte dos assentados.

Em relação a criação de peixes defende-se que através de uma maior assistência técnica, planejamento e construção de tanques, há possibilidade de ser implantado projetos de piscicultura com condições de resistir a estiagem, viabilizando a criação de alevinos através de um manejo sustentável (Teixeira Filho, 1991).

Mapa Mental 08



Assentamento produzido por uma assentada

Nos Mapas Mentais seguintes (Mapa Mental 09 e 10) os autores retratam a paisagem, especificando que existe uma mata de floresta que está preservada, mas que há processos de desmatamento inadequado no Assentamento, através de técnicas agrícolas convencionais com exagerado uso da queimada. Destacam também a criação de bovinos de

forma coletiva, através do curral de gado, como uma importante atividade para a sustentabilidade do Assentamento e os roçados como espaço de produção e trabalho, além de outras imagens já representadas nos desenhos anteriores, como a casa, campo de futebol, açudes, escola e a igreja.

Importante salientar, que as queimadas se apresentam como uma cultura tradicional e herança do colonialismo europeu e representa um grande perigo, pois pode provocar incêndios criminosos, destruindo a mata e os animais silvestres, afetando sobremaneira o ecossistema, através da degradação do solo e da ampliação do processo de desertificação (Silva, 2007).

MAPA MENTAL 09



Assentamento produzido por uma assentada

Vale destacar que uma das imagens mais representadas nos mapas mentais foi à igreja, que se apresenta como uma âncora que atesta a dimensão religiosa dos assentados. A religiosidade do camponês no Assentamento 10 de Abril está marcada principalmente pelas místicas através do uso de elementos do meio ambiente, utilização de cânticos e poesias que falam da vida e da luta por parte dos trabalhadores rurais por melhor qualidade de vida,

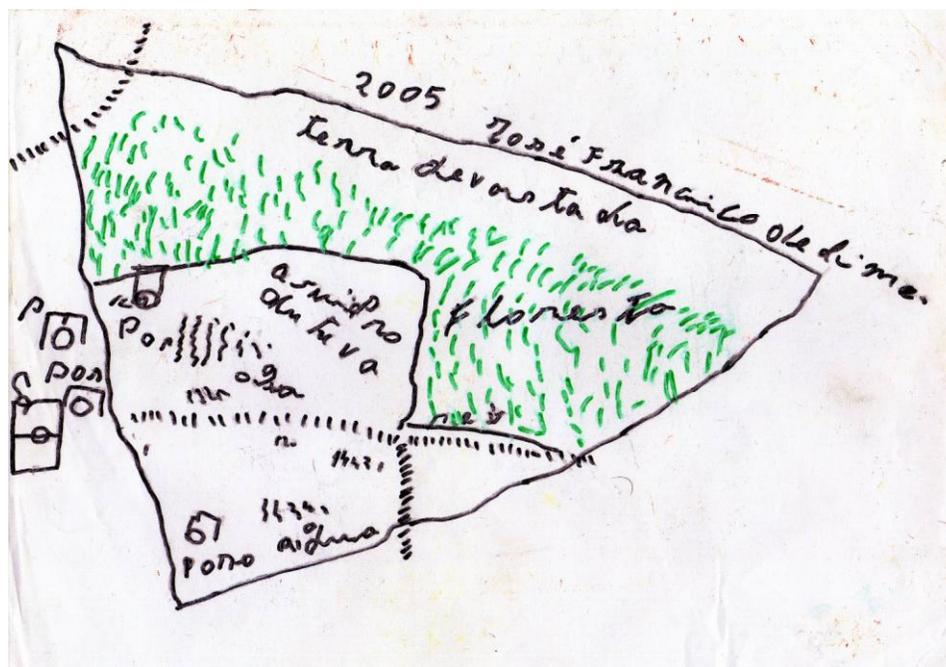
como relata, uma estrofe, da poesia do Sr. José Dionísio (Vôzinho), intitulada “Isto é minha identidade”.

No ano de noventa e um
ocupemo o caldeirão
o dono não quis vender
foi uma grande questão
foi mesmo que uma guerra
hoje eu ser dos sem terra
eu não moro com patrão.

A escola também foi bastante representada nos desenhos, demonstrando que a educação é um elemento primordial na vida dos assentados, porque muitos estudam e procuram se apropriar dos conhecimentos que interessam para o desenvolvimento de suas atividades.

O sentido da educação é ampliado para uma perspectiva política e cidadã, onde procura constituir uma prática pedagógica e gerar alternativas para o saber instituído pela escola, construindo um saber social forjado no cotidiano da luta do trabalhador rural, nas relações de produção e na resistência velada com a permanência na terra, evitando a sua sujeição ao capital (Queiroz, 1992).

MAPA MENTAL 10



Assentamento produzido por um assentado

Diante do exercício de compreender a dimensão ambiental no assentamento através da interpretação dos mapas mentais dos assentados percebe-se que o meio ambiente e a educação ambiental são temas de constante preocupação por parte deles e que enseja a busca de desvendar os problemas e propor soluções para os seus conflitos, caracterizando novas relações sociais no cotidiano da Agrovila e criando formas de resistência e de luta, na perspectiva dos assentados, como por exemplo no desenho da página anterior.

Acredita-se que, apesar de ainda ser algo que está sendo paulatinamente construído, apresentam uma forte inclinação no sentido de representação social desses conceitos na dimensão socioambiental e que está em curso a construção de sujeitos ecológicos em formação, apropriando-se de um novo estilo de vida, com modos próprios de pensar o mundo e a si mesmos em relação com os outros (Carvalho, 2004).

A seguir trata-se do olhar dos assentados em relação aos principais problemas ambientais diagnosticados por eles em suas falas, desenhos e documentos sobre o meio ambiente e educação ambiental no Assentamento.

4.3. O 10 de Abril Hoje: O Olhar dos Assentados

A dimensão ambiental no MST, efetivamente, está presente desde a sua criação como movimento de massa até os dias atuais nas suas discussões e práticas no processo de ocupação, acampamento e assentamento.

No Assentamento 10 de Abril o meio ambiente e a educação ambiental são temas discutidos em assembleias, reuniões, encontros, místicas, debates e nos planejamentos da escola e atividades produtivas, mas há interesse em aprofundar mais essas temáticas.

Uma expressão utilizada pelos assentados, *“Bate na enxada que o rala-rala vai começar”* representa a preocupação com o meio ambiente e a educação ambiental no momento em que eles têm que se reunir para discutir assuntos referentes à organização do Assentamento, pois tratam de vários temas que perpassam a comunidade como um todo e que muitas vezes são palco de conflitos e divergências internas, mas que não podem ser abafados ou deixados de serem tratados no momento da assembleia.

A expressão *“descascando a mandioca”* utilizada pelos assentados denuncia que todos os assuntos serão tratados na assembleia a fim de resolver os problemas e encaminhar

soluções para que possam continuar vivendo em comunidade, procurando minimizar os conflitos para que prolonguem sua convivência com dignidade e respeito.

Os segredos de sua organização são expostos com toda simplicidade e muitas vezes os conflitos surgem e as discussões ficam calorosas, mas faz parte do processo de aprendizagem e do próprio movimento que é característico do MST, pois só assim eles se fortalecem na luta e na caminhada por uma reforma agrária popular. Como afirma uma assentada: *“O Movimento dos Sem Terra me deu ouvido, olhos, língua e perna para andar. Eu era paralisada. O meu mundo era pequeno. Não sabia nem fazer o meu nome. Ele me ensinou a viver e lutar pelos meus direitos”*.

Apenas quando existem pessoas de fora ou estranhas é que eles procuram minimizar as discussões e as questões estratégicas e os segredos mais íntimos são preservados durante as reuniões por motivo de segurança, e a fim de permanecerem com seus direitos de privacidade reservados.

Desta forma os temas surgem e ao mesmo tempo constroem um diagnóstico do Assentamento. Entre os temas que discutem e são correntes nas assembléias dos assentados estão principalmente os ligados ao meio ambiente e à educação ambiental no Assentamento, provenientes dos processos baseados na objetivação e ancoragem de suas representações sociais. Os principais são:

- a) Associação do Assentamento: Os membros da direção compostos pelo presidente, secretário, tesoureiro, além do conselho fiscal e todos os suplentes sempre encontram dificuldades em atuarem a favor dos assentados. Alegam alguns assentados que há omissão por parte da maioria dos membros, muitas vezes ficando o trabalho concentrado na pessoa do presidente. Os dirigentes questionam que o tempo não é suficiente para realizar as tarefas, pois não são remunerados tendo que correr atrás de trabalho para sustentarem suas famílias. Falta capacitação dos dirigentes pelo MST e estudos técnicos para a elaboração de projetos. Outra questão se refere ao pagamento das mensalidades da associação, pois muitos não estão contribuindo e gerando um déficit de caixa. Falta de prestação de contas da associação e dos projetos individuais e coletivos.
- b) Estatuto e Regimento internos: Muitos não estão cumprindo o Estatuto e o Regimento. Há um desrespeito por parte de alguns assentados em relação a esses

instrumentos de organização do Assentamento. As decisões tomadas na assembléia não são cumpridas em alguns momentos. Muitos assentados relatam que o Regimento deve ser atualizado para atender as novas questões que estão surgindo.

- c) Geração de emprego, trabalho e renda: Uma parte dos assentados alega que não vêem resultado no coletivo e individual. O Assentamento não está gerando renda suficiente para todos os assentados, especialmente os mais jovens, que mais sofrem com a falta de trabalho e renda, muitos estão optando para sair do campo indo para as cidades e sofrendo com a separação da família.
- d) Infra-estrutura: Em relação à infra-estrutura os assentados afirmam que não existe cerca nos perímetros dos açudes. O motor para irrigação está quebrado pelo uso inadequado. Equipamentos para irrigação não existem. Falta água encanada nas casas. A escola não é adequada para a educação, pois funciona em prédio improvisado da associação, sendo necessária a sua ampliação, com mais salas de aula e dispensa para guardar os alimentos da merenda escolar. Faltam ainda fogão, uma pia e água encanada. Não há prédio escolar equipado com pólo de lazer e quadra esportiva, sala de jogos, computadores e biblioteca. Ausência de posto de saúde. O estábulo precisa ser recuperado. Máquina forrageira quebrada. Ausência de equipamentos sanitários, como banheiros e fossas sépticas em algumas residências. Necessidade de ampliação da rede de energia elétrica. Melhoria das estradas, além de transporte adequado.
- e) Crédito Agrícola e Assistência Técnica: O crédito agrícola precisa dar melhores condições para os assentados trabalharem e conseguirem pagar suas dívidas e devem ser acompanhados por assistência técnica da EMATERCE, MST, SINTRAC, EAFC e URCA.
- f) Convivência: Ausência de zoneamento da área do Assentamento para criação de animais, plantio dos roçados e uso dos açudes. Há pessoas que criam animais individualmente e não trabalham no coletivo. Outro fato diagnosticado é que alguns assentados participam da associação, mas não participam do coletivo e vice-versa. Falta de manejo com o gado gerando polêmica na criação de caprinos, ovinos e bovinos. Inexistência de um cronograma para vacinação e aplicação de medicamentos nos animais. Conflito das famílias individuais do Correntinho com o

coletivo. Regulação dos sons provenientes das residências. Utilização das queimadas, desmatamento e agrotóxicos nas práticas agrícolas. Destinação inadequada do lixo. Resgate de sentirem-se Sem Terra, através da utilização dos símbolos do MST e participação no Movimento.

Esses são alguns elementos diagnosticados pelos assentados nas conversas informais e nas assembléias e reuniões das quais o autor da pesquisa participou, demonstrando que essas questões estão conectadas umas às outras e dizem respeito ao meio ambiente e a educação ambiental no Assentamento.

Refletir sobre o Assentamento 10 de Abril proporcionou a compreensão da complexidade dos movimentos sociais no campo, fato demonstrado pelas incertezas que são verificadas nas várias teorias e análises com o intuito de desvendar a realidade agrária e agrícola do mundo atual, havendo muitas controvérsias e conflitos por parte dos que pesquisam o campo e o modo de vida rural (Stédile, 2003)

Não é possível discutir o campo sem levar em conta a influência das grandes questões nacionais e internacionais que perpassam os países e determinam as relações capitalistas de produção como as corporações internacionais que dominam o capital financeiro, comercial, agrário e industrial. O agronegócio também não pode ficar do lado de fora caso se queira problematizar a reforma agrária, pois apresenta um modelo de organização da produção caracterizado por grandes extensões de terra, monocultura, mecanização e o uso de agrotóxicos (Stédile, 2003).

O mesmo acontece com o mercado de sementes que através das grandes empresas estão dominando e controlando o que, quando e como produzir, caso exemplificado com os transgênicos. Há de se discutir as taxas de juros, as tarifas públicas, a política cambial, os índices de produtividade das terras e o comércio internacional para refletir com mais vigor a questão da democratização da terra.

Para o MST e os assentados do 10 de Abril esses desafios expostos acima estão relacionados não só com a luta pela terra e a implantação de uma reforma agrária, mas com um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil que garanta a soberania nacional, onde os cidadãos possam viver com dignidade e com qualidade de vida.

Além desses desafios mais amplos, encontram-se os pontuais como a luta por educação no e do campo a fim de atender as necessidades dos trabalhadores rurais com escolas de qualidade e professores formados e preparados para trabalhar com as teorias e as práticas que auxiliem na luta pela terra e na construção de um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil. Para os assentados do 10 de Abril a luta para conseguir a escola com recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) é uma constante, além de se mobilizarem para que a atual escola continue funcionando, já que a PMC insiste em acabar com a mesma.

Como atesta o depoimento de uma militante do MST no Ceará que participou do processo de ocupação, acampamento e a conquista do Assentamento 10 de Abril ao afirmar que:

Ter de fato um sonho de uma realidade diferente para mim foi e continua sendo o motivo de permanecer na luta junto com meus companheiros no MST. O que seria da minha vida sem a escola do MST. Tenho orgulho de construir o MST. Ver as pessoas melhorando de vida, acompanhando as ocupações, acampamentos e assentamentos, sentindo a alegria das pessoas ao conquistarem a terra e a escola para poderem trabalhar, ler e escrever. Esses são os desafios que me fazem continuar e pensar não só na minha vida, mais na vida de outros companheiros (depoimento de uma representante da direção estadual do MST).

Outro desafio consiste em resgatar a identidade de ser um Sem Terra. Muitos dos assentados que conquistaram a terra se acomodam e voltam a pensar de forma individualista, diferente do momento da ocupação e do acampamento onde trabalham coletivamente, pois o interesse de conquista da terra provoca a união e a solidariedade dos trabalhadores rurais.

Como relata uma dirigente da Direção Estadual do MST, chamando atenção para a grande escola que representa o Movimento:

O MST é uma grande escola, com muitos professores e alunos. A gente aprende como ensina. Nada melhor do que está presente na luta. Melhor está no meio dos ocupantes, nos acampamentos e assentamentos. Está na terra com os companheiros se sentindo um Sem Terra, um lutador do povo (depoimento de uma representante da direção estadual do MST).

Uma bandeira de luta, como afirma a militante do MST, citada acima, consiste em resgatar nos assentamentos os símbolos do MST como a mística, a dança, a música, o uso da bandeira, o hino do Movimento, a cultura camponesa e a retomada de valores humanistas.

Para outra militante, da Direção Estadual do MST, a questão da identidade camponesa é um grande nó para o MST.

É muito complicado viver no campo devido a grande força da mídia que supervaloriza a cultura do modo de vida urbano nas cidades em detrimento do modo de vida rural, no campo. As cabeças dos assentados ficam confusas devido o debate de culturas diferentes. É preciso um processo de reeducação com os adultos de tradição religiosa e que trabalhavam em antigas fazendas, dos jovens e a cultura urbana propagada pela mídia e as crianças que estão se formando dentro desta disputa e valorização de culturas (depoimento de uma representante da direção estadual do MST).

Mais um desafio consiste na regularização fundiária dos assentamentos. As propriedades não estão sendo pagas e nem mesmo os assentados possuem uma escritura da terra ocupada. Esse fato também ocorre no assentamento 10 de Abril, principalmente em relação aos assentados que ocupam uma propriedade do governo federal, pertencente ao Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), onde morram no local os arrendatários da mesma, o que pode gerar conflitos ainda mais amplos, em virtude da falta de documentação adequada para atestar a posse da terra.

Também buscam parcerias com as prefeituras e os governos estadual e federal para a questão do acesso a água nos assentamentos. No caso do 10 de Abril estão tentando, junto a PMC, financiamento para a construção de uma caixa d'água para fazer o abastecimento nas casas, e assim melhorar as condições de infra-estrutura do Assentamento.

Ao tratar de parcerias com outras instituições, viabiliza-se o que Alencar (2000), denomina de gerenciamento dos assentamentos rurais da reforma agrária, numa perspectiva de empresa associativa rural⁴⁵, no intuito de promover melhorias para os assentados.

Em relação à gestão dos assentamentos, discutem a organização através do funcionamento das comissões de trabalho coletivo e individual, educação, piscicultura, apicultura, horta, turismo e lazer, criação de bovino e caprino, ocupação de terras dos baixios, saúde, moradia, mulheres, jovens, idosos, crianças e meio ambiente. Relatam que

⁴⁵ Sobre empresa associativa rural, ver Alencar (2000).

são muitas as comissões e poucas pessoas envolvidas, tendo talvez que repensar esse processo de organização, pois as questões e os problemas no Assentamento 10 de Abril estão todos conectados.

Confirmando o desafio relatado acima pelos assentados, um membro da Direção Estadual do MST, indica que:

O Assentamento 10 de Abril com 17 anos de existência era para ter melhor condição de vida e uma forte geração de emprego e renda, sendo, portanto, um desafio importante a retomada da reorganização interna, o fortalecimento das comissões e dos grupos de trabalho e a participação dos assentados nas lutas do MST para implantação de políticas públicas para a melhoria dos assentamentos e a efetivação da reforma agrária (depoimento de um representante da direção estadual do MST).

Estão trabalhando, também, no processo de sensibilização do uso e da ocupação da terra a fim de evitar as queimadas, o uso de agrotóxicos e o desmatamento. Procuram discutir novas formas de relação de trabalho com a terra através do uso da agroecologia e de fertilizantes e defensivos naturais produzidos pelos próprios assentados do 10 de Abril, além de lutarem pela implantação de cooperativas e agroindústrias para agregarem valor aos seus produtos.

Pensam em discutir mais a convivência no Assentamento agindo no sentido de diminuir o uso de bebidas alcoólicas, da regularização do som, os problemas de saúde dos assentados, a diminuição do consumo de cigarro, a implantação do turismo rural, de continuarem seus estudos através de acesso ao ensino médio e superior, implantação de cooperativas no Assentamento, regularização do comércio individual, amenizar os conflitos internos e promover a maior participação dos assentados nas ações do MST.

Para o MST e os assentados a criação de meios alternativos de comunicação também são importantes desafios, já que a mídia está dominada pelo capital financeiro e as grandes corporações internacionais, que tratam o Movimento com preconceito e discriminação, tentando repassar para a sociedade a imagem de Sem Terra como pessoas criminosas e desordeiras, sendo, portanto, necessário investir na criação de jornais, revistas, rádios e televisão.

Em relação às crianças e aos jovens dos assentamentos, o MST está preocupado em criar oportunidades de cultura e lazer que estimulem suas participações nos processos

educativos do Movimento, promovendo concursos, festivais, cursos e formação baseados na identidade de ser camponês e de um militante do MST com o objetivo de garantir sua sustentabilidade e acesso a melhores condições de vida no presente e no futuro.

Como alerta Caldart (2004), é momento de lançar o olhar para o horizonte, e de abrir nosso ser educador para compreender as experiências que se colocam na perspectiva de construir alternativas para o ser humano. Há valores, saberes e afetos de outra ordem, produzidos bem ao nosso lado, ou entre nós. É preciso ficar atento, porque os assentados do MST podem dar exemplos das bandeiras de luta a serem empunhadas neste novo século, neste novo tempo da história.

Desta forma o MST e os assentados vão construindo um caminho para as futuras gerações no desejo que todos possam ter um dia o direito à terra, ao conhecimento, ao trabalho, ou seja, o direito de todos sermos humanos e vivermos como humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa sobre meio ambiente e educação ambiental no MST, tendo como base as representações sociais no Assentamento 10 de Abril acerca da dimensão ambiental, permitiu afirmar que não existe, nesse assentamento, um consenso sobre o que significa meio ambiente e educação ambiental. Essa constatação sugere estudos nessa mesma perspectiva em outros assentamentos do MST. Será que essa organização tem-se preocupado com a questão a ponto de preparar seus assentados?

Percebeu-se uma indefinição quanto à clareza dos termos meio ambiente e educação ambiental por parte dos envolvidos com o Assentamento, como os professores, técnicos, crianças, jovens e adultos refletindo nas práticas cotidianas dos assentados.

Tomou-se como referencial a compreensão de meio ambiente como tudo que está relacionado à vida, como define a Lei que trata da Política Nacional de Meio Ambiente e a educação ambiental como processo de sensibilização para os problemas ambientais segundo a Lei que regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental.

Assim, defende-se que as práticas ambientais, apesar de várias concepções conceituais existentes na sociedade sobre meio ambiente e educação ambiental, vem sendo discutido no MST e nos seus assentamentos desde sua gênese até os dias atuais, pois atuam na perspectiva de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, cuja construção passa por uma visão totalitária do ser humano e da vida em suas diferentes dimensões.

O estudo do Assentamento 10 de Abril realizado de forma singular foi proposital para evitar hierarquizar, criar valores, comparar, julgar este Assentamento, pois a singularidade permite entender as especificidades dos fatos e não cair na armadilha de análises generalizantes que procuram homogeneizar a realidade e o cotidiano dos seres humanos e da sociedade.

Entende-se que a realidade está em movimento e que tudo é muito imprevisível, o que ocorre são possibilidades que dependem dos desejos dos que estão vivenciando e lutando por um futuro melhor.

Portanto os desafios do MST e dos assentados do 10 de Abril funcionam como utopias que ajudam a construir o movimento e conquistar o direito de trabalhar e viver com

dignidade nesse mundo composto por seres humanos que buscam se completar por diversos caminhos.

Dessa forma o MST optou pelo caminho da ocupação de terras como um mecanismo de fazer funcionar a Constituição Brasileira ou o Estatuto da Terra como possibilidade concreta de acesso à dignidade humana, tornando-se um instrumento de formação e educação dos trabalhadores rurais, transformando-os em sujeitos de sua própria história.

A ocupação de terras é uma das vivências realizadas pelo MST que se apresenta como a mais rica em termos de significados para os Sem Terra, provocando transformações não só no processo de democratização da terra, mas nos próprios sujeitos que dela participam, buscando uma ruptura com padrões culturais hegemônicos e possibilitando um posicionamento diante da realidade e do mundo em que vivem.

Os acampamentos, também se tornaram um forte símbolo da presença dos Sem Terra como sujeitos em formação e lutadores do povo, postura assumida perante a sociedade no processo de luta que fortaleceu a cultura organizativa do MST tornando-o um movimento de caráter nacional.

Formar e manter os Sem Terra mobilizados, sensibilizar a opinião pública para a importância da luta pela terra e pressionar o governo para a realização da reforma agrária são os principais objetivos dos acampamentos que podem ocorrer na própria área ocupada, ou em áreas públicas e na beira das estradas, sendo de caráter temporário ou permanente até conseguirem a desapropriação da terra e conseqüentemente a implantação do assentamento.

Assim, os assentamentos do MST se tornaram efetivamente positivos para a sociedade brasileira em virtude de provocarem a diminuição do processo migratório do campo para as cidades e a possibilidade de permanência dos trabalhadores rurais no meio rural, promovendo uma economia responsável pela produção de alimentos para o mercado interno.

Os assentados do MST também são responsáveis pelo incremento da economia local, pois além de serem produtores são potenciais consumidores, adquirindo produtos para atenderem às suas necessidades pessoais, incentivando a geração de emprego, oferta de alimentos e a melhoria dos serviços sociais com a implantação de escolas, postos de saúde, moradias, iluminações e meio de transporte públicos nas áreas de assentamento.

O assentamento se reproduz através das relações que são estabelecidas no cotidiano, muitas vezes perpassados por conflitos internos em virtude das diferenças e das divergências características dos seres humanos, mas que conduzidos por um processo participativo nas assembléias acabam encontrando decisões que conduzem os assentados para a convivência e a gestão dos assentamentos.

A política de assentamentos procura modificar a estrutura fundiária no Brasil garantindo espaços e territórios de poder onde uma nova forma de trabalhar na terra e as relações sociais entre os trabalhadores rurais são gestadas contribuindo para uma (re)politização do trabalhador rural baseado na luta pela terra e na construção da cidadania. Cidadania que consiste em um repensar das representações sociais dos conceitos de meio ambiente e educação ambiental, objetivado e ancorado por imagens fragmentadas da dimensão ambiental que se reproduzem nas universidades, no MST, entre os assentados, técnicos, instituições governamentais e não-governamentais devido à ambigüidade dada a esses conceitos em decorrência de uma cultura que exclui o ser humano da natureza.

Essa ambigüidade, que gera conflitos entre os diversos atores que interferem nos assentamentos, partem da própria concepção de ser humano e natureza, esquecendo-se que o conceito de natureza é cultural, e que a partir do momento que estamos destruindo a natureza, também estamos destruindo nós mesmos, porque também somos natureza.

Enfim, afirmo que como tudo é natureza e sendo a vida a expressão máxima da existência da natureza e sendo o meio ambiente tudo que se relaciona com a vida, acredita-se que os Sem Terra que conquistaram o Assentamento 10 de Abril através da luta pela ocupação, da resistência no acampamento e atualmente na permanência no Assentamento atuam no sentido de preservar a vida, conseqüentemente cuidam do meio ambiente e constituem processos de educação ambiental nas suas relações e vivências cotidianas.

Nesse contexto, quando eles lutam por terra, moradia, escola, energia, água, sementes, crédito agrícola, dentre outras reivindicações estão lutando pelo equilíbrio do meio ambiente. Ao mesmo tempo quando procuram conviver respeitando os demais assentados nas suas Agrovilas através de vivências que tratam do uso e da ocupação da terra, da produção de alimentos, do uso da agrofloresta, do embelezamento do assentamento, das festas, do lazer, do trabalho coletivo e individual, da cooperativa e da agroindústria estão praticando educação ambiental.

As imagens, depoimentos, falas, desenhos, poesias e demais documentos como o Estatuto e o Regimento do Assentamento 10 de Abril, além da proposta ambiental do MST retrata a preocupação com o meio ambiente e a educação ambiental nas representações sociais dos assentados e nos militantes do Movimento.

Portanto, compreende-se que a vida está sempre em movimento, percebe-se que o caminho está sendo percorrido e que, apesar das trilhas, atalhos, perigos, armadilhas e barreiras os Sem Terra e o MST estão enfrentando-as, com força e garra, com possibilidades concretas de construir um mundo melhor com respeito a si mesmos e ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes. *Uma Geografia das Políticas Fundiárias no Estado do Ceará*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

_____. *Segredos Íntimos: A Gestão dos Assentamentos de Reforma Agrária*. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

AMÂNCIO, Geraldo. *O terrível massacre do Caldeirão do beato Zé Lourenço*. Capa com xilogravura JNR. Fortaleza: Tupynanquim, 2001.

ARTICULAÇÃO DOS PESQUISADORES DO MST. Agenda de pesquisa, 4ª versão, Ibireté. 2000.

ASSARÉ, Patativa do. *Cante lá que eu canto cá*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

ATLAS DO CEARÁ. João Pessoa: Grafiset, 2004.

BARREIRA, C. *Trilhas e atalhos do poder. Conflitos sociais no sertão*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 1987.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. “Pensamento, palavras e obras”. In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (orgs.). *A Era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOGO, Ademar. “A Vez dos Valores”. In *Caderno de Formação*, n. 26, 1998.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAPRA, Fritjof. *As Conexões Ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARVALHO, Isabel C. M. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome*. Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1951.

_____. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1946.

CONSTRUINDO o Programa ambiental do MST para a reforma agrária. São Paulo, 2004. (mimeo).

CORDEIRO, Domingos Sávio de. *Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão*. Fortaleza: Edições UFC, 2004.

CPT. *Projeto Mandalla: uma proposta de produção familiar em harmonia com a natureza*. Fortaleza, s/d.

DEMO, Pedro. *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Editora Liber Livro, 2004.

DIAS, Genebaldo F. *Atividades interdisciplinares de educação ambiental*. São Paulo: Glonal/Gaia, 1994.

_____. *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Gaia, 1992.

ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ESMERALDO, Gema G. L. S. *O MST sob o signo de uma economia subjetiva: o assentamento José Lourenço*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

EZPELETA, Justa. “Notas sobre pesquisa participante e construção teórica”. In: EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

FARIAS, Airton de. *O Caldeirão Vivo*. Tropical Editora. Fortaleza: , 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. “Da ‘clonagem’ à ‘autofagia’: o dilema da reforma agrária no Brasil”. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=531>> Acesso em 03 mar 2006b.

_____. “Enumerando a reforma agrária”. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/reformagr/bernardoenumerando.htm>> Acesso em 26 jan 2006a.

FERREIRA, Maria Lizeuda. *A história de um assentamento: comunidade 10 de abril*. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Regional e meio Ambiente). URCA, Crato, 1995.

FREIRE, Paulo. *Educação e atualidade brasileira*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GALVÃO, Maria N. C. *Educação ambiental nos assentamentos rurais do MST*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2007.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Os Sem Terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.

GONÇALVES, Carlos Walter P. “Ecologia, democracia e desenvolvimento”. SALES, Vanda C. (org.). In: *Ecos da Rio 92: Geografia, meio ambiente e desenvolvimento em questão*. AGB: Fortaleza, 1992.

GOULD, Peter R. e WHITE, Rodney. *Mental Maps*. Nova Iorque: Penguin, 1974.

GRZYBOWSKI, Cândido. “Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural”. In: *Contexto e Educação*, Ijuí, - RS. v.1, n.4, p.47-59, out./dez. 1986.

_____. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis, Fase/Vozes, 1987. 90p.

_____. “Sim, um outro mundo é possível”. In: CATANI, Antonio David (Org.). *Fórum social mundial: a construção de um mundo melhor*. Porto Alegre: Editora da Universidade; Petrópolis: Vozes, 2001.

IDACE. *Plano de ação do assentamento 10 de Abril*. Fortaleza, 2000.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 07/05/1991.

JORNAL OPOVO, 09/05/1991.

_____, 21/05/1991.

_____, 01/04/2001.

KOZEL-TEIXEIRA, S. *Das imagens à linguagem do geográfico: Curitiba a “Capital Ecológica”*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo –USP – FFLCH, São Paulo, 2001.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Petrópolis. Vozes, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. “Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária”. In: Loureiro, C.F.B (org). *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.

LYNCH, Kevin. *The image of the city*. Cambridge. MA: M.I.T. Press. 1960.

_____. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *A militarização da questão agrária do Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1984.

MARTINS, Leila Chalub. *Entre o plantar e o colher: representações e saberes envolvidos na extensão rural*. Tese (Doutorado). São Paulo, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2001.

MATOS, Kelma S. L. *Nas trilhas da experiência: a memória, a crise e o saber do movimento popular*. Fortaleza: UNIFOR, 1998.

_____. Percursos de pesquisa: rompendo com o monoteísmo metodológico. In: MATOS, Kelma. S. L.; VASCONCELOS, José G. (Orgs). *Registros de pesquisa na educação*. Fortaleza: LCR/UFC, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta Pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOSCOVICI, Serge. *Sociedade Contra a Natureza*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1975.

_____. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MST. Dossiê MST Escola: Documentos e Estudos. 1990-2001. MST/ ITERRA, 2005. In: *Cadernos de Educação*, n. 13, São Paulo, 2005.

NOAL, Fernando Oliveira; BARCELOS, V. H. L. (Orgs.). *Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

NÓBREGA, Sheva M. “Sobre a teoria das representações sociais”. In: MOREIRA, A. S. P. (Org.). *Representações sociais: teoria e prática*. João Pessoa: Ed. Universitária/Autor Associado, 2001.

NUÑEZ, Miguel Angel. *Propuesta de Desarrollo Rural Sustentable*. Caracas: Parlamento Latino Americano, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. Ed. Contexto/EDUSP. São Paulo, 1988.

PINHEIRO, João Adriano. *Levantamento do solo e da vegetação do Assentamento 10 de Abril*. Monografia (Especialização em Botânica) – Departamento de Ciências Físicas e Biológicas. Universidade Regional do Cariri, Crato, 1996.

PRIMAVESI, Ana. *Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura*. São Paulo SP. Nobel, 1998.

QUEIROZ, Zuleide Fernandes. *A escola rural e a questão do saber: do saber universal ao saber construído pelo homem do campo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1992.

QUINTAS, J. S. *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Edições IBAMA. 2002.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Caldeirão: um estudo histórico sobre o Beato José Lourenço e suas comunidades*. Fortaleza: Editora de Universidade Estadual do Ceará, 1991.

_____. *Padre Cícero: um visionário dos sertões*. Fortaleza: Editora da Fundação Demócrito Rocha, 2000.

REIGOTA, Marcos. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RODRIGUES, João Paulo. “Balanço é pessimista, diz João Paulo Rodrigues”. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/biblioteca/entrevistas/joaopaulo2601.htm>> Acesso em: 26 jan. 2006.

SÁ, Celso Pereira de. “Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria”. In: SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SALES, Celecina de Maria Veras. *Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: O social e o político na Pós-Modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Auriela Nogueira. *Reforma agrária no Cariri: estudo comparativo entre a Fazenda Nova Mocós (INCRA) e o Assentamento 10 de Abril (MST)*. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Regional do Cariri, Crato, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse, “Movimentos sociais rurais e meio ambiente”. In: SCHERER-WARREN Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo Ed. Loyola, 1993.

SEN, AMARTYA. *Desenvolvimento com Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, J. G. *A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, Sebastião. *Queimadas – Perguntas e Respostas*. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2007.

SOUZA, Herbert. “O Nosso Meio Ambiente”. In: Revista Ecologia e Desenvolvimento. Ano I. n.2, 1991.

STÉDILE, João Pedro. “A proposta do MST” (entrevista cedida a Marina Amaral). In: *Revista Caros Amigos*, n. 18, setembro de 2003.

PIANCÓ, A. R. D. Ocupação da Fazenda Caldeirão/Assentamento 10 de abril. In: I Painel de Iniciação à Pesquisa, 1993, Crato. I Painel de Iniciação À Pesquisa, 1993.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 05/02/2005.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 6.938 de 27 de abril de 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 05/02/2005.

TEIXEIRA FILHO, A. R. *Psicultura ao Alcance de Todos*. São Paulo, Nobel, 1991.

TRIGUEIRO, André. *Meio Ambiente no Século XXI*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VESENTINI, J. W. “O novo papel da escola e do ensino da geografia na época da terceira revolução industrial”. In: *Terra Livre: Geografia – Política e Cidadania*, n. 11-2. São Paulo: AGB, 1993.

WALDMAN, Maurício. “A ECO-92 e a necessidade de um novo projeto”. In: SALES (Org.) *Ecos da Rio-9: Geografia, Meio Ambiente e desenvolvimento em questão*. Fortaleza: AGB, 1992.

ANEXOS

ANEXO 01

Jornal Diário do Nordeste, 13/04/91

INVAÇÃO DE TERRA.

DNQ 13.04.91

101
EDITORIA VERDES MARES
DEPTO. PESQUISA / ARQ. FOTOGRÁFICO
O presente texto confere com o original publicado no dia 13/04/91
Ass. _____

A 20 quilômetros do Crato

250 famílias invadem o Caldeirão

O sítio Caldeirão, localizado a 20 quilômetros do Crato, onde o beato José Lourenço liderou uma comunidade religiosa, foi invadido ontem por 250 famílias dos municípios de Potengi, Santana do Cariri, Nova Olinda, Juazeiro, Crato e Barbalha. As famílias estão acampadas em barracas de lona em frente à capela do pequeno povoado. O movimento de ocupação é organizado pela Comissão Estadual dos Sem-Terras, que passou a semana no Cariri arregimentando o pessoal.

Ao meio-dia de ontem, uma representação do grupo de ocupantes esteve nas emissoras de rádio do Crato, anunciando a invasão do Sítio Caldeirão e solicitando apoio das autori-

dades e até alimentos para as famílias que ocuparam o sítio. Algumas destas famílias estão dormindo debaixo das árvores.

O representante da comissão Paulo Caetano, que veio de Fortaleza com a finalidade de prestar apoio aos invasores, diz que o sítio Caldeirão foi escolhido para o assentamento destas famílias porque são terras devolutas, onde não existe nenhuma atividade produtiva. Segundo Paulo Caetano, não existem em cartório os documentos de propriedade das terras do caldeirão.

O Caldeirão é uma área de 1.200 hectares que pertenceu ao padre Cicero Romão Batista. Durante 10 anos (De 1926 a 1936) o Caldeirão foi ocu-

pado pelo beato José Lourenço, que liderou uma comunidade religiosa de cerca de mil pessoas, que vivia da agricultura. O lugar foi transformado no celeiro agrícola do Cariri. Era uma comunidade financeira independente que produzia milho, arroz, feijão, rapadura e frutas. No Caldeirão não circulava dinheiro. A produção era dividida entre os membros da comunidade. Até as roupas eram tecidas pelas mulheres a comunidade vivia da oração e do trabalho.

Com a morte do padre Cicero em julho de 1934, foram reiniciadas as perseguições contra o beato José Lourenço e seus seguidores, que eram acusados de fanáticos. O Governo do Estado, através da Secretaria de Se-

gurança, mandou destruir o Caldeirão. Muitos seguidores do beato foram presos. O Caldeirão foi saqueado pela Polícia. O beato fugiu para cima da Serra do Araripe, e em seguida para o sítio União, município de Exu, no Pernambuco, onde morreu em 1942.

Apesar dos ocupantes jurarem que o movimento não tem nenhuma conotação política, um líder estudantil disse que esta ocupação vinha sendo planejada por integrantes do PT e da CUT. Vem aí uma turma da pesada, verdadeiros profissionais neste movimento de ocupação, afirmou o líder estudantil, deixando claro que os trabalhadores estão recebendo apoio de partidos políticos e do movimento dos Sem-Terras.

ANEXO 02

Jornal Diário do Nordeste, 07/05/91

NOTA OFICIAL DO PREFEITOS DA REGIÃO DO CARIRI

DN° 07-05-91

NOTA OFICIAL DOS PREFEITOS DA REGIÃO DO CARIRI EM FACE DA INVASÃO DA FAZENDA CALDEIRÃO.

Em relação ao fato profundamente lamentável e sobremodo preocupante que foi a invasão da fazenda Caldeirão, situada no município de Crato.

1- Considerando que essa invasão e ocupação ilegal da mencionada fazenda violam frontalmente a Constituição Federal no seu Art. 5, inciso XXII, configurando destarte um crime contra o patrimônio, previsto no Art. 202 do Código Penal Brasileiro;

2- Considerando que este ato delituoso organizado e liderado por militantes de certo partido político de esquerda, ligados à determinada tendência sindical, profissionais da agitação, alguns deles procedentes de várias regiões do país, reveste-se de um caráter nitidamente ideológico, com vistas a auferir dividendos político-eleitorais e visa, em última análise, desestabilizar um governo legítimamente constituído;

3- Considerando que o direito de propriedade é um dos pilares do regime democrático, o que equivale a dizer que atentar contra ele é infringir a lei, subverter a ordem constituída, e pôr em risco a democracia e a liberdade;

4- Considerando que fatos desta natureza sem precedentes em nossa região, além de trazerem a intranquilidade e o desassossego ao seio da família rústica do Cariri, acirrando a luta de classes, tendem a desestabilizar o setor produtivo rural afetando significativamente a economia dos nossos municípeps, baseada sobretudo na atividade agropecuária, com graves prejuízos para a população em geral;

5- Considerando, por fim, que tais atos de violência tendem naturalmente a degenerar em conflitos sangrentos, semelhantes aos que ora se verificam em outras regiões do país, pois que, como é sabido, "a violência gera violência"; nós prefeitos da Região do Cariri, cõnseios da nossa responsabilidade perante o povo que nos elegeu e no propósito de dar uma satisfação à opinião pública do Cariri e do Ceará, declaramos peremptoriamente a mais cabal repulsa a esses atos de violência, de conturbação da ordem pública e desrespeito às leis vigentes no país.

Entendemos, por outro lado, que o problema fundiário do Brasil deva ser adequadamente equacionado e solucionado dentro dos parâmetros legais e jamais através dos caminhos da violência e da subversão da ordem pública. Esperamos, ainda, que o mandado judicial seja pronta e integralmente cumprido, pois achamos que fora da lei não há salvação.

Prefeito M. de Abaiara	José Leite Tavares
Prefeito M. de Campos Sales	José Lourenço Arrais
Prefeito M. de Araripe	Edmar Soares Martins
vice-prefeito M. de Assaré em exercício	Plácido Paiva
Prefeito M. de Aurora	João Antônio de Macêdo
Prefeito M. A. do Norte	Antônio Valdir Rosendo
Prefeito M. de Mauriti	Adailton Leite
Prefeito M. de Nova Olinda	José Alencar
Prefeito M. de S. do Cariri	Jesus Garcia
Prefeito M. de Potengi	Jose Edmilson Rocha
Prefeito M. de Pena Forte	Antônio Dornival Queiroz
Prefeito M. de Milagres	Hellosman Dantas Sampaio
Prefeito M. de Barbalha	Rommel Feijó de Sá
Prefeito M. Juazeiro do Norte	Carlos Alberto da Cruz
Prefeito M. de Crato	José Aldegundes M. G. de Matos
Prefeito M. de Missão Velha	Ana Ester Soares Jucá
Prefeito M. de Brejo Santo	José Wellington Landim
Prefeito M. de Várzea Alegre	João Alves de Lima
Prefeito M. de Barros	Aurélio Cardoso
Prefeito M. de Jardim	Fernando Neves P. da Luz
Prefeito M. de Farias Brito	Ramiro Pereira da Silva
Prefeito M. de Porteiras	Manoel Novais Miranda

EDITORA VERDES MARÉS
DEPTO. PESQUISA / ARQ. FOTOGRÁFICO

O presente texto confere com o original publicado no dia 07/05/91

Ass. _____

SEM TERRAS

Fazenda é desapropriada para abrigar 96 famílias no Crato

A transferência do parque de exposições, onde o grupo se encontra provisoriamente, acontecerá logo depois da assinatura do ato

Para resolver o problema das 96 famílias expulsas da fazenda Caldeirão, no Crato, o governador Ciro Gomes decidiu desapropriar a fazenda Carnaúba das Gerais, localizada a 30 quilômetros da sede do município, no distrito de Santa Fé. O Governador assina o decreto de desapropriação na próxima quinta-feira, providenciando-se, imediatamente após, a transferência das famílias beneficiadas do Parque de Exposições, onde estão provisoriamente, para a área desocupada. O proprietário da fazenda, Wilson de Norões Milfont será indenizado com Cr\$ 11 milhões, quantia que deve receber do próprio Ciro, quando da solenidade oficial.

De acordo com a versão do Governo, a desapropriação conclui satisfatoriamente o processo de entendimento com as lideranças dos sem terra, incluindo o ex-deputado João Alfredo, na busca de um consenso. Ciro Gomes já determinará, cerca de 20 dias atrás, que as 96 famílias fossem instaladas, de forma provisória, no parque de exposições do Crato, onde receberam total assistência, médica e alimentar, de técnicos das Secretarias de Ação Social e Saúde. Egdio Serpa, portavoz do Governo, garante que "neste período, as pessoas abrigadas cuidaram de fazer a limpeza do parque, deixando-o, inclusive, pronto para a exposição de julho próximo.

A fazenda Caldeirão das Gerais, que está sendo desapropriada, conta com 358 ha, área que o



Ciro irá ao Crato quinta-feira assinar o ato de desapropriação

Governo reconhece insuficiente para abrigar as 96 famílias. Em razão disso, o IDAPE já iniciou levantamento topográfico de um terreno anexo, a fim de apresentar posteriores avaliação, desapropriação e indenização do proprietário. Na mesma quinta-feira em que estará no Crato, Ciro Gomes participa de solenidade no Iguatu e Acopiara, para onde seguirá logo depois de concluir o ato de desapropriação.

No Iguatu, a partir das 11 horas, o Governador faz visita às obras de recuperação da Escola Manoel Carlos de Gouvêa, já incluída entre as 600 que devem ser recuperadas dentro do projeto anunciado para o setor educacional, semana passada. Em Acopiara, para onde segue de heli-

cóptero, Ciro Gomes visitou uma outra escola, Padre João Antônio, e assina ordem de serviço para construção imediata do sistema de abastecimento d'água municipal. O retorno é previsto para o início da tarde, já que há uma audiência marcada para as 18 horas, no Palácio do Governo, com o embaixador do Canadá.

Ontem, no Rio de Janeiro, o governador cearense participou de um debate sobre a crise brasileira, na Escola Superior de Guerra, ao lado de Gilberto Messtrinho, que governa o Amazonas. Hoje, às 11 horas, Ciro estará em Brasília, a convite do Presidente Collor, assistindo à solenidade de lançamento do programa Gente da Gente. O retorno é previsto para o período da noite.

ANEXO 04

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS

Francisca Silva
CPF 01631773-87
Oficiala

CRATO - CEARÁ

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO

10 DE ABRIL - CRATO - CEARÁ

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º - A Associação de Produtores Rurais do Assentamento 10 de Abril, fundada em 12 de julho de 1991, é uma entidade sem fins lucrativos, com prazo de duração ilimitado, que se regerá por este estatuto e terá fórum jurídico na cidade de Crato, Estado do Ceará.

Art. 2º - A Associação dos Produtores Rurais do Assentamento 10 de Abril, localizar-se-á no Assentamento 10 de Abril - Distrito de Santa Fé, Município de Crato - Ceará.

Art. 3º - São Objetivos da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento 10 de Abril:

- a) - Organizar, representar e defender os produtores Rurais do Assentamento 10 de Abril
- b) - Desenvolver ações que estimulem e racionalizem as atividades agropecuária e econômicas dos seus associados.
- c) - Organizar e acompanhar a cooperativa dos assentados.
- d) - Defender os interesses sócio-cultural e educacionais da comunidade.

Art. 4º - Para consecução dos seus objetivos a Associação poderá:

- a) - Adquirir ou alugar os imóveis necessário às suas instalações administrativas, tecnológicas de armazenagem e outras.
- b) Promover o transporte, beneficiamento, armazenamento, a classificação, a industrialização, a assistência técnica e outros serviços necessários à produção, bem como servir de assessoria ou representante dos associados, na comercialização dos insumos e na produção.
- c) - Reivindicar aos órgãos públicos os serviços de saúde, educação, esporte e lazer.
- d) - Elaborar e executar projetos agrícolas;
- e) - Filiar-se e ou manter intercâmbio com entidade congêneres a nível municipal Estadual, nacional e internacional, sem perder a individualidade e o poder de decisão;
- f) - Estimular e proporcionar atividades em prol da cooperação agrícola.

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I - DA ADMISSÃO, DEMISSÃO E ELIMINAÇÃO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS

Francisca Silva
CPF 01631773-87
Oficiala

CRATO - CEARÁ

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS

Processo nº 74-87

Oficialia

Art. 5º - Poderão ser sócios da Associação de Produtores Rurais do Assentamento 10 de Abril todos os moradores maiores de 16 anos (dezesseis) que manifestarem o desejo de vincular-se a Associação, preenchendo a proposta de inscrição e com prometendo-se a obedecer este estatuto.

PARÁGRAFO ÚNICO - O ingresso de novos sócios será discutido e aprovado em Assembléia Geral.

Art. 6º - A demissão dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida à diretoria não podendo ser negada.

PARÁGRAFO ÚNICO - O sócio que pedir demissão da Associação, ficará excluído do quadro de sócios, mas permanecerá com seus direitos de propriedade dentro do Assentamento 10 de Abril.

Art. 7º - A eliminação do associado ocorrerá por morte física.

SEÇÃO II - DOS DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

Art. 8º - São direitos dos associados:

- a) - Gozar de todas as vantagens e benefícios que a associação venha conceder;
- b) - Votar e ser votado para membro da Diretoria do Conselho Fiscal;
- c) - Participar das reuniões da Assembléia Geral, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados;
- d) - Consultar todos os livros e documentos da associação, em época própria;
- e) - Solicitar, a qualquer tempo, esclarecimento e informações sobre as atividades da associação e propor medidas que julgue de interesse para seu aprefeiçoamento;
- f) - Convocar a Assembléia Geral e fazer-se nela representar, nos termos e nas condições prevista neste estatuto;

PARÁGRAFO ÚNICO - O associado que aceitar a estabelecer relações empregatícia com a associação, perderá o direito de votar e ser votado, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que deixar o emprego.

Art. 9º - São deveres do associado:

- a) - Incentivar a solidariedade entre os assentados;
- b) - Observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela diretoria e pela Assembléia Geral;
- c) - Respeitar os compromissos assumidos para com a Associação;
- d) - Manter em dia as suas contribuições;
- e) - Contribuir, por todos os meios ao seu alcance para o bem nome e para o progresso da associação;
- f) - Exercer vigilância sobre os órgãos e serviços da Associação.

Art. 10º - Os Associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS

Francisca Silva
CPF 010317273-87
Oficiala

CRATO - CEARÁ

contraídas pela diretoria.

SEÇÃO III - DAS PENALIDADES

Art. 11º-- Aos sócios que descumprirem as determinações estatutárias serão aplicadas as penalidades de advertência, suspensão e exclusão.

Art. 12º - As penalidades serão aplicadas pela diretoria ou por Assembléia Geral convocada para este fim, na forma deste Estatuto.

§-1º - Será aplicada advertência quando o sócio atrasar suas mensalidades e deixar de participar das reuniões, trabalhos coletivos, Assembléia e outras tarefas que ficarem sob sua responsabilidade.

§ 2º - Será aplicada a suspensão ao sócio que:

- a) -- atrasar 5 meses de contribuição social, desde que devidamente advertido.
- b) - Descumprir o Estatuto da Associação do Assentamento 10 de Abril e as deliberações de suas instâncias.

§ 3º - Será aplicada a exclusão ao sócio que :

- a) - Desviar quantias e valores da Associação
- b) - Desviar, violar ou falsificar documentos pertencentes a Associação;
- c) - Dilapidar o patrimônio físico, histórico da Associação.

Art. 13º - Aos associados atingidos pelas penalidades se dará o direito de defesa. No caso da exclusão o sócio terá um prazo de 30 dias para recorrer da Assembléia Geral, contando da data de recebimento da notificação.

CAPITULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 14º São órgãos da Administração:

- a) - Assembléia geral
- b) - Diretoria
- c) - Conselho Fiscal

SEÇÃO I-DA ASSEMBLÉIA GERAL

→Art. 15º - A Assembléia Geral é o órgão supremo da Associação, dentro dos limites deste estatuto.

Art. 16º - Compete a Assembléia Geral Ordinária:

- a) - Appreciar e votar relatório anual, a prestação de contas e parecer do Conselho Fiscal anualmente;
- b) - Appreciar o planejamento de atividades, anualmente;
- c) - Avaliar e deliberar o programa de trabalho, semestralmente;
- d) - Eleger e empossar a Diretoria e o conselho Fiscal;

Art. 17º - Compete a Assembléia Geral Extraordinária:

- a) - Deliberar sobre a dissolução voluntária da Associação;

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Francisca Silva
CPF 010317273-87
Oficiala
CRATO - CEARÁ

- b) - Reformular o Estatuto Social e o Regimento Interno da Associação;
- c) - Autorizar a realização de empréstimos e ou celebração de convênios;
- d) - Constituir membros da Diretoria e conselho Fiscal.

Art. 18º Ocorrendo substituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da Associação, a Assembléia poderá designar Diretores e Conselheiros Fiscais provisórios, até a posse de novos Diretores, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 19º O quórum para instalação da Assembléia Geral, será de 2/3 do número de Associados, em primeira convocação.

PARÁGRAFO ÚNICO - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes.

Art. 20º A Assembléia Geral será normalmente convocada pelo presidente, ou, em caso grave ou urgente por qualquer membro da diretoria e do Conselho Fiscal ou por 1/5 dos sócios em pleno gozo dos seus direitos sociais após solicitação não atendida.

Art. 21º A Assembléia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 dias mediante aviso fixado nos lugares públicos mais frequentados no Assentamento.

SEÇÃO II - DA DIRETORIA

Art. 22º A Diretoria será constituída por 6 (seis) membros com designação de Presidente, Secretário, Tesoureiro 1º, 2º, 3º Suplentes, eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, entre os associados maiores de 18 anos em pleno gozo dos seus direitos sociais, sendo permitido a reeleição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Havendo vacância do cargo por mais de 30 (trinta) dias, deverá ser convocada uma Assembléia Geral para preenchimento da vaga.

Art. 23º Compete a Diretoria:

- a) - Estabelecer normas e submetê-las a aprovação da Assembléia Geral;
- b) - Orientar e coordenar todas as atividades e serviços da Associação;
- c) - Elaborar planos de atividades e respectivas orçamentos bem como programas próprios de investimentos submetendo-os à aprovação da Assembléia Geral.
- d) - Propor a Assembléia Geral o valor da contribuição mensal e taxas de serviços operacionais.
- e) - Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação, e exclusão e penalidades com respaldo da Assembléia Geral e obedecendo o que determina o presente estatuto
- f) - Indicar o banco ou bancos nos quais devem ser feitos os depósitos do numerário disponível, e fixar o limite máximo que será mantido em caixa.

TÍTULOS E DOCUMENTOS

Francisco Silva
CPF 05517 71-87
Oflicial

CRATO - CEARA

- e) - Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações tomadas em Assembléias.
- f) - Deliberar sobre convocação da Assembléia Geral.
- g) - Apresentar, anualmente a Assembléia Geral, relatório de atividade, prestação de contas, previsão orçamentária e parecer do Conselho Fiscal.
- h) - Contratar e demitir funcionários para os quadros de sua administração.
- Art. 24º - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário.
- PARÁGRAFO ÚNICO - A Diretoria considerar-se-á reunida com participação de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.
- Art. 25º - Compete ao presidente:
- a) - Supervisionar as atividades da Associação, numa ação integrada com a Diretoria.
- b) - Autorizar pagamentos, verificar saldos em caixa.
- c) - Por assinatura em cheques e outros títulos, bem como demonstrativos financeiros, juntamente com o tesoureiro.
- d) - Convocar e presidir reuniões e Assembléia Geral.
- e) Representar a Associação em juízo e fora dele.
- f) - Assumir outras atribuições definidas em regimento interno.
- Art. 26º - Compete ao Secretário:
- a) - Coordenar e supervisionar os serviços de secretaria.
- b) - Secretariar reuniões, estudos e Assembléias Gerais redigindo suas respectivas atas e relatórios.
- c) - Elaborar correspondências, relatório anual e outros documentos.
- d) - Manter organizada toda documentação e arquivo da Associação.
- Art. 27º - Compete ao tesoureiro:
- a) - Coordenar toda arrecadação e guarda dos valores pertencentes a Associação.
- b) - Coordenar e supervisionar os trabalhos de tesouraria, zelando pelo seu bom funcionamento.
- c) - Proceder pagamentos autorizados.
- d) - Assinar cheques em conta conjunta com o presidente.
- e) - Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias previdenciárias e outras devidas ou de responsabilidade da Associação de Produtores Rurais do Assentamento 10 de Abril, e proceder todos os registros contábeis.
- Art. 28º - Compete aos suplentes:
- a) - Assumir e exercer as funções de qualquer dos diretores, no caso de vacância ou por necessidade.
- b) - Exercer atribuições delegadas no regimento interno.
- SEÇÃO III - DO CONSELHO FISCAL:
- Art. 29º - O Conselho Fiscal será constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) Suplentes eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, sendo também permitida a reeleição de 1/3 dos seus componentes.
- PARÁGRAFO ÚNICO: Na sua primeira reunião o conselho escolherá o coordenador e o secretário, entre seus membros.
- Art. 30º - Compete ao Conselho Fiscal:
- a) - Examinar escrituração e demais documentos contábeis, bem como analisar lucro financeiro da Associação.
- Assis b) - Assistir reunião da Diretoria com direito a palavra e a voto;
- c) - Verificar se os atos da Diretoria e da gerência estão em harmonia com a lei e com o estatuto e se não são contrários aos interesses dos associados;
- d) - Convocar a Assembléia Geral quando ocorrerem motivos graves e urgentes;
- e) - Dar parecer por escrito, sobre relatórios, balanços e contas anuais apresentadas pela Diretoria.
- Art. 31º - O Conselho Fiscal deverá reunir-se ordinariamente uma vez por mês, e em reuniões extraordinárias, sempre que for necessário, convocadas pelo respectivo coordenador.

- ou por qualquer um dos seus membros, ou por solicitação da Diretoria.
- § 1º - O Conselho considerar-se-á reunido com a participação de todos os membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.
- § 2º - Será lavrada a ata de cada reunião, em livro próprio no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as decisões tomadas. A Ata será assinada por todos os presentes.

CAPÍTULO IV - DO PROCESSO ELEITORAL

- Art. 32º - As eleições gerais serão realizadas a cada 2 anos ao término do exercício social.
- Art. 33º - O prezo para abertura de inscrição e registro de chapas que concorrerão às eleições, será de 15 (quinze) dias antes das eleições.

CAPÍTULO V - DO PATRIMÔNIO

- Art. 34º - O patrimônio da Associação será constituído:
- Pelos bens móveis e imóveis de sua propriedade;
 - Pelos auxílios, doações provenientes de qualquer entidade pública, particular, nacional ou estrangeira;
 - Pela mata natural existente em toda a área do Assentamento 10 de Abril;
 - Pelas contribuições dos associados, estabelecidas pela Assembléia Geral;
 - Pelas receitas provenientes das prestações de serviços;
 - Pelas contribuições espontâneas dos associados ou de pessoas amigas.

CAPÍTULO VI - DO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO AGRÍCOLA

- Art. 35º - É proibido a especulação, a compra, a venda ou arrendamento de lotes entre os associados.
- Art. 36º - Entende-se por atividade agrícola a qual será de responsabilidade de acompanhamento da Associação.
- Conservação e preparo do solo;
 - Plantio;
 - Adubação e correção do solo utilizando tecnologia alternativa;
 - e outras
- Art. 37º - Para facilitar o funcionamento, a Diretoria da Associação poderá nomear equipes de trabalho, com finalidade de realizar os serviços comuns, e outras atividades de interesse da Associação.
- § 1º - Poderá a Associação, ter tantas equipes de trabalho quantas forem necessária em função do planejamento agrícola e outras atividades.
- § 2º - As atribuições das equipes de trabalho serão disciplinadas pelo regimento interno.
- Art. 38º - Será reservada uma área verde 20% do total da área do Assentamento.

CAPÍTULO VII - DA DISSOLUÇÃO

- Art. 39º - A Associação será dissolvida por vontade manifestada em Assembléia Geral extraordinária, expressamente convocada para o efeito, observando o disposto no parágrafo único do artigo 19º deste Estatuto.
- Art. 40º - Em caso de dissolução, e liquidação, os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre os associados, sendo doada a instituições congêneres legalmente constituídas para ser aplicada nas mesmas finalidades da Associação dissolvida.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 41º - É vedado a remuneração dos cargos da Diretoria e Conselho Fiscal, benefícios ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados sob nenhuma forma ou pretexto.
- Art. 42º - A Associação não distribuirá dividendos de espécie alguma e nem qualquer parcela de seu patrimônio ou de renda, títulos de lucro ou participação no

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS

Francisca Silva
CPF 019317173-87
Oficiala
CRATO - CEARA

seu resultado, aplicando integralmente o excedente eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas atividades sociais

Art. 43º O regimento interno será constituído com base neste estatuto e por normas estabelecidas pela Diretoria e Assembleia Geral.

Art. 44º O presente Estatuto, foi aprovado em Assembleia Geral constituída realizada nesta data, na qual foram eleitos a primeira diretoria e o Conselho Fiscal.

Art. 45º Este Estatuto poderá ser reformado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária Observando o disposto no parágrafo único do artigo 19º deste Estatuto

Art. 46º O presente estatuto entrará em vigor a partir da data de aprovação em Assembleia Geral

Crato, 12 de julho de 1991

Assinatura da Diretoria

José Ferreira dos Santos

José Ferreira dos Santos - Presidente
Trabalhador Rural - residente no Assentamento 10 de Abril
CPF: 19503652891

Sebastião Elias da Silva
Sebastião Elias da Silva - Secretário
Trabalhador Rural - Residente no Assentamento 10 de Abril
CPF: 4134210304

Pedro Crispino da Silva
Pedro Crispino da Silva - Tesoureiro
Trab. Rural - Residente no Assentamento 10 de Abril
CPF: 43051960347

SUPLENTE

Valderes Correia dos Santos
Valderes Correia dos Santos - D. de casa Resid.
no Assentamento 10 de Abril
CPF: 46636566101

Francisco Gomes Neto
Francisco Gomes Neto - Trab. Rural - resid. no Assentamento 10 de Abril
CPF: 13641841353
Diogenes Leite Feitosa
Diogenes Leite Feitosa - Trab. Rural residente no Assentamento 10 de Abril
CPF: 19508905387

CONSELHO FISCAL

Joaquim Cruz de Lima
Joaquim Cruz de Lima - Trab. Rural - residente no Assentamento 10 de abril - ident. 1688081/88 SSP/EE
Francisco Gilro Pas
Francisco Gilro Pas - Trab. Rural - resid. no Assentamento 10 de Abril - CPF: 24753742334
Joel Correa da Silva
Joel Correa da Silva - Trab. Rural - Residente no Assentamento 10 de Abril - CPF: 22334890391

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Francisco da Silva
CPF: 01.31.73-87
Oficial
CRATO-CEARÁ

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Francisco da Silva
CPF: 01.31.73-87
Oficial
CRATO-CEARÁ

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Francisco da Silva
CPF: 01.31.73-87
Oficial
CRATO-CEARÁ

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS
Francisco da Silva
CPF: 01.31.73-87
Oficial
CRATO-CEARÁ

CARTORIO DO REGISTRO CIVIL
TITULOS E DOCUMENTOS
Francisca Silva
CPF 015317273-87
Oficiais
CRATO-CEARA

CARTORIO DO REGISTRO CIVIL
TITULOS E DOCUMENTOS
Francisca Silva
CPF 015317273-87
Oficiais
CRATO-CEARA

CARTORIO DO REGISTRO CIVIL
TITULOS E DOCUMENTOS
Francisca Silva
CPF 015317273-87
Oficiais
CRATO-CEARA

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

Antonio Noco Filho

Antonio Noco Filho - Trab. Rural - residente no
Assentamento 10 de Abril
CPF 17301297300

Adelson Guedes da Silva

Adelson Guedes da Silva - Trab. Rural - residente
no Assentamento 10 de Abril
CPF 14506467353

Antonio Leite de Lima

Antonio Leite de Lima - Trab. Rural - residente no
Assentamento 10 de Abril
CPF 19482795334

Apresentado hoje para registro.

Apontado no Protocolo Gu.al, sob nº 3186
e registrado às fls. 179 do Livro A-5

Req. Pel. Judicial sob Nº de ordem
Dm. 698.

Crato 17/12/91.

A Oficial do Registro

Francisca Silva

CARTORIO DO REGISTRO CIVIL
TITULOS E DOCUMENTOS
Francisca Silva
C.F. 015317273-87
Oficiais
CRATO-CEARA

Jornal Diário do Nordeste, 05/01/92

TRABALHADORES RURAIS

DN' 05-11-92

Alimentação básica das crianças é a farinha

Trabalhadores querem instalação da emergência

Crato (Sucursal) - Até agora não foi tomada nenhuma providência no sentido de atender aos trabalhadores rurais que estão acampados no pátio interno do Centro Administrativo da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (Seara), com sede do Crato. Os funcionários dos órgãos vinculados à secretaria, que funcionam ao lado do Parque de Exposição Agropecuária, estão aguardando a presença da técnica da Secretaria de Ação Social do Governo, Maria Júlia, que saiu de Fortaleza ontem.

Os trabalhadores dizem que só deixam o acampamento quando o Governo iniciar o alistamento do pessoal nas frentes de trabalho. Os técnicos dos órgãos governamentais reconhecem que a situação é muito grave no meio rural, mas destacam nada poder fazer. Cabe do Governo adotar medidas que atendam as necessidades dos trabalhadores. A distribuição de cestos básicos de alimentos seria uma solução para matar a fome dos invasores, diz o supervisor regional do Programa de Emergência, agrônomo Ernani Rocha, lamentando a situação dos agricultores que, na verdade, estão passando fome.

Na manhã de ontem, os acampantes reforçaram a estrutura no local, improvisando fogões e pane-

las para preparar refeições. A comida - arroz e feijão - está sendo doada pelas associações populares. Na primeira noite de acampamento, os invasores receberam a visita de artistas populares da região identificados com os partidos de esquerda que promoveram shows dentro do parque. Os agricultores, porém, reclamaram das muiçocas e ameaçaram dormir ontem dentro das salas da Secretaria de Agricultura, onde existem sofás e aparelhos de ar-condicionado.

PT DIVULGA NOTA

A idéia preocupou os chefes de setores que, ao contrário do que dizem os manifestantes vêm tratando a situação com tolerância. Eles evitam, inclusive, o confronto com o pessoal. Ontem, o diretório municipal do Partido dos Trabalhadores do Crato, divulgou nota de solidariedade aos invasores. O documento acusa o prefeito do Crato e o governador do Estado de se omitirem diante do problema. "Dizer que os trabalhadores rurais do Crato estão bem" - afirma a nota - "revela um total desconhecimento da realidade e falta de vontade política". A nota do PT conclui reivindicando frentes de serviços para os trabalhadores.

A maioria das pessoas que ocu-

param o Centro Administrativo procede do assentamento 10 de Abril, localizado no sítio Gerais, cujo terreno foi comprado e doado pelo Governo. É o mesmo pessoal que invadiu, há dois anos o sítio Caldeirão, onde o beato José Lourenço liderou uma comunidade religiosa. Eles argumentam que no assentamento não há nada comer e, até mesmo os cestos que eram distribuídos pelo Governo, foram suspensos. Pelo menos, 60 manifestantes residem no assentamento 10 de Abril, segundo um dos líderes do movimento.

INVERNO ESPERADO

Geralmente o inverno no Cariri começa em dezembro. Este ano, em razão da irregularidade dos últimos invernos, o quadro se agravou no meio rural. Os agricultores sem terra não suportam mais esperar pela chuva. No município de Santana do Cariri, as crianças estão se alimentando exclusivamente de farinha, diz o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Vicente Cardoso da Silva, acrescentando que convocou uma reunião para o próximo sábado, ao meio-dia, na sede do sindicato com o objetivo de discutir com os ruralistas as providências a serem adotadas para amenizar a situação.

EDITORA VERDES MARES

DÉPTO. PESQUISA / ARQ. FOTOGRÁFICO

O presente texto confere com o original publicado no dia 05/11/92

Ass. _____

ANEXO 06

Jornal Diário do Nordeste, 06/11/92

EDITORA VERDES MARES DEPTO. PESQUISA / ARQ. FOTOGRÁFICO O presente texto confere com o original publicado no dia 06/11/92 Ass. _____

TRABALHADORES RURAIS

DN' 06-11-92

Os rurícolas no Crato: Governo é insensível

Crato (Sucursal) - Os trabalhadores rurais do Crato que ocuparam na última terça-feira, o Centro Administrativo da Secretaria de Agricultura, estão revoltados com o que eles classificam de insensibilidade do Governo do Estado que não incluiu no Programa Permanente de Combate às Secas. A supervisora do programa, Júlia Maria Bastos, chegou ontem ao meio-dia ao acampamento, informando que o Governo do Estado

atenderia somente ao pessoal do Assentamento 10 de Abril, localizado na Fazenda Gerais, comprada pelo Governo há dois anos.

No assentamento será construído um cacimbão e feita a reforma com ampliação de um açude. A proposta, entretanto, não atende às necessidades dos integrantes do assentamento que estão passando fome. "Estou aqui preocupada. Deixei duas filhas menores no assentamento esperando alimentação. A única comida que tem lá são dois litros de milho," disse ontem Maria Matos de Lima, acrescentando que esta é a situação vivida pela maioria dos agricultores sem terra da zona rural.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, Expedito Guedes, que esteve em Fortaleza participando de reunião



Os agricultores estão acampados desde a última terça

com os órgãos de Combate à Seca, voltou ao Crato desiludido. Ele afirmou que as autoridades não estão preocupadas com a situação dos trabalhadores rurais do Crato, Juazeiro e Barbalha. Segundo ele, o Governo argumenta que a microrregião do Cariri está verde. O sindicalista contesta a informação dizendo que apenas os pés de serra estão verdes, em razão das fontes perenes que pertencem aos ricos e aos clubes sociais. "Nas outras áreas do Município o quadro é de calamidade pública", diz Expedito Guedes.

Alimentados com feijão e arroz, doados pelo padre Raimundo Elias, vigário de São Francisco, os agricultores passaram o dia de ontem reunidos em assembleia, discutindo, entre outros assuntos, a possibilidade de saquear o comércio.

cio. Nem mesmo a presença de um carro da Polícia Militar com quatro soldados intimidou os trabalhadores rurais que intercalavam as assembleias com músicas do movimento dos sem-terra, cuja bandeira foi hasteada numa das árvores do Centro Administrativo.

Para a supervisora do Programa Permanente de Combate às Secas, Júlia Maria Bastos, que se reuniu com o pessoal da Defesa Civil, a situação do trabalhador rural é muito grave. "Mas existem outros municípios mais carentes do que Crato, onde foram registrados mais de mil milímetros de chuva", disse. A supervisora do PPCS admite que, apesar do alto índice pluviométrico, o inverno foi irregular, o que provocou uma queda na safra. "No entanto, o Governo do Estado não tem condições de promover o alistamento de pessoal", salientou.

Júlia Maria lembrou ainda a reunião que os governantes terão hoje com o presidente Itamar Franco, quando o problema da seca será discutida. Ela espera que sejam liberados recursos para a ampliação do leque de atendimento às vítimas da seca. O Governo do Estado, segundo a supervisora, está se esforçando no sentido de atender aos mais necessitados.

ANEXO 07

Regimento Interno da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento 10 de Abril- Crato-Ceará.

CAPITULO 1º - USO DA TERRA.

- a) A terra não poderá ser dividida, sendo que sua utilização será semi-coletiva, ou seja poderá existir trabalho, coletivo e individual.
- b) que exista uma conservação do solo e das matas evitando a erosão e o desmatamento absoluto.
- c) que a terra seja de uso dos Assentados, proibido a arrendar a outros que não pertencem ao Assentamento.
- d) que a programação do uso da terra seja feita na Assembléia, definindo a quantidade de área de acordo com a capacidade de cada família e o local onde deve ser explorada.

CAPITULO 2º - DOS RECURSOS NATURAIS.

- a) todos os recursos naturais (madeira, de obra, lenha, estacas, barro e peixes...), não poderão ser vendidos individualmente
- b) só haverá comercialização dos recursos naturais individual, se for com uma programação do coletivo e aprovação da Assembléia Geral.
- c) No uso de aproveitamento de recursos naturais, será repassado uma porcentagem para a Associação da seguinte forma:
 - Madeira de Obra - 10%
 - Estacas e Troncos - 50% e os outros 50% será pago pela Associação.
- d) que as estacas e troncos sejam vendidos só associação, em caso de outra proposta deve ser discutida em assembléia.
- e) fica proibido a utilização dos recursos naturais por quem não é Assentado.
- f) retirar toda a madeira dos roçados antes das queimadas.
- g) na compra de estacas e troncos o conselho fiscal é responsável para fiscalizar e acompanhar a compra.
- h) não é permitido a comercialização de caça ou pesca individual.
- i) que seja proibido a pesca na época de reprodução dos peixes da Associação.
- j) A pesca só poderá ser feita pelos Assentados ou por outros com autorização de coletivo.
- l) É proibido a venda de barro e seus derivados individualmente.

outra proposta de venda deverá ser autorizada pela Assembléia geral, e o mesmo deverá repassar uma porcentagem de 20% para a Associação.

CAPITULO 3º - DOS TRABALHOS;

- a) que seja feito uma programação do trabalho coletivo e seja limitada o trabalho individual, de acordo com a capacidade de cada pessoa.
- b) cada pessoa só pode brocar no máximo 03 tarefas.
- c) que essa capacidade das 03 tarefas seja apartir de 16 anos, com controle do pai.

CAPITULO 4º - CRIAÇÃO DE ANIMAIS.

- a) pode existir criação de animais coletivo e individual de acordo com a capacidade da área, deixando a maior potencialidade para a criação do coletivo, respeitando a seleção e a qualidade dos animais e tenha um regimento de funcionamento de cada criação coletiva e individual.
- b) cada pessoa que tiver mão de obra no coletivo, tem o direito de criar 03 animais de alto porte.
- c) quem não tem mão de obra no coletivo passa a trabalhar um ano antes de comprar seu animal.
- d) que seja feito uma avaliação do trabalho prestado por ano, e quem não tiver serviço prestado equivalente no coletivo ou descumprir as normas do regimento, poderá (digo) perderá os direitos de criar

CAPITULO 5º - DEVERES. É DEVER DE CADA ASSENTADO:

- a) participar de assembléia, encontros, festas, reuniões e trabalhos programados pelo coletivo.
- b) apartir de 16 anos ser sício da associação.
- c) contribuir com qualquer organização que venha nos favorecer com se apoies político economic e social, de acordo com suas possibilidades.
- d) respeitar a decisão da assembléia
- e) respeitar os patrimonios coletivo do Assentamento.
- f) o quadro social deve respeitar e participar e também contribuir com qualquer evento que seja educativo.
- g) se for expulso ou desistir deve levar e deixar uma carta feita pela associação e assinada por ele ou ela.

h) Coordenação cumprir e fazer cumprir todas as normas, caso entrada de novas pessoas para morar passar as normas de regimento e como

funciona.

- i) caso desistir convocar assembleia comunicar sua saida e o motivo da desistencia. A associacão deve pagar seus direitos conforme a situacão do Assentamento e a sua participacão no coletivo.
- j) cada Assentado que criar animais, trabalhar os dois dias do coletivo ou qualquer trabalho voluntário.
- l) quem criar animais coletivo e individual, plantar e colher capim.
- m) cada assentado tem como dever respeitar as religioes, as culturas de cada assentado que venha (digo) que não venha prejudicar e funcionamento do Assentamento.

CAPITULO 06 - DOS DIREITOS - E DIREITOS DE CADA ASSENTADO:

- a) assentado que tiver em dias com todas as atividades do coletivo, / usufruir de todos os bens do Assentamento.
- b) ser respeitado por todos do Assentamento. Seja crianças, jovens, ou adultos.
- c) exigir esclarecimento de qualquer dúvida que venha prejudicar o funcionamento economico, politico e social do Assentamento.
- d) se for expulso levar seus bens individuais.

CAPITULO 07 - NORMAS GERAIS.

- a) não é permitido a venda de bebidas alcoolicas no Assentamento (ex (exeto cerveja e vinho)
- b) é proibido bodegas particulares, só poderá existir com permissão do coletivo.
- c) não é proibido o consumo de bebidas alcoolicas sendo que seja em comemoracão coletiva, caso haja consumo particular não poderá / prejudicar nenhuma das familias assentadas.
- d) é proibido qualquer assentado ou filhos de assentados faltar com respeito, as duas classes. Mascúlinos e feminino.

CAPITULO 08 - DAS PENALIDADES:

- a) qualquer assentado ou filhos de assentados que venha desrespeitar qualquer norma desse regimento:
 - 1º - É chamado e feito uma advertência particularmente
 - 2º - É chamado na coordenação e feito uma avaliação.
 - 3º - A Assembléia deverá tomar uma posicão de penalidades de acordo com o problema acontecido.

Esse regimento foi aprovado com 33 votos de sócios e Assentados e uma abstenção.

Depois de três dias de encontros, 12, 13 e 14 de novembro de 1997, foi feito um trabalho em grupo e debatido e aprovado. Esse Regimento.

Jornal do Fórum Araripense, Novembro de 2006



Produzindo na Terra e Construindo Esperança
A Experiência de 5 famílias no Assentamento 10 de Abril.

FÓRUM ARARIPENSE - CRATO - CE - NOVEMBRO DE 2006

No Assentamento 10 de Abril localizado a 29 quilômetros da sede do município de Crato existe uma experiência em horticultura orgânica, que vem sendo trabalhada por cinco famílias da comunidade. Quem vê uma paisagem cheia de plantas da caatinga, solo pedregoso e



Área do cultivo vista do alto, na chegada

clima quente, não imagina que a poucos metros dali, o verde é o que predomina na área de um hectare e meio onde as famílias de dona Maria Ana, seu José Justino, dona Maria, seu Cícero e dona Maria de Lourdes implantaram a horta.



Área de cultivo

Essas famílias participaram da luta pela terra, inseridas em acampamentos do MST, e com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais conquistaram a terra juntamente com outras 45 famílias que hoje residem no Assentamento 10 de Abril.

Dona Ana lembra que a primeira ocupação que participaram, foi na localidade Caldeirão. Lá tomaram co-



Dona Ana, ao fundo e Dona Maria com produtos de sua área

nhecimento da história do Beato Zé Lourenço, na luta pela mesma terra. Hoje, acredita ela, que são continuadores dessa luta, produzindo na terra e construindo esperança.

A prática com horticultura orgânica das cinco famílias, vem desde o Caldeirão. No início do Assentamento 10 de Abril, desenvolviam pequenas hortas somente para alimentação. Com a participação em capacitações promovidas em parceria com a Universidade Regional do Cariri e a Secretaria Municipal de Agricultura na própria comunidade, iniciaram uma experiência coletiva. Dona Ana relata que para o início da horta as reuniões e capacitações foram importantes para o grupo, além das sementes que adquiriram através deste apoio. Hoje, já selecionam e armazenam as sementes suficientes para garantir o plantio de todas as culturas.

O grupo cultiva uma diversidade de hortaliças, frutas, grãos e plantas medicinais de forma consorciada e agroecológica, utilizam o composto orgânico e o biofertilizante, produzidos na própria horta.



Dona Maria, Dona Ana e Seu Zé

Realização:



Parceiros:



ANEXO 09

Jornal Diário do Nordeste, 29/06/2005

...vare e mercado diário e dados sobre as estatísticas de pesquisas, perfis, circulação e muito mais sobre o Diário do Nordeste.

DIÁRIO DO NORDESTE

Fortaleza, Ceará
29 de Jun de 2005

Comercial • Clube de Vantagens • Central do

Pesquise no Diário: + Hoje

Edições Anteriores

QUARTA-FEIRA Caderno 3 • Cidade • Internacional • Jogada • Nacional • Negócios • Opinião • Polícia • Política • Regi Agronegócios • Automóvel • Cultura • Eva • Gente • Infantil • Informática • Turismo • Viva • Clas

10 DE ABRIL (28/12/2004)
Assentados enfrentam escassez de água

Cid Barbosa



As famílias não possuem água encanada. A comunidade é abastecida através de um poço profundo

O assentamento 10 de Abril está localizado nas proximidades do Açude Thomaz Osterne, no Crato. Apesar de viverem praticamente ao lado de uma barragem federal, os assentados não possuem nenhum sistema de irrigação para o cultivo de suas lavouras. Por isso, afirmam que plantam praticamente apenas durante a quadra chuvosa.

A agricultora Luzia de Farias diz que no restante do ano até existe quem cuide de algum roçado, mas revela que a água utilizada para regar as plantas é retirada de cacimbas. Estas são cavadas pelos próprios lavradores, aproveitando provavelmente a água do lençol freático que abastece o reservatório Thomaz Osterne.

Luzia de Farias, que tem 67 anos de idade, reclama de ter que irrigar sua lavoura com a água carregada através de vasilhames. Devido à falta de infra-estrutura, ela explica que a produção só é suficiente para garantir a alimentação da família. "Se tivesse irrigação, dava para plantar mais e vender parte da colheita", revela.

Ela explica que cada uma das, aproximadamente, 47 famílias assentadas possui o seu lote de terra. Nessa área, o proprietário cultiva o que achar melhor. A maioria planta jerimum, feijão, milho, batata e verduras. No início deste mês, vários terrenos tinham sido queimados, pois os solos estavam sendo "preparados" para o cultivo.

Luzia de Farias, que começou a trabalhar na roça com sete anos de idade, diz que alguns técnicos do governo ensinaram que não se deve tocar fogo no solo. Mas ela revelou que, quando a comunidade cultivou a terra do jeito como foi explicado pelo funcionário do Estado, a plantação "não deu certo".

Mesmo sem contarem com uma assistência técnica constante, os agricultores continuam tirando o sustento da terra — ainda que seja necessário utilizarem técnicas arcaicas de preparação do solo e irrigação da plantação. Como se não bastasse, as pessoas assentadas no 10 de Abril

também não possuem água encanada. A comunidade é abastecida através de um poço profundo. O líquido, segundo os moradores, não é de boa qualidade e tem o gosto salobro.

Comentar Enviar Imprimir A- A+

MATÉRIAS RELACIONADAS

(17/4/2005) - Famílias da zona rural preferem água de pote
(12/4/2005) - Projeto São José beneficia Centro e Baixo Jaguaribe

LEIA OUTRAS MATÉRIAS DE REGIONAL

- Iniciativa receberá apoio da APDMCE
- Mossoró recebe visita de Jornalista Ricardo Kotscho
- Parada Gay acontece nesta sexta-feira
- Parceria facilita apuração da frequência escolar
- Sobral lidera olimpíada de Português entre 10 municípios

Reg

- FEST!** Chico vence Pedra
- SELO** Event funçã dama
- CULT!** Memc histor resga
- FOME** Progr. R\$ 7 | agricult no Ce
- CIDA!** Sema Preve Incên
- APICULTURA** Cearenses e pia trocam experiêr
- CANINDÉ** Feira de ovinos movimentar R\$

09h18 - Ceará Prefeitos do Estado
08h31 - Ceará Será assinado hoje fornecimento de gás siderúrgica do Cear
08h09 - Ceará Homenagem à San multidão a Caucaia
11h05 - Ceará PEP prossegue até novembro